

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Unidade 1

Como aproximar o contexto do estudante dos conteúdos abordados?

Aula 1

A história da docência no Brasil

Introdução



Olá!

Seja bem-vindo à disciplina Práticas Pedagógicas – Identidade Docente, cujo objetivo principal é instigar você a refletir sobre o papel do professor como agente transformador da educação e como sua atuação impacta diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Nesta aula, iremos percorrer a trajetória da educação e da docência no Brasil a partir de seu contexto histórico, compreendendo de que forma esse percurso reflete até hoje os modelos educacionais vigentes, promovendo, assim, uma reflexão sobre a emergência de se repensar as formas de atuação de profissionais da educação que reproduzem formas de ensino que remontam a séculos atrás. Nosso objetivo é que você, como futuro profissional da educação,

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

compreenda que o estudo da história da educação é pelo mero conhecimento de fatos históricos ou datas relevantes, mas pela possibilidade de olhar para o passado, reconhecer os avanços e as mudanças que ainda se fazem necessárias.
Vamos começar?

Dos jesuítas à república



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Para iniciarmos nossa compreensão da história da docência e suas implicações na atualidade, vamos voltar à época da colonização do Brasil. É nesse período que podemos ver as primeiras formas de educação, que deram início com a Companhia de Jesus, fundada em 1534, por Inácio de Loyola. Também conhecida como “Ordem dos Jesuítas”, a Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa que tinha como um de seus objetivos promover a expansão do catolicismo, já que temos como pano de fundo desse contexto a Reforma Protestante e o movimento da Contrarreforma.

É nesse cenário que os **jesuítas** iniciam a catequização dos indígenas, passando a instruí-los a partir de preceitos religiosos. Para educá-los nas doutrinas católicas, o letramento também se fez necessário, por isso criaram-se as escolas e, nesse contexto, foi também criado o *Ratio Studiorum*, um documento que norteava as regras a serem seguidas nesse sistema educacional. De acordo com Toyshima, Montagnoli e Costa (2012), o documento preconizava a atuação do professor como responsável pela formação do bom cristão e ditava as regras a serem seguidas no ambiente escolar. Boa parte do ensino era baseada na memorização das lições, além de estimular premiações para alunos merecedores e atividades competitivas. O professor não era estimulado a infligir castigos físicos como forma de punição, embora pudessem ser usados de acordo com o contexto. Conforme Azevedo (1976), os métodos de ensino eram autoritários, conservadores, sem permitir qualquer tipo de adaptação ou alteração dos currículos por parte dos docentes.

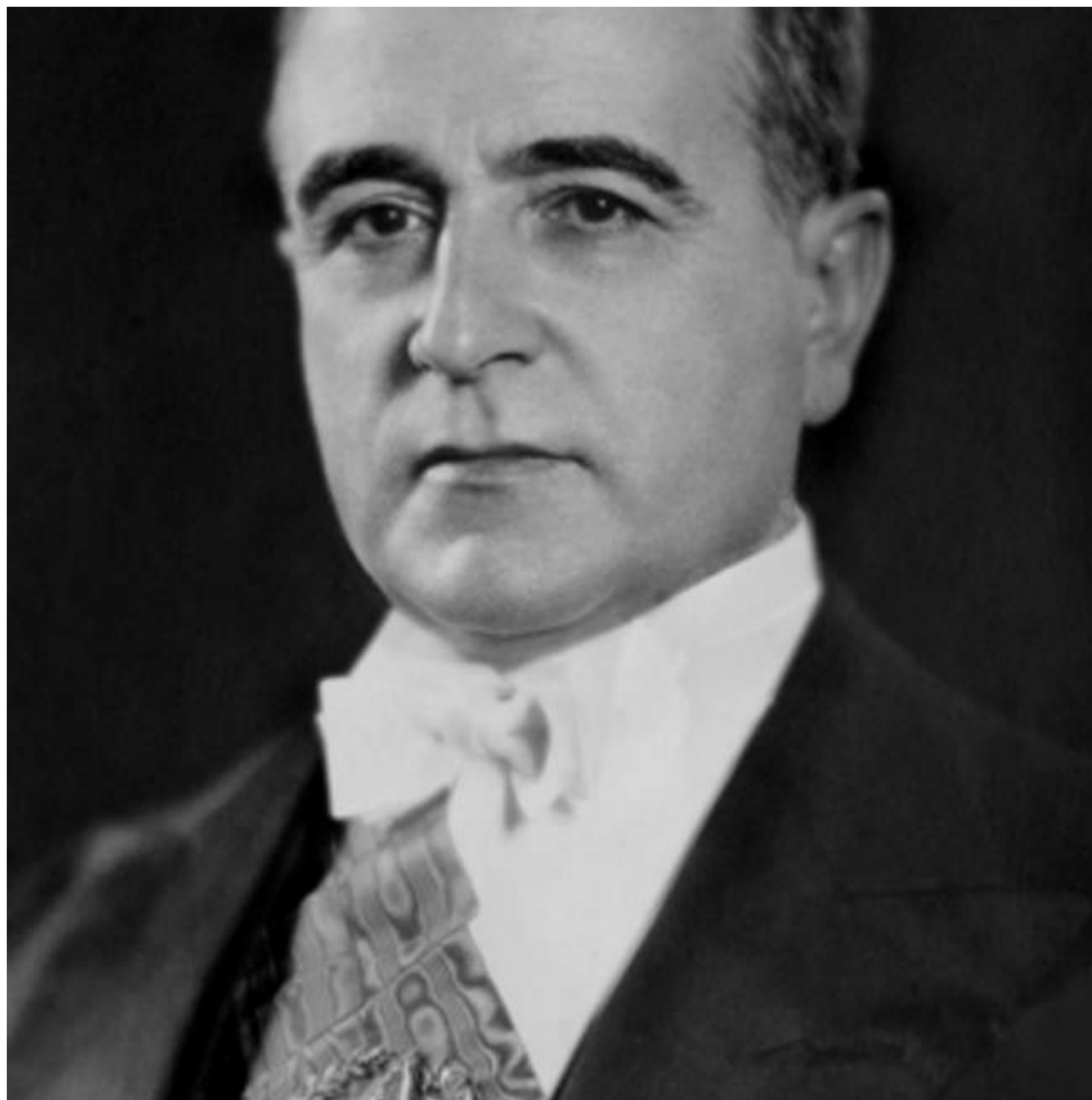
É importante saber que todo processo de catequização foi impositivo; isso quer dizer que outra cultura, outras crenças e outros modos de vida eram impelidos aos índios, sendo, portanto, um tipo de educação que os distanciava de suas próprias concepções em que reconheciam sua identidade.

O **período imperial** teve início em **1822**, com a independência do Brasil, sendo governado pelos monarcas D. Pedro I e, posteriormente, pelo seu filho, D. Pedro II. A Constituição de 1824, em seu artigo 179, garante a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, embora não faça qualquer menção à atuação do docente nesse contexto. O documento também menciona as ciências, letras e artes, que deverão ser ensinadas em colégios e universidades. Gonçalves (2013) ressalta que tal garantia de uma escola para todos os cidadãos nunca ocorreu na prática, já que não foram criadas vagas para docentes que garantiriam um ensino a que todos tivessem acesso, estando esses termos, portanto, apenas postulados na forma de uma lei. A autora ainda esclarece que, em 1827, foram estabelecidas diretrizes para a formação da escola pública, entre elas a garantia de escolas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, porém, mais uma vez, tais promessas não foram cumpridas, devido à falta de recursos, salários baixos para os docentes e fracasso na fiscalização das escolas.

No **período da República**, que se estendeu de **1889 a 1930**, surgiram os grupos escolares. Conforme Terra (2014), as classes deixaram de reunir alunos de várias idades e passaram a ser organizadas por séries. Também foi criado o movimento da Escola Nova, que tinha como objetivo combater o elitismo da educação, defender a escola pública e promover o ensino de qualidade. Apesar de tal tentativa, não foi possível eliminar a prevalência do elitismo na educação e, para exemplificar, nessa época, foi também criado o vestibular para selecionar os alunos que ingressariam às universidades, processo que também caracteriza a elitização do ensino e seus aspectos excludentes.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Era Vargas, LDB e BNCC



Com o **início da era Vargas**, em **1931**, foi organizado o Conselho Nacional de Educação, que dividiu o processo educacional em dois graus do ensino secundário: Fundamental, com duração de 5 anos, e complementar, com duração de 2 anos. O ensino Complementar era dividido em 3 ramos: humanidades, biológicas e matemáticas.

A Constituição de 1934 preconizava a educação como direito de todos, além de ressaltar a obrigatoriedade da escola e gratuidade do ensino primário, assistência social e bolsa de estudo aos alunos. Apesar da garantia desses diversos direitos, Ribeiro (1993) observa que há muitos

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

pontos contraditórios na lei, cujas diretrizes estabelecidas “ficam no papel”, já que diversas interpretações podem ser feitas de um determinado artigo, devido à falta de clareza e objetividade.

Durante o **Estado Novo**, é promulgada a **Constituição de 1937**, estruturando a organização do ensino com o ginásio, com duração de 4 anos, e o colegial, com 3 anos. De acordo com Terra (2014), o nível colegial deixa de ser um preparatório para o ensino superior, devendo agora o docente focar na formação do indivíduo em sua forma plena. Ainda de acordo com a autora, o ensino técnico-profissional tinha caráter inferior, sendo o ensino secundário o meio de entrada das classes dominantes para o ensino superior.

A estrutura do ensino é novamente modificada pela **Constituição de 1946**, sendo agora dividida em Primário Fundamental, para alunos entre 7 e 12 anos, e o Primário Supletivo, para adolescentes e adultos.

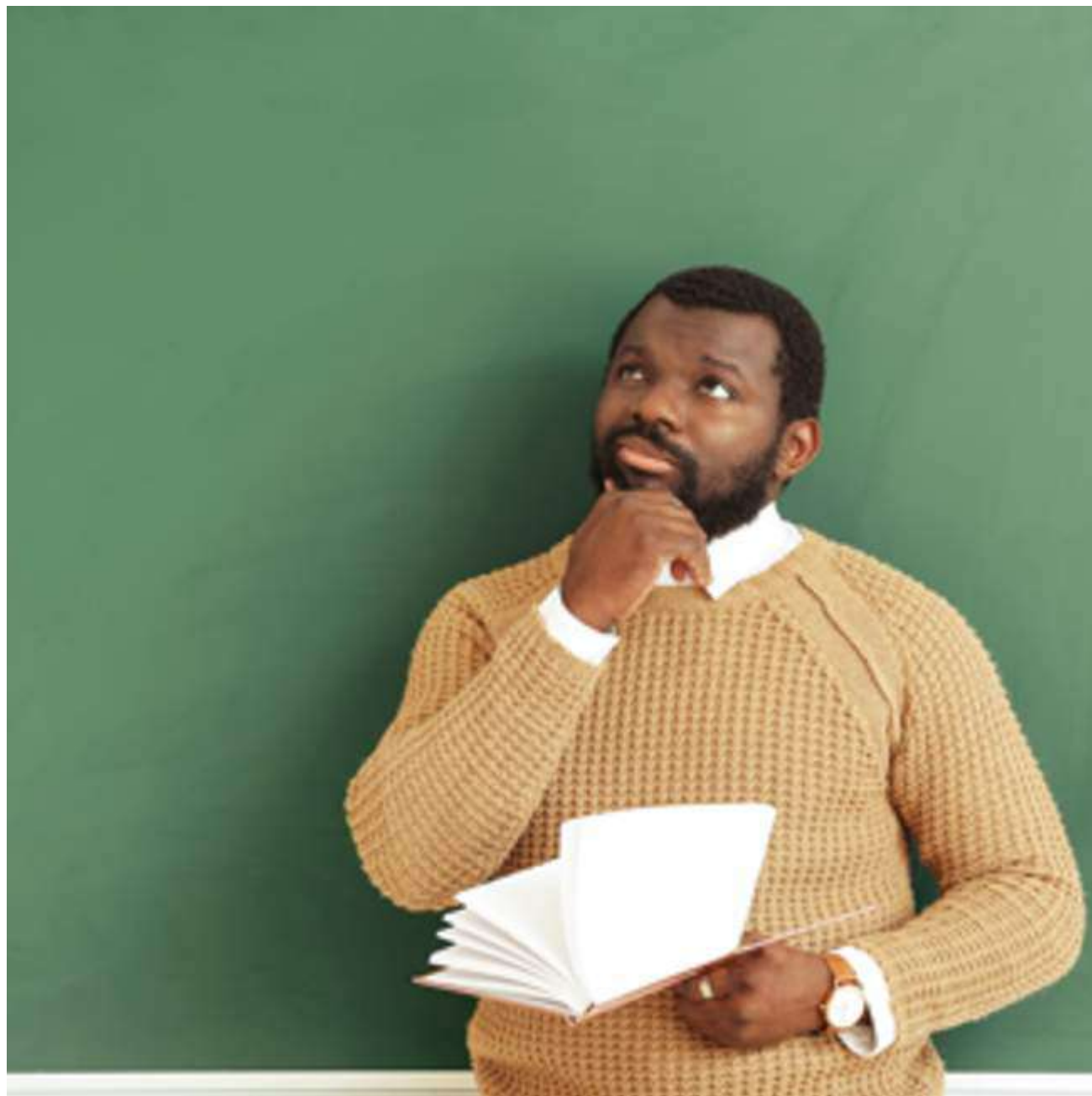
Em **1961**, é promulgada a primeira **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, definindo que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, “pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor” (BRASIL, 1961, s.p.). A lei garantia a remuneração condigna aos professores, e incentivava medidas de aperfeiçoamento e incentivo à pesquisa.

Em **1996**, a **nova LDB** foi homologada, definindo a educação que “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, s. p). Essa lei foi de grande relevância por garantir o acesso à educação de qualidade e regulariza nosso sistema educacional, além de garantir os direitos do docente, como aperfeiçoamento profissional continuado, piso salarial profissional e condições adequadas de trabalho. Já sobre os deveres dos professores, cabe ao docente elaborar um plano de trabalho pedagógico, zelar pelo aprendizado do aluno, articular-se com a família e a comunidade, entre outros. Com a nova LDB, a disposição da estrutura do ensino passa a ser dividida em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Em **2017 e 2018**, são homologados os documentos da **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. A partir de então, a atuação dos docentes passou a ser norteadada por esse documento normativo que discorre sobre o currículo da Educação Básica, abordando as características das aprendizagens essenciais e direcionando a formação dos currículos, de modo que tanto os alunos de escolas particulares quanto públicas tenham acesso ao mesmo nível de conhecimento. O documento também destaca a importância da formação continuada para professores, que pode ser realizada junto à escola, promovendo treinamentos e capacitações ao longo do ano letivo.

Docência: um olhar para o passado e suas implicações para o futuro

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Após esse breve panorama histórico da educação e da docência, você pode compreender a relevância da nossa história para os dias atuais? De que forma a atuação do profissional da educação no presente está atrelada aos diversos modelos e sistemas educacionais vivenciados há décadas ou séculos atrás?

Olhar para nosso passado é também reconhecer nossa atuação como profissionais da atualidade, afinal, nossas práticas de ensino refletem nosso modo de educar no passado, ou seja, não podemos desconectar nossa identidade de nossa história. Rever esse passado é também rever nosso presente e repensarmos nossa atuação como docentes.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Certamente avançamos no que diz respeito à educação em seus aspectos políticos e sociais, bem como na atuação prática dos professores. Hoje, a educação é ofertada de forma gratuita e passou a ser obrigatória a partir dos 4 anos, o que garante, em princípio, menores índices de analfabetismo. A criação da BNCC também passou a nortear o trabalho do docente e garante o desenvolvimento integral do aluno, possibilitando que crianças e jovens de todo o país, tanto de escolas privadas quanto particulares, tenham acesso aos mesmos conteúdos, promovendo a qualidade de ensino a todos os indivíduos.

Porém, rever nossa história também nos mostra que ainda reproduzimos processos educacionais praticados há séculos. Assim como no período jesuítico, ainda vemos professores que atuam no papel de detentores do conhecimento, enquanto os alunos se encontram na posição de meros ouvintes, que devem permanecer quietos em suas carteiras, já que a conversa e qualquer “inquietação” seria sinônimo de indisciplina. As conversas em sala de aula não são estimuladas,

afinal, se há silêncio não há questionamento. Observe que a escola é ainda uma instituição de controle, disciplina e imposição de conteúdos, que não instiga o pensamento reflexivo e crítico. A constituição de 1934 cita a obrigatoriedade do ensino, mas certamente, naquela época, tal lei não garantiu que todas as crianças estivessem nas escolas. Como é nossa realidade hoje em relação a tal obrigatoriedade? E mais: uma criança frequentando a escola é garantia de que estará efetivamente aprendendo e sendo alfabetizada? Aqui cabe lembrar o conceito de “analfabetismo funcional”, aquele relacionado ao indivíduo capaz de identificar letras ou compreender um texto simples, mas que não consegue interpretar um texto de maior complexidade, como uma notícia de jornal, por exemplo. Desse modo, a frequência escolar obrigatória não assegura o aprendizado efetivo; a lei, portanto, não garante a qualidade de ensino e o fim do analfabetismo.

Poderíamos continuar exemplificando e comparando de diversas formas nossos modelos educacionais do passado e como avançamos pouco em vários aspectos. Porém, nosso objetivo é conduzir uma reflexão sobre sua atuação como futuro profissional na educação. Como você vê a escola, a atuação do docente e o aluno que busca a educação de qualidade? De que forma garantir o aprendizado efetivo? Como deixar de reproduzir as formas de educar do passado? São perguntas para as quais não temos uma resposta “pronta”, porém faz-se necessário abandonarmos o lugar de meros transmissores do saber e assumirmos o lugar de mediadores do conhecimento, no qual o aluno é o protagonista do processo de ensino-aprendizado. Em um mundo em constante mudança, o professor também pode promover transformações na sala de aula, preconizando a educação que atue sobre o indivíduo de forma plena, que promova práticas de ensino contextualizadas e atue sobre o aluno em sua forma integral. Rever o passado é olhar para possibilidades de mudanças, que começam com sua formação e a construção de seu olhar para o professor, reconhecendo sua identidade e seu papel no processo educacional.

Videoaula: A história da docência no Brasil

Este conteúdo é um vídeo!

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Caro estudante

Compreender a história da educação no Brasil é essencial para sua atuação prática, sendo capaz de identificar as mudanças pelas quais passamos ao longo dos anos, reconhecer os avanços e as demandas ainda necessárias para oferecer uma educação transformadora e de qualidade. O vídeo a seguir irá aprofundar seus conhecimentos sobre esse percurso, levando a uma reflexão sobre o papel do professor na atualidade

Saiba mais



Aprofunde ainda mais seus conhecimentos sobre a História da educação no Brasil através da leitura do texto a seguir: [A evolução histórica da educação e da escola no Brasil](#).

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro 1824, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

GONÇALVES, N. G. **Constituição histórica da Educação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2013

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paideia**, USP, Ribeirão Preto, 4, fev./jul, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?lang=pt> Acesso em: 11 dez. 2022.

TERRA, M. L. E **História da Educação**. São Paulo: Pearson, 2014.

TOYSHIMA, A. M. da S.; MONTAGNOLI, A. G., COSTA, J. Algumas considerações sobre o Ratio Studiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos. **Anais...** XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: 'civilização, fronteiras e diversidade' e IV seminário do grupo de pesquisa 'Educação e processos civilizador', 2012, Dourados. p. 2-7, 2012.

Aula 2

A diferença entre educar e instruir nos diferentes níveis da educação

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Introdução



Olá!

Nesta aula, faremos uma reflexão sobre a diferença entre “instruir” e “educar” e como tais concepções estão relacionadas à atuação do professor e seu papel no processo de ensino-aprendizagem. Veremos também os desafios vivenciados pelo professor que atua no século XXI e como abandonar o lugar de transmissor do saber se faz necessário no contexto em que as tecnologias digitais estão presentes e passaram a ser como uma ferramenta para o docente. Em um mundo em que as informações estão disponíveis no espaço cibernético, torna-se essencial que o professor saiba conduzir o aprendizado através das tecnologias digitais, garantindo que o aluno seja o protagonista desse processo e o professor seu facilitador. Vamos começar?

Educar ou instruir?

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Refletir sobre as práticas de ensino-aprendizagem implica em compreendermos o papel do professor nesse processo, levando em consideração sua atuação, que tem como objetivo final o aprendizado efetivo. O trabalho do professor estaria, portanto, voltado para a transmissão do conhecimento através da comunicação de instruções? Ou sua identidade está no papel daquele que educa? Afinal, há diferenças entre as concepções de “educar” e “instruir”?

Em princípio, podemos pensar nas duas palavras como sinônimos, afinal, se imaginamos o professor em seu papel de mero transmissor do conhecimento pode parecer que o ato de ensinar e instruir deveria levar ao mesmo caminho: o conhecimento sendo transmitido ao aluno e este sendo capaz de reproduzi-lo exatamente da mesma forma que lhe foi passada, ou seja, a

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

aprendizagem é praticamente resumida à repetição do conteúdo exatamente como foi transmitido. Mas estaria a definição do aprendizado atrelada à ideia de mera reprodução? Repetir e memorizar conteúdos nos indica que a aprendizagem foi consolidada?

Para aprofundar nossa reflexão sobre essas questões e a realidade da atuação do professor, vamos pensar na definição das palavras “instruir” e “educar”. Primeiramente, convido você a imaginar a seguinte situação: você adquiriu um novo aparelho televisão e, para ser capaz de utilizá-lo, faz uma breve leitura do manual de instruções que vem junto do aparelho.

Provavelmente você leria sobre as funções do televisão, como conectá-lo corretamente para ter acesso à internet, as opções do controle remoto, entre outros dados relevantes. Estamos aqui falando de um guia, um direcionamento, que através de um compilado de informações levaria você a ter sucesso na utilização do produto adquirido.

O ato de educar não é pronto e acabado, mas envolve diversos processos. Isso quer dizer que, não sendo uma ação pronta, educar envolve algo ou alguém que facilite a aprendizagem e torne possível o aprender. No contexto da escola, que tem como objetivo o aprendizado significativo e tem o aluno como protagonista desse processo, o docente não é mais aquele que transmite o conteúdo e exige dos alunos sua reprodução exata, mas quem os leva a reflexões, faz questionamentos, instiga-os a pensarem e tomarem suas próprias conclusões sobre os diversos assuntos (GADOTTI, 2000).

Talvez você esteja se perguntando: o que o manual da televisão tem a ver com nossa discussão? Ora, lembre-se que, nesse manual, as instruções estão prontas, basta você as seguir e será bem-sucedido na tarefa de utilizar sua televisão. O professor, em sua prática, não deve conceber a aprendizagem de um conteúdo como um guia prático de informações já acabadas. Isso implicaria em um ensino superficial, no qual o aluno não é autor do próprio aprendizado, não constrói, não produz, não questiona. Isso não quer dizer que a atuação do professor não irá, em alguns momentos, ter o papel de instruir, no sentido de passar informações já pré-ordenadas, como uma fórmula química ou uma sequência de fatos históricos, mas veja que o objetivo final deverá sempre levar o aluno a reflexões, sendo capaz de atrelar o conhecimento à prática, reconhecendo a utilidade dos aprendizados para sua vida cotidiana.

Educar na era digital

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Vamos pensar na atuação do professor nos anos 1980 ou 90. Esse professor preparava sua aula através dos livros; os alunos se apoderavam desses conhecimentos através das explicações do professor, tendo acesso aos conteúdos também através de suas apostilas ou livros. Nesse contexto, a escola era o lugar onde se aprendia. O acesso ao saber vinha de lugares fixos, como o livro ou a apostila. Vamos a um exemplo prático: o professor, naquela época, poderia solicitar uma pesquisa sobre o pintor Salvador Dalí. O aluno iria até a biblioteca da escola, emprestaria um livro e faria uma cópia das informações contidas no livro. Para produzir conhecimento, dependíamos do livro ou da escola que, por sua vez, tinha como professor o transmissor desse saber que também teve como sua fonte os livros.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Vamos agora pensar no trabalho do professor atuante no século XXI. O advento da internet trouxe uma infinidade de fontes de pesquisa para embasar suas aulas. O aluno que tem acesso à internet também tem acesso a todo tipo de informação. Ao contrário do livro, temos o conteúdo exposto em tempo real, a informação que está sempre mudando, sempre se atualizando. Na era digital, o conhecimento não se esgota (GÓMEZ, 2015).

Além do fácil acesso à informação, a era digital também demanda que as aulas envolvam o aprendizado através das tecnologias. Se, agora, o conhecimento está no mundo cibernético, o computador e a internet também precisam ser uma ferramenta no contexto da sala de aula. Em um tempo em que se faz necessário o uso das tecnologias, é preciso também investir na formação de professores para que o uso desses recursos se torne viável. Não basta investir em tecnologia se não for usada adequadamente, fazendo sentido no ambiente escolar. Sobre a formação dos professores voltada para tais mudanças, Gomez (2015, p. 149) afirma que deve ser “um processo não de mudança forçada externamente, mas de transição, de metamorfose interna, de reorientação e transformação pessoal”. Observe, portanto, que se trata de um processo que deve fazer sentido ao professor e que modifique sua forma de ver o profissional docente atuante no campo da informação, que não está disponível apenas fisicamente, mas que passou a estar disponível ao aluno através da tecnologia.

Nesse contexto em que a internet é um meio de aprendizagem, além da necessidade de preparar o professor para essas novas formas de aprendizado, o sistema educacional também se depara com a realidade da exclusão digital à qual nem todas as famílias têm acesso, revelando a desigualdade social e a limitação do acesso à informação nos lares. Enfrentamos ainda a falta de computadores em diversas escolas pelo país, inviabilizando o acesso ao conhecimento através da internet e carecendo de mais um recurso que poderia favorecer o aprendizado. Dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, mostrou que, em 2020, 85% das escolas particulares do país possuíam computadores, enquanto nas escolas públicas o percentual era de 52%. Esses dados revelam a necessidade de investimentos na educação e políticas públicas educacionais voltadas para a inserção da tecnologia nas escolas.

Nesse cenário de desafios que envolvem as tecnologias digitais nas escolas, seria oportuno, no período em que você realizar seus estágios, questionar os professores sobre a infraestrutura tecnológica da escola, se possui computadores, de que forma são utilizados e se os professores recebem formação para usufruí-los nas aulas, indagar com quais outros problemas relacionados ao uso de computadores e outros dispositivos eletrônicos o professor ainda se depara em sua rotina como docente. A partir dessa realidade observada, quais desafios a escola enfrenta quanto ao uso das tecnologias digitais? Quais intervenções governamentais ainda se fazem necessárias para promover melhorias quanto ao uso de tais recursos? Diante dessa reflexão, torna-se pertinente indagar como os professores nas escolas em que os estágios serão realizados, utilizam os recursos tecnológicos no planejamento e realização das atividades? É possível identificar dificuldade no uso desses instrumentos? A partir da realidade observada, o que poderia ser problematizado?

Tecnologia e o papel do professor

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Refletindo sobre a atuação prática do docente frente às tecnologias, o professor deve direcionar o aprendizado para que o aluno saiba como utilizar todo o conteúdo ao qual ele tem acesso. Em meio a tantas informações que a internet nos traz, o professor deve conduzir o aluno a saber selecionar sites e fontes confiáveis, sendo capaz de identificar o conhecimento científico em detrimento do senso comum ou *fake news*.

Gadotti (2000), afirma que “a função da escola será, cada vez mais, a de *ensinar a pensar* criticamente. Para isso, é preciso dominar mais *metodologias e linguagens*, inclusive a linguagem eletrônica”.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Veja que, na definição do autor, a tecnologia funciona não apenas como forma de acesso ao aprendizado, mas também para desenvolver o pensamento crítico no aluno. Lembra-se do exemplo do manual de instruções que demos no início de nossa aula e como o conceito de “instruir” está relacionado à transmissão de um conhecimento pronto? Precisamos identificar o papel do professor como aquele que educa e não um mero transmissor de instruções. Não se trata de instruir o aluno a utilizar um dispositivo eletrônico, mas educá-lo para saber usufruir do conhecimento digital. Se o conhecimento passou a ser de fácil acesso aos alunos e se a informação está pronta para ser lida, bastando literalmente um clique do celular para ter acesso a ela, cabe ao professor utilizar tais recursos para promover discussões, reflexões, instigar o aluno a pensar e desenvolver um raciocínio crítico. Estamos, portanto, em um momento em que o docente abandona seu lugar de detentor e transmissor do saber, para conduzir o aluno a saber lidar com a informação e promover o aprendizado efetivo através das tecnologias (CECÍLIO; REIS, 2016). Remontando ao exemplo da pesquisa sobre Salvador Dalí, que antes era embasada em livros, podemos pensar que, hoje, ela está pronta na internet, sendo exposta e explicada de diversas formas em centenas de websites. Perceba quão desnecessário seria pedir ao aluno que faça uma cópia do texto como se fazia no passado. Nesse caso, a atuação do professor seria promover uma reflexão sobre as obras do artista que estão disponíveis na internet, fazer reflexões em grupo sobre os significados de suas pinturas, conduzir uma discussão sobre quais sentimentos e sensações suas obras provocam nos alunos, enfim... as possibilidades são bastante amplas e, nesse cenário, estamos deixando o lugar do docente como protagonista do aprendizado e permitindo que o aluno conduza esse processo. O mero instruir é substituído pelo educar, que envolve o aluno e o professor como mediador da aprendizagem, fazendo uso dos recursos disponíveis para facilitar e diversificar o aprendizado.

Cecílio e Reis (2016) afirmam que não se trata apenas de novas formas de trabalhar, mas novas formas de ser, pensar o mundo e nele agir. O papel do professor mudou, seu lugar no processo de ensino-aprendizagem não é mais o mesmo, estamos diante de novos desafios trazidos pela tecnologia digital; sua identidade está agora também conectada a essa nova forma de ensinar e aprender, o que requer atualizações e investimento na formação de professores. Esse é um processo em que transformações que se fazem necessárias frente ao mundo digitalizado na qual estamos inseridos.

Procure refletir como você, futuro docente, avalia o papel do professor frente ao uso das tecnologias. É possível atrelar o uso do computador a uma prática docente que priorize uma educação que faça sentido ao aluno e seja transformadora? Como ser o professor que educa o aluno efetivamente em detrimento de uma educação que meramente instrui? Esses são questionamentos pertinentes para sua atuação futura como docente, partindo sempre da concepção de que é o aluno o protagonista do processo de aprendizagem, o que implica também ter o aluno como autor desse processo, que também transcorre através do uso da tecnologia.

Videoaula: A diferença entre educar e instruir nos diferentes níveis da educação

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Saiba mais



O artigo a seguir trará uma discussão aprofundada sobre o papel do professor diante das tecnologias e como fazer uso das novas ferramentas de modo a promover o aprendizado em sala de aula:

[Formação docente e tecnologias digitais: uma revisão.](#)

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



CECÍLIO, S.; REIS, B. M. Trabalho docente na era digital e saúde de professores universitários. **Educação: Teoria e Prática**, v. 26, n. 52, p. 295-311, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/8382/7669> Acesso em: 19 dez. 2022.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, p. 3-11, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002> Acesso em: 19 dez. 2022.

GÓMEZ, A. I. P. **Educação na era digital: A escola educativa**. Porto Alegre: Penso, 2015.

GUIMARÃES, Í. L. *et al.* Educação: novas perspectivas no uso das tecnologias. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. a. 7, 10. ed., v. 02, p. 24-41. Outubro de 2022.

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/uso-das-tecnologias> Acesso em: 20 dez. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Pesquisa revela dados sobre tecnologias nas escolas. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pesquisa-revela-dados-sobre-tecnologias-nas-escolas> Acesso em: 22 dez. 2022.

NOGUEIRA, L. I. A.; MARTINS, I. C.; SILVA, G. R. da. Formação docente e tecnologias digitais: uma revisão. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. a. 6, 1. ed., v. 5, p. 30-44, Janeiro de 2021. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tecnologias-digitais> Acesso em: 20 dez. 2022.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Aula 3

A ação docente na garantia dos direitos de aprendizagem

Introdução



Olá!

Nesta aula, você compreenderá o papel da escola frente à diversidade cultural e como a prática docente deve conduzir esse processo. Em um mundo permeado de preconceitos, marginalização, xenofobia e diversas formas de intolerância, torna-se necessária uma intervenção educacional que desenvolva nos alunos atitudes de respeito e tolerância frente às diferenças. Há alguns anos, o reconhecimento das diferenças culturais na escola era realizado através de atividades pontuais nas datas comemorativas, enquanto, hoje, temos a obrigatoriedade de trabalhar essa diversidade ao longo de todo o ano e em diferentes momentos, em um trabalho constante que se amplia para diversos contextos da educação. Torna-se, assim, fundamental o trabalho docente que proporcione aos alunos o encontro com essas diversidades, em um processo de reconhecimento e valorização do outro a partir suas diferenças. Vamos começar?

Diversidade e a construção das identidades

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Convido você a imaginar a seguinte situação: você caminha por uma rua em um dia bastante movimentado, talvez para fazer suas compras ou apenas para um passeio. Tão concentrado em seus próprios afazeres e pensamentos, provavelmente não notará quão rodeado estará por diferentes pessoas. Se tivesse oportunidade de conversar com cada indivíduo que passou por você, provavelmente conheceria pessoas de diferentes cidades, estados ou até mesmo países, com diferentes sotaques, culturas, religião e histórias de vida. Estamos cercados pela diversidade; o Brasil é diverso, o mundo é diverso, sendo, portanto, papel da escola o trabalho voltado para a diversidade, em um trabalho de reconhecimento e legitimação das diferentes culturas.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Ramalho (2017) afirma que a escola do passado homogeneizava o aluno exigindo que todos pensassem da mesma forma, o que viabilizava o controle da população. Hoje, é dever da escola reconhecer as diferenças e abandonar paradigmas de inferioridade e superioridade, criando no aluno o senso de tolerância e o reconhecimento de direitos iguais para todos os grupos.

Assim, se no convívio com a diversidade inevitavelmente encontraremos o diferente, o oposto, o divergente, é fundamental que as escolas sejam capazes de ensinar seus alunos a olhar para essas diferenças e conviver com elas. Não se trata apenas de mostrar ao aluno que as diferenças existem, que são uma realidade e que devemos saber respeitá-las, mas ensiná-lo a valorizar essa diversidade, compreender as origens que permeiam diferentes etnias, costumes e culturas e, mais que isso, saber que podemos aprender com a diversidade a partir do momento que compreendermos seu valor na sociedade.

Paula (2013), aponta que, apesar de haver a comum associação entre desigualdade e classe social, trata-se de um conceito bem mais abrangente e perpassa por questões étnicas, sociais, culturais, geracionais, de orientação sexual, entre outros. A autora ainda reforça que há tendências generalistas de considerar todos iguais, levando em conta apenas as características biológicas dos indivíduos, mas que nos aspectos sociais e culturais não há igualdade.

Pensando na atuação da escola frente à diversidade, estaremos diante de alunos de diferentes etnias, diferentes culturas, diferentes histórias de vida; é o sujeito social que deve ser compreendido a partir de sua história. O docente que tem seu trabalho focado na diversidade atua na construção e reafirmação da identidade desse sujeito. Por exemplo, ao abordar sobre etnias raciais em uma aula de história a partir da origem e história do negro, o professor estará, junto com a sala, traçando o percurso histórico desses povos, o que faz com que o aluno compreenda a raiz do preconceito, ao mesmo tempo que trabalha a identidade, reconhecimento e autoestima dos alunos negros presentes na sala de aula. Veja que, nesse caso, é um trabalho que atua no campo coletivo, combatendo o pensamento racista através do conhecimento da história do negro, ao mesmo tempo que se faz uma intervenção no campo individual, afirmando a identidade desses alunos. Ainda sobre a construção da identidade, Paula (2013, p. 47), ressalta que

“as identidades são todas construídas, não havendo uma essência, uma identidade ‘natural’, mas um conjunto de significados baseados na identidade”.

Trabalhar com a diversidade no contexto escolar é, portanto, construir e reconstruir tais identidades que são sempre inacabadas e estão em um constante processo, modificando, assim, a ótica pela qual vemos uns aos outros, promovendo intervenções voltadas para uma educação transformadora e significativa.

Diversidade na legislação

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nem sempre a diversidade teve sua relevância dentro do sistema escolar. Se há alguns anos o índio era lembrado pela escola no dia 19 de abril através de um trabalho de arte ou uma pesquisa e depois era esquecido, ou se o negro era somente lembrado na aula sobre a abolição da escravidão, hoje temos a lei que obriga as escolas a tratarem os temas ao longo do ano e em diferentes disciplinas, garantindo a valorização das diferenças dentro da escola.

A Constituição Federal de 1988 promulga em seus artigos 205 e 206 a educação como direito de todos e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Isso assegura o acesso de toda e qualquer criança à escola, independente de aspectos, como etnia

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

ou classe social, porém, na lei, não há qualquer declaração sobre o aprendizado escolar voltado para a diversidade.

Na LDB - Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o Artigo 3º menciona a consideração com a diversidade étnico-racial como um dos princípios. Já no Artigo 26, menciona que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Além disso, os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 1996).

Vemos, desse modo, que a lei garante que tais conteúdos sejam abordados durante todo o currículo escolar, o que implica assegurar o aprendizado não apenas em datas especiais ou comemorações, mas expor os alunos às questões de diversidade ao longo do ano.

Na BNCC - Base Nacional Comum Curricular, a valorização pela diversidade é abordada em vários momentos, citando, por exemplo, que

“as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais” (BRASIL, 2018, p. 15).

Também afirma que deve haver

“acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial” (BRASIL, 2018, p. 327).

Esses são apenas alguns exemplos para que você perceba o quanto avançamos em relação ao reconhecimento da importância em tratar a diversidade nas escolas; porém ainda se faz necessário que os professores saibam trabalhar tais temas nos contextos das disciplinas, conforme apregoa a lei. Sobre esse aspecto, Sousa (2016, p. 3) reforça que

“a diversidade dos sujeitos, de seus modos de aprendizagem e participação na vida escolar não é uma questão de ‘modismo’ pedagógico, mas uma questão de grande importância para os que pensam a educação de forma séria, crítica e comprometida com a realidade”.

Assim, a diversidade deixa de ocupar o lugar de mero preenchimento de currículos com uma atividade extra em uma data comemorativa, para um ensino que valoriza as diferenças, desenvolve atitudes de respeito nos alunos e os humaniza.

Procure agora se lembrar da sua vida escolar. A diversidade cultural era trabalhada ao longo do ano ou apenas em datas comemorativas? Havia preocupação por parte de seus professores em desenvolver nos alunos atitudes de respeito frente às diferenças? Agora, pense em suas vivências nos estágios que realiza: já pôde observar uma aula em que questões sobre a diversidade foram abordadas? Como as atividades foram conduzidas? Trata-se de um processo diferente daquele vivenciado por você enquanto aluno?

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

As diversidades na atuação prática do docente



Nesse contexto, em que falar sobre a diversidade é uma obrigatoriedade no sistema escolar, e pensando em uma educação que seja transformadora, como inserir tais conteúdos nas aulas? De que forma abordar questões de etnia, religião, orientação sexual e diversidade cultural em um trabalho cujo foco é educar o aluno para reconhecer as diferenças e desenvolver atitudes de respeito, ética, empatia e solidariedade?

É fundamental que o professor conheça sua sala de aula. De onde vêm seus alunos? Alguns vêm de outras cidades, outros estados ou outros países? Quais etnias se fazem presentes nesse

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

espaço? Os alunos e suas famílias são seguidores de alguma religião? São apenas algumas perguntas para nortear o trabalho para que você conheça efetivamente seus alunos e que, posteriormente, guie a prática voltada para o conhecimento da diversidade nesse contexto. Em um cenário em que objetivamos despertar os alunos para o reconhecimento das diversidades culturais e desenvolver o respeito a cada uma dessas diferenças, é necessário que haja diálogo entre os diferentes sujeitos. Perceba que não basta dar uma aula expositiva sobre a escravidão no Brasil, focando apenas nos aspectos históricos, e esperar que haja mudanças significativas quanto à forma de reconhecer o negro em nossa sociedade. É preciso promover diálogos, dar voz ao aluno negro e ao aluno branco para que se expressem quanto às suas vivências e percepções, promovendo debates, dinâmicas, seminários ou outras interações que possibilitem essas trocas, permitindo que alunos advindos de outras regiões do Brasil falem da sua cidade, seu povo, sua cultura. Em uma situação de bullying, na qual algum tipo de diferença não foi respeitado, aproveite o momento para uma discussão construtiva, procurando compreender de que forma tais diferenças incomodam e geram atritos.

Observe que, nesse último exemplo, trata-se de um fato espontâneo ocorrido fora do contexto de um aprendizado formal: é uma situação que faz parte dos desafios escolares, mas que pode ser utilizada para trabalhar as diferenças. É fundamental que você compreenda que o aprendizado sobre a diversidade ocorre através da experiência, do convívio e da afetividade. Não há aula expositiva ou uma tarefa de casa que substitua a vivência do dia a dia com as diferenças, com aquilo que, em princípio, pode parecer estranho, mas que passamos a aceitar e valorizar depois que conhecemos. Por isso, a atividade em grupo, como debates, dinâmicas, jogos ou qualquer outra prática que envolva o convívio entre os alunos, é fundamental, já que é nas trocas que os alunos podem se conhecer e viabilizar vivências nas quais as diferenças se evidenciam e podem ser trabalhadas.

A diversidade não se limita a uma disciplina específica, podendo ser trabalhada nas aulas de português, por exemplo, ao falarmos dos diferentes sotaques das diferentes regiões do Brasil, na aula de língua estrangeira, valorizando a cultura de outros países, na aula de arte, aproximando-se de expressões culturais de diferentes regiões do Brasil, na aula de educação física, trabalhando a diversidade dos ritmos e danças brasileiros. Esses são apenas alguns exemplos para que você observe que as possibilidades são amplas e aplicáveis em diferentes contextos. Você pode pensar em outras formas de abordar as diversidades culturais no contexto escolar? Como promover atitudes de mudança e transformação nos alunos através do encontro com as diferenças? A escola está preparada para tratar essas questões? Deixamos essas questões para uma reflexão sobre sua atuação como futuro docente que, entre outras tarefas, tem o papel de mostrar ao aluno a importância e riqueza de cada cultura, e o quanto aprendemos, nos transformamos e crescemos através delas.

Videoaula: A ação docente na garantia dos direitos de aprendizagem

Este conteúdo é um vídeo!

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

A escola tem sua função social e, nesse sentido, é responsável por promover o aprendizado voltado para o conhecimento e valorização das culturas. No vídeo a seguir, você aprenderá mais sobre as práticas voltadas para atuação do docente frente à diversidade cultural e como promover nos alunos atitudes de respeito e tolerância diante das diferenças, tornando o aprendizado transformador e desenvolvendo o senso de reconhecimento e afirmação das diversidades culturais.

Saiba mais



Leia o texto a seguir e aprofunde seus conhecimentos a respeito da diversidade cultural no contexto da educação, desenvolvendo nos alunos a cidadania, valores éticos e morais.

[Diversidade Cultural: A Importância das Diversas Culturas no Ensino-Aprendizagem, no Desenvolvimento da Cidadania e na Preservação de Valores Éticos e Morais.](#)

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 30 dez. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Disponível em: Brasília, 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 30 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: https://www.academia.edu/43191123/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site Acesso em: 30 dez. 2022.

PAULA, C. R. **Educar para a diversidade**: entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: Intersaberes, 2013.

Ramalho, L. da S. Diversidade cultural na escola. **Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 29-36, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6376> Acesso em: 4 jan. 2023.

SOUSA, M. A. A. *et al.* Diversidade, exclusão e inclusão na educação escolar. **Anais... II CINTEDI**, Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22835> Acesso em: 31 dez. 2022.

Aula 4

Processos de aprendizagem

Introdução

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nesta aula, veremos de que forma a atuação prática do professor influencia o processo de aprendizagem e como desenvolver uma abordagem que promova o pensamento reflexivo e questionador. Se o professor do passado tinha como foco a transmissão de conteúdos e o aluno era apenas um ouvinte passivo e receptor do conhecimento, hoje, sabemos que tal abordagem não coloca o aluno como autor do aprendizado, sendo o professor a figura de autoridade da sala de aula. Nesse contexto, veremos que a atuação docente pode inibir processos criativos ou possibilitar que se afluem, dependendo da forma que o professor conduz as atividades em sala de aula. Você verá como deve ser a prática do professor que constrói o aprendizado junto ao aluno, em um percurso que tem como objetivo torná-lo protagonista de seu aprendizado. Vamos lá?

Professor e aluno: uma relação hierarquizada baseada no controle

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para iniciar nossa aula, peço a você que procure imaginar, por alguns segundos, uma sala de aula. Como é essa imagem para você? Como estão distribuídas as carteiras? Onde fica a mesa do professor? Agora, imagine essa sala com alunos e professor. Onde o professor se localiza nesse espaço? E os alunos?

É provável que você tenha imaginado uma sala de aula com as carteiras enfileiradas e a mesa do professor, bem maior que a dos alunos, à frente da sala. Talvez os alunos estejam sentados fazendo suas anotações, enquanto o professor explica a matéria. Essa cena clássica vem à nossa mente, pois é o cenário escolar que fez parte de nossa educação e se perpetua até hoje em grande parte das escolas.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

O que essa cena nos fala sobre a educação? Ela nos dá indícios sobre como concebemos o processo de ensino aprendizagem? Primeiramente, podemos dizer que ela nos remonta à ideia de que o professor está acima dos alunos, é a autoridade máxima da sala de aula; há, portanto, uma relação hierarquizada. Perceba que o professor à frente da sala tem total visão dos alunos, o que lhe dá controle sobre os seus comportamentos, enquanto a posição dos alunos enfileirados, sem se olharem, supostamente, dificultaria conversas, já que os alunos devem apenas dirigir a palavra ao professor, quando permitido.

Nessa relação, o professor é o detentor e transmissor do saber, enquanto o aluno é ouvinte e passivo nesse processo. Os alunos passam a maior parte do tempo do período em que estão na escola sentados nas carteiras, ouvindo o professor e fazendo anotações em seus cadernos ou livros.

Nesse contexto, o foco das aulas está no conteúdo, ou seja, a educação é voltada para a transmissão de grande quantidade de informações que, por sua vez, devem ser absorvidas pelos alunos e cobradas através de testes e avaliações que, de acordo com Luckesi (2011), deveriam ser utilizadas para compreender os avanços, limites e dificuldades dos alunos, mas são meramente para classificar e expressar aprovação ou reprovação, desenvolvendo nos alunos um ciclo de medo diante da ameaça do desempenho abaixo do esperado.

A LDB - Leis e Diretrizes e Bases da educação menciona a educação voltada para o desenvolvimento pleno do aluno, ressaltando, no artigo 20, o desenvolvimento da criança “em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social”, além de garantir ao adolescente estudante do ensino médio

“um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Brasil, 1996).

Assim, considerando o contexto que apresentamos e a partir do que assegura a lei, procure refletir: é possível trabalhar o desenvolvimento da criança em seus aspectos integrais e plenos, conforme afirma a lei, dentro de uma sala de aula que visa controle e disciplina? Em uma relação hierarquizada, na qual o docente está acima do aluno, é viável um trabalho humanizado, que envolva um aprendizado baseado na afetividade e no desenvolvimento de uma relação de confiança e respeito entre professor e aluno?

Moran (2019) nos lembra que a escola deve focar sua conduta para a aprendizagem, vida criativa, experimental, com professores que ajudem a aprender fazendo, com menos aulas informativas e mais atividades de pesquisa, com professores que promovam aulas instigantes, trazendo desafios e problemas a serem solucionados.

O professor como mediador do aprendizado

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Diante do cenário de hierarquia na sala de aula, do professor como o detentor do saber, alunos sendo avaliados a partir de métodos que não mensuram conhecimento e o grande desafio da indisciplina na sala de aula, não há dúvidas de que precisamos repensar nossos métodos de ensino e o verdadeiro papel do professor frente ao aprendizado.

Precisamos abandonar a ideia da relação hierarquizada entre professor e aluno e o docente como autoridade e transmissor do saber, considerando que não há aprendizado verdadeiro em uma relação permeada pelo foco na disciplina e controle. No momento em que essa hierarquia se desfaz, aluno e professor ocupam o mesmo nível na sala de aula e caminham juntos no percurso da aprendizagem. A afetividade passa a ser uma ferramenta essencial, já que se

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

estabelece uma relação horizontal, tirando o professor do centro desse processo. Para Moran (2013), a afetividade impacta as interações e muda até o resultado da aprendizagem, já que envolve os alunos e multiplica suas potencialidades. Ainda segundo o autor, a solidão inerente à sociedade contemporânea torna o homem mais sensível a apelos emocionais do que racionais. Desse modo, a relação de medo e controle é substituída por uma relação de afeto e empatia, eliminando, assim, o componente de controle que se manifesta na prática dos professores. Abandonar o lugar de mero transmissor do saber é passar a ser o mediador do aprendizado, ou seja, criar um ambiente em que o aluno é constantemente estimulado a desenvolver seu raciocínio e reflexões a respeito de diversos assuntos, independente da disciplina. O professor não é ausente no aprendizado, mas faz as intervenções no momento certo, não para dar respostas prontas, não para dizer que o aluno está errado em seu raciocínio e que deve dar a resposta certa, mas com o objetivo de facilitar esse caminho, apontar possíveis direções, instigar e questionar.

Perceba que não se trata apenas da postura do professor perante o aprendizado, mas, nesse processo, estamos fazendo com o que o aluno questione, reflita, erre e acerte, até chegar às suas próprias conclusões. É um processo de descobrimentos e criatividade. É nesse sentido que o docente tem o poder de inibir essa criatividade ou fazê-la emergir; pode conduzir o aluno ao pensamento reflexivo ou dar respostas prontas; pode incentivar o questionamento ou silenciar o aluno que faz muitas perguntas. Sua conduta irá influenciar nessas diferentes respostas. O aluno sempre ocupou o lugar de um ouvinte, um ser passivo dentro da sala de aula que estava ali apenas para receber informações. O professor em sua atitude mediadora tira o aluno desse lugar, que passa a ser ativo e participante na construção do saber em uma atuação conjunta entre professor e aluno. Guerreiro e Lima (2020) comparam o trabalho docente mediador a um *personal trainer* que prepara o aluno a partir de níveis de dificuldade adequados, fornecendo ferramentas a serem utilizadas na execução da tarefa e oferecendo feedback sobre seu desempenho.

Como tem sido sua experiência nos estágios quanto à atuação do professor? Você percebe o docente como o centro do aprendizado, estando o aluno apenas no lugar de ouvinte? As atividades são propostas de forma que aluno e professor trabalhem conjuntamente, com as intervenções feitas nos momentos devidos, ou o aluno trabalha de forma individual? Quais outros aspectos da relação entre professor e aluno são destacados nesse processo?

A mediação e atuação prática do docente

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



O que significa, na prática, ser o mediador do aprendizado? Como conduzir a criança nesse processo?

Os conteúdos devem ser significativos para o aluno e sempre contextualizados. Um aluno pode dominar a resolução de equações, pode saber as datas dos diferentes períodos literários ou ter memorizado a função de cada órgão do corpo humano, mas se tais conteúdos não fizerem sentido para ele podemos dizer que o aprendizado foi em vão, e dificilmente será aplicado em sua vida cotidiana. É preciso que o aluno reconheça a utilidade dos diversos assuntos estudados no dia a dia. Para Guerreiro e Lima (2020, p. 5), no aprendizado contextualizado

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

“o aluno busca e constrói sentido para sua vida e ações, associando e conectando novas situações aos significados positivos que foram dados às situações anteriores”.

As atividades em pares ou em grupos devem ser privilegiadas em detrimento de atividades que executadas individualmente. É do trabalho coletivo que florescem discussões, debates e trocas que podem enriquecer o aprendizado, afinal, é na partilha de ideias e escutas que novas ideias emergem, além da possibilidade de trabalhar questões, como empatia, solidariedade e convívio em grupo.

O professor mediador do aprendizado questiona, conduzindo o aprendizado através de perguntas. Vamos a um exemplo prático? Se quero que meus alunos compreendam o conceito de “literatura”, posso iniciar a aula dando diversas definições e, depois, pedir que escrevam em uma folha tudo o que entenderam. Observe que, nesse caso, estou oferecendo o conteúdo pronto ao aluno, não há questionamentos, reflexões ou o incentivo ao pensamento criativo. Em uma abordagem cujo processo é mediador e facilitador, posso perguntar aos alunos o que lhes vem à mente quando falo em “literatura”. Já ouviram essa palavra antes? Em que contexto? Quais significados podemos atribuir a ela? Há apenas um significado ou vários? Essas são apenas algumas perguntas para nortear o pensamento do aluno e, junto com o professor, chegar a possíveis respostas. Veja que não estamos cobrando dos alunos a resposta “certa” ou “errada”, pois o objetivo não é medir conhecimentos, mas conduzir o aluno ao pensamento reflexivo e produtivo.

Ser mediador, além de instigar o aluno e levá-lo a reflexões, é também incentivar o trabalho independente e autônomo. Se nosso objetivo é evitar respostas prontas e motivar o aluno a pensar, então, as intervenções do professor ocorrerão também no momento oportuno, contribuindo com o aprendizado através de perguntas e colocações que conduzam o aluno a suas próprias conclusões.

Nesse contexto, em que o aprendizado é construído em um processo contínuo juntamente com o professor, o erro não é visto como algo a ser simplesmente corrigido, mas é uma ferramenta a ser utilizada para conhecer o pensamento do aluno e possibilitar que aluno e professor tracem juntos diferentes percursos. Luckesi (2013) ressalta que o erro deve ser visto como uma “virtude” no contexto escolar, é um indicador de que ainda não se chegou à solução final, além de nos mostrar como “não resolver” uma determinada tarefa; é uma oportunidade de revisão e avanço. Você pode pensar em outros contextos em que o professor atua como mediador na sala de aula? Há desafios em relação a esse tipo de abordagem de ensino? De que outras formas o aluno se beneficia de um aprendizado que ocorre junto ao professor? São algumas perguntas para refletir sobre sua futura atuação profissional, levando em consideração o aluno, que agora passa a ser autor de seu aprendizado.

Videoaula: Processos de aprendizagem

Este conteúdo é um vídeo!

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Não há dúvidas de que o trabalho do professor influencia diretamente a aprendizagem, a depender da forma que conduz sua aula. Uma aula expositiva, cujo papel do aluno é apenas ouvir e reproduzir os conteúdos, não levará o aluno a refletir, questionar ou despertar a criatividade, enquanto em uma aula na qual a curiosidade é estimulada, em um trabalho em conjunto com o professor, o aprendizado certamente será prazeroso e significativo. No vídeo a seguir, você verá como a atuação prática docente influencia em tais processos e como abandonar o lugar de mero transmissor do saber.

Saiba mais



Para ampliar sua visão a respeito do papel do professor na sala de aula e a importância de seu trabalho como mediador do ensino, sugerimos a leitura do texto:

[Aspectos constitutivos da mediação docente e seus efeitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento.](#)

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



ALTENFELDER, A. H. Aspectos constitutivos da mediação docente e seus efeitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 23, n. 24, p. 59-76, 2015.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542015000100006. Acesso em: 9 jan. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Brasília, 1996.

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 9 jan. 2023.

LIMA, M. B. R. M.; GUERREIRO, E. M. B. R. Perfil do professor mediador: proposta de identificação. **Educação**, Santa Maria, v. 44, e34189, 2019. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442019000100021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2023.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. São Paulo: Papirus, 2013.

Aula 5

Revisão da unidade

A prática docente e sua influência na construção do saber

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nesta unidade, percorremos a trajetória da história da educação, iniciando com o período jesuítico, no qual os padres jesuítas tinham como objetivo catequizar indígenas no contexto da reforma protestante e movimento da contrarreforma. Os indígenas aprendiam forçosamente uma nova cultura, novos hábitos e novas normas sociais, em um processo de aculturação e abandono de suas crenças. Os colégios faziam uso do *Ratio Studiorum*, um documento que ditava as regras e orientações sobre o sistema educacional, nortecendo a atuação dos padres que lecionavam nas escolas. No período do Brasil Imperial, é homologada a constituição de 1824, na qual a educação passa a ser gratuita a todos os cidadãos. No período da República, foi criado o movimento “Escola Nova” que, entre outras questões, procurava garantir a qualidade de ensino

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

das escolas e combater o elitismo na educação. A constituição de 1934 declarou a educação como direito de todos e, em 1961 foi promulgada a LDB - Leis de Diretrizes e Base da Educação. Em 1996, a nova LDB foi homologada, definindo a educação para todos, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando. A divisão dos níveis escolares passou a ser estruturada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Em 2018, foram homologados os documentos da BNCC, que tem como objetivo nortear o trabalho do professor voltado para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais em todas as escolas do Brasil, públicas ou privadas, garantindo um ensino de qualidade.

Você aprendeu que educar e instruir, embora possam, em princípio, parecer sinônimos, possuem um significado diferente quando compreendemos a prática docente. Instruir significa guiar o aluno a partir de instruções prontas, já educar implica percorrer um caminho de questionamentos, reflexões e investigações, em um percurso construído juntamente com o professor. Vivemos na “era digital”, o que demanda que as escolas se adaptem a essa nova realidade, cuja informação está no espaço cibernético. É nesse contexto que o docente passa a ter também a função de um educador voltado para o ensino tecnológico, educando o aluno quanto ao uso das informações disponíveis e auxiliando-o a utilizar de forma produtiva o conhecimento ao qual tem acesso, não se resumindo a um mero instrutor de dispositivos eletrônicos.

Você aprendeu que, em uma sociedade permeada por grande diversidade cultural, é dever da escola trabalhar essas diferenças através de práticas que promovam respeito, tolerância e valorização dessa pluralidade. A LDB declara ser obrigação da escola trabalhar questões étnico-raciais e sobre os povos indígenas o ano todo, exigindo que as escolas abandonem a prática usual de trabalhar tais temas em datas comemorativas, mas abordar continuamente, dada a importância de se combater atitudes de preconceito e racismo presentes em nossa sociedade. Finalmente, vimos também que a atuação prática do professor influencia diretamente na forma que o aluno constrói e reflete sobre os conteúdos aprendidos. Assim, torna-se fundamental que repensemos nossos métodos de ensino e que priorizemos uma prática voltada para um trabalho conjunto com o professor, na qual o docente passa a ser mediador da aprendizagem e constrói o conhecimento junto ao aluno, através de questionamentos que levem ao pensamento reflexivo e criativo.

Videoaula: Revisão da unidade



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Refletir sobre o papel do professor na educação é fundamental para reconhecermos sua influência no aprendizado e pensarmos em intervenções que garantam a qualidade do ensino e o aprendizado efetivo. No vídeo a seguir, faremos um resumo dos principais tópicos abordados nesta unidade, promovendo uma reflexão sobre a figura do professor no desenvolvimento dos alunos e na construção do conhecimento.

Estudo de caso



Imagine que você é professor de uma sala de aula do 5º ano e atua em uma escola localizada em alguma cidade da região Sudeste do Brasil. Certo dia, um tempo após o início das aulas, você recebe em sua turma um novo aluno, Pedro, vindo do Nordeste, e que se mudou para a região Sudeste recentemente, devido ao trabalho dos pais. Apesar de, em um primeiro momento, se sentir um pouco acuado por estar em um ambiente novo, Pedro procura fazer algumas amizades e passa a conversar com alguns alunos. Após alguns dias desde sua chegada, você vê um aluno durante o intervalo zombando de seu sotaque, pedindo a ele que fale “do jeito certo”. Ao conversar com a turma sobre o ocorrido, Pedro diz que, além de zombarem de sua forma de falar, também riram dele quando disse que ele e sua família dançavam Maculelê, uma dança típica da Bahia.

A diversidade cultural está presente nas escolas. Para Freitas (2012, p. 28)

“não existe uma cultura, mas culturas particulares, com seus códigos, suas regras, seus signos e significados”.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Assim, o professor estará diante de uma pluralidade cultural em sua sala de aula, na qual diferentes expressões da cultura se farão presentes e, a partir delas, questões envolvendo tal diversidade emergirão no cotidiano escolar, cabendo à escola e ao professor intermediar essas demandas.

Esse cenário, além de nos alertar sobre a relevância em trabalhar as diferenças no âmbito escolar, nos lembra que abordar questões pertinentes à diversidade cultural não se limita às aulas que fazem parte dos conteúdos programáticos, mas nos remetem à possibilidade de fazer uso de situações nas quais as diferenças se evidenciam para trabalhar questões de respeito, preconceitos e tolerância, mostrando-nos que o aprendizado não se resume somente a uma sala de aula, um giz e uma lousa, mas ocorre o tempo todo, em diversos cenários escolares. Freitas (2012) alerta para a omissão da escola quanto a situações de intolerância frente às diferenças, que muitas vezes ocorrem por medo, desconhecimento ou comodismo, perpetuando atitudes que necessitam de intervenções, mas que passam despercebidas.

Michaliszym (2012) reforça que a escola é um lugar no qual a heterogeneidade se faz presente, portanto, ignorar essa realidade seria desconsiderar a singularidade de cada aluno e suas identidades, em um trabalho que homogeneíza os alunos e deixa de reconhecer essas pluralidades para que as diferentes culturas sejam manifestadas e legitimadas.

Assim, se a sociedade é permeada de preconceitos, racismo, xenofobia e outros tipos de intolerância, faz-se papel da escola promover intervenções que mudem a ótica dos alunos para as diferenças e transforme a intolerância em respeito, o individualismo em solidariedade, o preconceito em valorização das diferenças.

Refleta

Trabalhar a diversidade cultural na escola não se limita aos conteúdos ensinados na aula de história. Uma abordagem interdisciplinar é fundamental para que as diferenças sejam trabalhadas a partir de diferentes perspectivas e em diferentes atividades. Porém, torna-se essencial que o professor crie espaços para abordar tais questões também fora de propostas estruturadas, em situações de convívio entre os alunos, no cotidiano escolar. Se nosso objetivo é promover mudanças nos alunos a partir de uma abordagem transformadora que efetivamente promova atitudes de respeito e tolerância ao outro, precisamos também trabalhar no campo da afetividade, já que é no convívio e nas questões que emergem a partir das trocas entre os indivíduos que poderemos fazer intervenções significativas. Em nosso exemplo, temos uma situação que faz parte do dia a dia escolar, algo corriqueiro e que poderia passar despercebido pela escola, por isso é essencial que você, em sua futura atuação como docente, esteja atento a essas demandas que surgem fora de atividades estruturadas, tanto pelo fato de não permitir que uma situação de conflito e exclusão ocorra sem uma devida intervenção, mas também por se tratar de um contexto que pode trazer discussões frutíferas para a sala, promovendo as mudanças que tanto almejamos.

Videoaula: Resolução do estudo de caso

Este conteúdo é um vídeo!

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Vamos agora nos lembrar de Pedro, o aluno que veio do Nordeste e está enfrentando alguns desafios em sua chegada ao Sudeste, tendo a impressão de não ser bem aceito por seus colegas e vivenciando preconceitos. Quais seriam as possíveis abordagens para mediar essa situação em que há claramente elementos de preconceito, intolerância e hostilidade frente a uma diferença cultural?

Uma conversa com a criança que está sendo hostilizada é importante, bem como ouvir aquele que está cometendo o ato de bullying, porém é também fundamental que o conflito seja levado para toda a sala de aula, aproveitando a situação para trabalhar questões de respeito e tolerância.

Pedro foi zombado por seu sotaque, por não falar “do jeito certo”. Nesse aspecto, temos uma discussão que é fundamental e que pode levar os alunos a várias reflexões: por que falamos de maneiras diferentes? Por que uma pessoa que mora no Nordeste fala de uma maneira, e quem mora no Sul ou Sudeste fala de outra? Há uma forma “melhor” ou “pior” de se expressar? Observe que você conduzirá o aluno a uma reflexão sobre as variações linguísticas e porque elas são ricas e importantes para a cultura de uma sociedade.

Pedro contou a seus colegas de sala que pratica a dança “Maculelê”, o que também causou estranhamento nos alunos por desconhecerem esse tipo de dança. Temos aqui outra oportunidade para conhecermos uma nova cultura. Você poderia perguntar aos alunos: “o que uma dança diz sobre um determinado lugar? De que forma a arte nos fala a respeito das origens de um país ou uma sociedade? Será que temos algo a aprender com o “Maculelê”? Seria, portanto, um momento oportuno para falar da origem da dança, que remonta à cultura afro-brasileira e indígena, deixando claro ao aluno que a história da arte também fala da história de um país. Também seria fundamental que Pedro falasse de outros hábitos e costumes do Nordeste, além de outras expressões artísticas que se fazem presentes em sua vida, em um trabalho de reconhecimento e afirmação de sua identidade.

Uma sala de aula da rede pública tem, em média, 23 alunos no Ensino Fundamental. Talvez você se pergunte: com tantas identidades, tantas diversidades presentes em uma sala de aula, seria possível trabalhar cada uma dessas culturas, histórias e subjetividades? Veja que, quando trabalhamos os desafios da turma quanto à aceitação de algo desconhecido, estamos também atuando sobre outras culturas, outras diferenças presentes na escola. A aceitação dessas diferenças pode se ampliar para a aceitação de outras diversidades quando mostramos aos alunos nossa singularidade e como podemos aprender com a singularidade do outro.

Substituímos, assim, o estranhamento pelo conhecimento, enquanto o preconceito dá lugar ao respeito e valorização de uma cultura. Certamente não é um trabalho fácil, tampouco com resultados imediatos, mas uma prática constante e focada na valorização dessas diversidades, que trará resultados significativos e duradouros.

Você pode pensar em outras formas de abordar os desafios que Pedro enfrentou ao se deparar com uma realidade diferente da sua? Há outras estratégias para ensinar os alunos a conviverem com as diferenças? De que forma a escola pode facilitar esse processo de adaptação para o

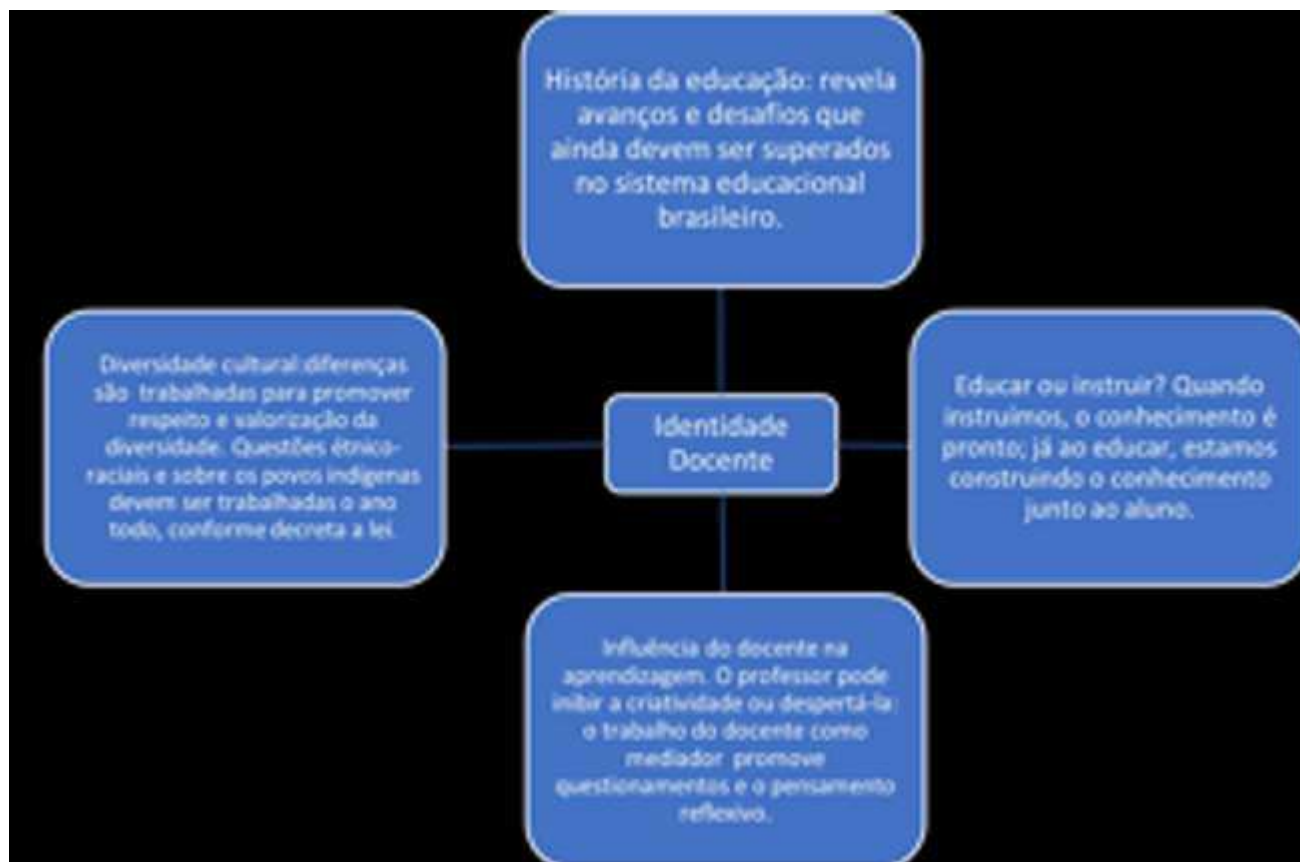
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

aluno? São algumas perguntas para que você reflita sobre o papel do professor e sua atuação frente à nossa sociedade heterogênea, diversa, mas sabendo que podemos aproveitar dessa pluralidade através de um trabalho focado no encontro e convívio com as diferenças.

Resumo visual



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



FREITAS, F. S. **A diversidade cultural como prática da educação**. Curitiba: Intersaberes, 2012.
MICHALISZYN, M. S. **Educação e diversidade**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Unidade 2

A formação e a atuação do docente no Brasil

Aula 1

A formação inicial

Introdução

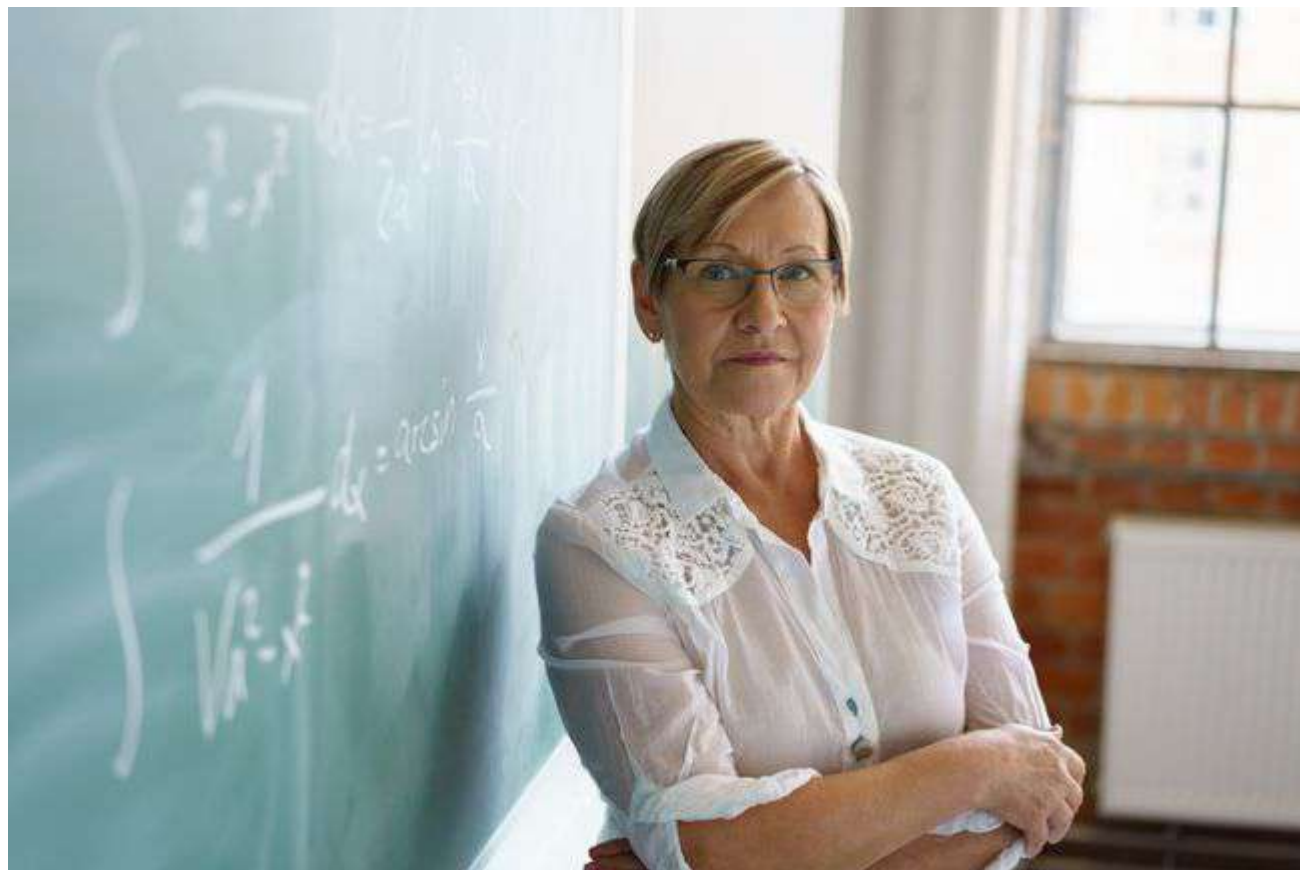
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nesta aula trataremos da profissão docente, construindo um percurso em que seja possível contribuir com sua formação identitária docente a partir da compreensão da docência como ação educativa em que os saberes teóricos, necessários à prática docente, não podem ser vistos dissociados do campo de ação – as salas da educação básica –, dos saberes que trazemos da nossa realidade e da morfologia social que compõe o cenário da atualidade. Assim, o tema identidade docente será trabalhado em uma perspectiva dialógica em que o conhecimento das dimensões que norteiam a profissão docente possibilitará uma aproximação com o universo de atuação profissional. Nessa perspectiva, serão apresentados os elementos fundantes da profissão professor a partir de três pilares do trabalho docente: o conhecimento da profissão docente – o saber e o fazer –; o conhecimento do contexto profissional, que envolve o conhecimento dos normativos que direcionam a ação docente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Base Nacional Comum Curricular – Temas Contemporâneos Transversais (BNCC-TCT); e o conhecimento a respeito das perspectivas e dilemas da profissão no contexto atual brasileiro.

A identidade docente diante das novas exigências educativas e profissionais

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nos tempos atuais, temos nos defrontado com novas exigências educativas e profissionais. Como alunos, nos perguntamos acerca do que fazer para dar conta das demandas apresentadas pelos professores, e como professores, perguntamos o que fazer para que os nossos alunos percebam a importância da escola para compreender a dinâmica do mundo e poder ingressar no mercado de trabalho.

Os professores, em virtude das funções formativas que exercem, ocupam uma posição de destaque nesta nova "morfologia social" (CASTELLS, 2018). Podemos afirmar que no âmbito da atividade e da experiência humana, os professores têm, desde sempre, uma posição estratégica. Podemos lembrar daquele professor que nos serviu de modelo para algumas ações ou decisões. Você tem algum professor do ensino fundamental do qual você se lembra? O quanto esse professor influenciou sua forma de pensar a profissão docente e o aprendizado?

Esse cenário conduz à reflexão a respeito da importância dos professores diante das transformações históricas que temos vivenciado. Nos meios de comunicação, a referência feita sobre educação normalmente se baseia em dados. A quantidade de alunos que conseguem compreender o que leem, ou a dificuldade que estes alunos têm com relação à matemática. E surge a pergunta: o que está faltando para que esse aluno supere suas dificuldades de aprendizagem?

Os questionamentos que aparecem atingem diretamente os professores, porque quando pensamos no aluno imediatamente vem à mente o professor e a sua responsabilidade em preparar os jovens para o exercício pleno da cidadania. Esse cenário nos leva a concluir que as

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

atitudes e ações dos professores impactam positivamente ou negativamente, dependendo do seu compromisso com a profissão e com as transformações da sociedade. Você concorda com isso?

Com efeito, a possibilidade de avanços sociais reside na capacidade de inter-relacionar saberes e fazeres. É esse o sentido de uma formação que não esteja pautada em uma racionalidade fechada que deixa escapar o real, mas que seja uma formação pautada em uma racionalidade aberta que comporte o “viver” (MORIN, 2015, p. 457). Para alcançar esse modelo de racionalidade, que é crítica porque não comporta a ação rotineira dos fazeres docentes, e que é aberta porque se alimenta do real, do contexto vivenciado, é necessário construir sua identidade profissional. Neste sentido, cabe refletir acerca de qual identidade docente você quer construir no seu percurso formativo.

Políticas educacionais

As políticas educacionais são legitimadas tanto pelos discursos institucionais (diretrizes, resoluções, projetos político-pedagógicos, planos e projetos desenvolvidos nos espaços de ação-escola etc.) quanto pelos discursos pessoais (sujeitos participantes do processo). Resumindo, podem ser consideradas um conjunto de técnicas, categorias, objetos e subjetividades (BALL, 2011). Qualquer que seja o campo de análise, essas políticas “não devem ser vistas distantes das relações que existem entre o plano estrutural e conjuntural” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011). Ou seja, não podem ser vistas longe do campo político, do campo acadêmico nem das subjetividades que constroem.

Esse conceito possibilita olhar os detalhes da política educacional para situar as possibilidades de organização do trabalho docente que estejam consoantes com a identidade docente que se pretende construir.

O documento institucional que direciona o trabalho docente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), define os fundamentos pedagógicos que devem nortear o ensino, no caso, o desenvolvimento de competências, o ensinar a fazer. O que, para Lima e Sena (2020), é um regresso ao tecnicismo. De forma complementar, a BNCC – Temas Contemporâneos Transversais (TCT), aponta caminhos para a contextualização do que é ensinado.

Exemplificando

Uma das competências gerais da BNCC é voltada para o pensamento científico. Uma abordagem interdisciplinar do assunto degradação ambiental – arboviroses permite que o professor elabore e crie situações de aprendizagem que envolva os alunos, leve-os a pensar e refletir acerca do meio em que vivem e, ainda, desenvolva a linguagem matemática e científica adequada ao nível do aluno. Isto é, de forma criativa, contextualizada e interdisciplinar, o professor amplia as referências dos alunos e a sua própria referência conceitual e pedagógica. Você acha isso possível?

Desafios do trabalho docente: entre desafios e tensões: a relação com a BNCC

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para compreender a importância do professor, é necessário evidenciar algumas questões que dizem respeito aos desafios enfrentados para que a atividade de professor alcançasse legitimidade profissional. Pode-se afirmar que inúmeros processos contribuem para a (res)significação da profissão docente e do trabalho docente. Um olhar crítico reflexivo sobre esses processos nos permite reconhecer os elementos tensores que dinamizam o exercício docente. O Quadro 1 a seguir revela os desafios e as tensões presentes no cotidiano da ação docente.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

"<i>Além de dar aula, você trabalha, professor?</i>" (registros de aulas) Feminização do magistério (Viana, 2013). "Feminização e desfeminização da docência" (DAL'IGNA; SCHERER, 2020). O direcionamento das práticas, dos valores e das relações sociais no interior da escola e no seu entorno.	Há uma negação da dimensão do professor como profissional que constrói e produz saberes (GERALDI <i>et al.</i>, 2001). "Expansão da educação a partir do processo de urbanização e industrialização. Expansão do sistema, pouca valorização salarial e características intrínsecas à mulher - afeto, cuidado, docilidade" (APPLE, 1987). Do papel pedagógico do cuidar ao compromisso político. Para Ball (2013) são novas formas de orientação profissional que trazem uma linguagem voltada para eficiência, "desempenho, competências, padronização, conduzem a pensar o novo papel do professor" (p. 31) e, conseqüentemente, suas práticas pedagógicas
--	---

Quadro 1 | Síntese dos desafios e tensões da profissão professor. Fonte: elaborado pela autora.

A síntese apresentada nos leva a concluir que há um processo em curso que ao mesmo tempo garante legitimidade à profissão e ao papel do professor, e traz desafios do ponto de vista epistemológico e metodológico de sua prática profissional.

Desse ponto, podemos evidenciar que há um distanciamento entre quem está imerso no trabalho docente e quem pensa as políticas educacionais que direcionam a ação docente. Estas trazem referências a políticas precedentes, apontam necessidades legais e institucionais,

[...] crenças e valores (concordantes e, às vezes, discordantes), posturas pragmáticas, criatividade, experimentações, sedimentação, lacunas e espaços, dissensos e constrangimentos materiais e contextuais. (BALL, 2011, p. 13)

Concebendo o que propõe Stephen Ball (2011) quanto ao reconhecimento de que nas políticas educacionais há lacunas e espaços em que é possível algum tipo de ação criativa, podemos refletir conjuntamente a respeito da prática pedagógica que é possível desenvolver em uma proposta curricular em que o fundamento é o saber-fazer (BNCC), assumindo como pressuposto pedagógico a contextualização do conteúdo e a interdisciplinaridade como uma abordagem metodológica que possibilite ao professor exercer sua prática profissional reflexivamente, e que permita aos seus alunos "reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

responsável” (BRASIL, 2018). É este o desafio a que nos propomos cotidianamente nas nossas ações formativas e autoformativas.

Prática pedagógica e o pensamento crítico-reflexivo do professor



Anteriormente, pensamos o papel dos professores diante da nova morfologia social que caracteriza a sociedade contemporânea. Da política educacional de ação e formação foram apontados pontos que tratam do papel dessas políticas e as formas possíveis de implementá-las. Foram apontados os desafios do trabalho docente evidenciando também as tensões e apontando que a legitimidade da profissão docente ocorre na forma de um processo em que é fundamental o compromisso político, ético e social do professor docente.

A proposição de estabelecer uma relação entre estes instrumentos da política educacional é consonante com a proposição de Ball (2011) quanto à necessidade de dar respostas às políticas. É necessária, segundo o autor, a compreensão de que “[...] as políticas não dizem o que fazer; elas criam circunstâncias nas quais os espectros de opções disponíveis sobre o que fazer são estabelecidos” (BALL, 2011, p. 46). Para o mesmo autor (2011, p. 45), além de expor as contradições e paradoxos das políticas, é necessário algum tipo de “ação social criativa”.

Em suma, pode-se dizer que a identidade docente é construída a partir de diferentes articulações e formas de conceber a profissão docente, não dependendo apenas dos normativos institucionais definidos na política educacional. Ela, a identidade docente, é construída pelo sujeito em formação, no caso, o aluno em processo constante de formação e autoformação. As reflexões e questões apresentadas constituem o solo sobre o qual você poderá avançar fazendo leituras que subsidiarão o seu próprio pensamento e sua postura profissional.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Dito isto, vamos partir para a prática pedagógica articulando as competências gerais da BNCC para o ensino médio, com a abordagem metodológica interdisciplinar buscando refletir sobre estas a partir da seguinte situação educacional: no ensino de ciências os temas com os quais é possível discutir relações étnico-raciais na maioria das vezes não são abordados. Francisco Junior *et al.* (2008) apontam que no ensino de Química, os alquimistas (cientistas que desenvolveram produtos a partir do estudo das substâncias químicas) são considerados os precursores desta disciplina. Nessa abordagem há uma desconsideração do conhecimento químico utilizado no Egito Antigo para embalsamar faraós. Deste caso podemos pensar a respeito da valorização do conhecimento de uma determinada cultura em detrimento de outras. A situação apresentada revela que uma prática pedagógica que esteja alinhada ao desenvolvimento de uma cidadania plena e uma consciência crítica prioriza uma reflexão ampliada da questão, desconstruindo essa ideia colonialista que não considera outros saberes e fazeres.

Cabe ressaltar que no documento base, BNCC–Ensino Médio, uma das competências gerais aponta para a valorização da diversidade de saberes e vivências culturais (BRASIL, 2018, p. 11), o que implica construir uma proposta pedagógica em que seja possível dialogar e contextualizar os diferentes saberes.

Videoaula: A formação inicial



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Prezado estudante, convidamos você a vivenciar uma jornada formativa em que vamos construir juntos reflexões a respeito da profissão professor diante das novas configurações do mundo atual e das determinações institucionais que servem de base para o trabalho desenvolvido no cotidiano docente. Com o propósito de refletir e construir uma prática pedagógica consoante com os desafios dessa profissão, vamos analisar brevemente os processos que culminaram em novas formas de ver e pensar a profissão.

Saiba mais

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Caro estudante, indicamos como sugestão o livro de Edgar Morin, [*Os sete saberes necessários à Educação do futuro*](#), disponível na Biblioteca virtual. Neste livro o autor traz reflexões a respeito da sociedade contemporânea em uma perspectiva de abertura às mudanças, e a integração destas no universo escolar. Também evidencia a necessidade de uma articulação de saberes antigos e contemporâneos, além de revelar a preocupação com uma sociedade mais humanizada. Sugerimos, também, que você busque nas plataformas de divulgação científica artigos que estejam próximos de sua área de interesse. Como sugestão de plataforma sugerimos você acessar a de [*periódicos da Capes*](#).

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



APPLE, M.W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes médicas, 1987.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*: BALL, S. J.; MAIN ARDES, J. (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J., BAILEY, P., MENA, P., DEL MONTE, P., SANTORI, D., TSENG, C.- YING, YOUNG, H., & OLMEDO, A. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Revista Educação em Questão**, v. 46, n. 32, maio/ago. 2013. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2013v46n32ID5114>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 2 de julho de 2019**. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília/DF: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=116731-rcp001-19&category_slug=julho-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 set. 2022.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DAL'IGNA, M. C.; SCHERER, R. P. Trabalho docente no Brasil: da feminização do magistério para a desfeminização da docência. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 25-47, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v8i1.11803>. Acesso em: 26 jan. 2023.

FRANCISCO JUNIOR, W. E. Estratégias de leitura e educação química. **Química Nova na Escola**, v.32, n. 4 p. 220-226, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 116, Campinas, p. 619-638, 2011.

IZA, D. F. V.; BENITES, L. C.; SANCHES NETO, L.; CYRINO, M.; ANANIAS, E. V.; ARNOSTI, R. P.; SOUZA NETO, S. de. Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 273-292, 2014. DOI: 10.14244/19827199978.

Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/978>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LIMA, Á. M.; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza . A pedagogia das competências na BNCC e na proposta da BNC de formação de professores: a grande cartada para uma adaptação massiva da educação à ideologia do capital. In: Antonio Marcos da Conceição Uchoa; Átila de Menezes Lima e Ivânia Paula Freitas de Souza Sena. (Org.). **Diálogos Críticos. V.2 - Reformas Educacionais: avanço ou precarização da educação pública?**. 1ed.Porto Alegre - RS: Editora FI, 2020, v. 2, p. 11-37

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2013.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

Aula 2

A formação continuada de professores e os diferentes níveis de atuação

Introdução

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nesta aula, que tem como tema principal a formação continuada, vamos tratar da formação inicial e da formação continuada, vendo alguns termos que diariamente aparecem nos meios de comunicação. Os autores que vamos conhecer construíram conhecimento sobre os temas a partir de suas próprias pesquisas, que são o conceito de profissão, e profissionalidade e desenvolvimento profissional docente (DPD). Vamos estudar dois princípios das diretrizes que norteiam a formação de professores, a BNCC-Formação e BNCC-Formação continuada. Nessa construção, você poderá perceber que a forma e os caminhos adotados ao longo dos seus processos formativos conduzem você a imprimir uma marca profissional própria, que é a sua identidade docente. Sua participação de forma atenta e reflexiva subsidiará suas futuras decisões profissionais.

**Profissão, profissionalidade e desenvolvimento profissional docente (DPD):
conceitos introdutórios**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Fala-se muito que os alunos não são mais os mesmos, mas, afinal, quem são esses alunos e o que eles esperam do professor? Este é um questionamento que paira na mente dos professores. Outro ponto de tensão entre os professores é o modelo de ensino, a prática pedagógica que ele vai utilizar em sala de aula. Na verdade, estamos sempre a nos interrogar a respeito do que fazer para desenvolver com qualidade as nossas ações e o nosso trabalho.

Hanna Arendt (1993), ao refletir sobre o trabalho, nos mostra que ele é uma atividade carregada de pluralidade e de valores que são marcas da existência humana. A respeito da profissão, ela aponta como o espaço sistematizado e organizado da ação. Quando você pensa em uma escola, provavelmente lembrará de alunos, da estrutura da escola e dos conteúdos que você precisa trabalhar.

A escola é o lugar que ocupamos para ensinar. Pode ser que você esteja pensando naquela forma mecânica e rotineira que vivenciou e sofreu em alguns momentos de sua vida. E se esse formato nos desagradou, pense nessa rotina para um aluno que está imerso em um mundo digital. Por isso, não basta ter conhecimento técnico e habilidades específicas. O tipo de ação docente exigido e esperado neste século é aquele que ultrapassa os limites de uma prática educativa resumida à exposição de conteúdos e à reprodução de informações.

No espaço do exercício profissional do professor, na escola, há um mundo de subjetividades que se encontram de formas diversas. E, por isso, há a necessidade de que você esteja preparado para perceber seus alunos em sua totalidade.

Esse contexto apresentado certamente mostrou que é preciso buscar caminhos mais prazerosos e significativos para o enfrentamento dos desafios presentes no cotidiano da escola. Pode ser evidenciado que as singularidades vivenciadas na prática profissional passam por uma reflexão que conduz a busca de estratégias metodológicas e conceituais. Acrescentamos que essa busca

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

de uma prática pedagógica situada meramente em busca de estratégias não dá conta das singularidades do contexto das atividades dos professores.

Considerando, portanto, a natureza das atividades dos professores e das situações do cotidiano, parece ficar evidente a necessidade de conceber que no caminho do desenvolvimento profissional, os novos paradigmas e a multiplicidade de funções exige não só uma profissionalização docente, mas uma “profissionalidade”.

Gimeno *apud* Contreras (2002, p. 74) define o termo “profissionalidade” como

[...] a expressão da especificidade de atuação dos professores na prática, ou seja, o conjunto de atuações, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores ligados a elas que constituem a prática específica de ser professor.

Gorzoni e Davis (2017) associam o termo ao conhecimento profissional específico de ensinar que é construído a partir das experiências docentes vivenciadas ao longo da trajetória, em diálogo com os aspectos formativos da formação inicial e continuada. As autoras estabelecem uma relação entre a profissionalidade e o desenvolvimento profissional docente (DPD), e afirmam que são conceitos complementares porque são processos que ocorrem na vivência das situações concretas de ensino, das exigências do contexto e do compromisso pessoal e coletivo em vistas à qualidade da ação educativa.

O termo **desenvolvimento profissional docente (DPD)** amplia a perspectiva da formação continuada porque sugere “evolução e continuidade” (BORGES; SOUZA, 2020, p. 7). Defendemos que o uso do termo sugere autonomia formativa, porque o próprio docente escolhe e determina seu percurso profissional.

Do conteúdo apresentado até este momento, finalizamos dizendo que a profissão professor requer um processo formativo contínuo e pessoal. Porque além de competências e habilidades de ensinar, há a necessidade de atualização para atender à evolução do mundo contemporâneo e à própria necessidade pessoal do sujeito professor.

Em relação aos conceitos de profissão, profissionalidade e desenvolvimento profissional, Gorzoni e Davis (2017, p. 1396) ao apresentarem “o conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes” concluem que:

[...] profissionalidade docente está associada a diversos aspectos, tais como: o conhecimento profissional específico; a expressão de maneira própria de ser e atuar como docente; o desenvolvimento de uma identidade profissional construída nas ações do professor e à luz das demandas sociais internas e externas à escola; a construção de competências e o desenvolvimento de habilidades próprias do ato de ensinar conquistadas durante a formação inicial e/ou continuada. (GORZONI E DAVIS, 2017, p. 1396)

Para Fiorentini e Crecci (2013, p. 45), o processo de desenvolvimento profissional docente (DPD) é “contínuo que tem início antes de ingressar na licenciatura, estende-se ao longo de toda sua vida profissional e acontece nos múltiplos espaços e momentos da vida de cada um, envolvendo aspectos pessoais, familiares, institucionais e socioculturais”.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

A formação continuada de professores e os diferentes níveis de atuação



As políticas públicas de formação atendem às necessidades da “morfologia social”, que vem sendo constituída ao longo do tempo, e às demandas de mercado, que delimitam padrões que são absorvidos no campo educacional. Essa “morfologia” em que a sociedade é estruturada têm nas redes sociais um forte componente que modifica as relações sociais e profissionais. No caso da educação este impacto é maior, considerando a função social da profissão docente. É um contexto que coloca o professor em um lugar desafiador, porque requer repensar não só as formas de ensinar, mas também de aprender.

Com o intuito de pensar esses desafios do ponto de vista da formação continuada, apresentaremos, em linhas gerais, a base de sustentação da BNCC, para, adiante, enfatizarmos os níveis de atuação docente, com suas demandas e o que dispõe a BNC-Formação e a BNCC-Formação Continuada, buscando construir uma aproximação com o modelo formativo construtivo apresentado por Nóvoa (1992) e ampliado pela compreensão do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação de Professores de Matemática (GEPFPM) da FE/Unicamp (GEPFPM, 2023).

Para iniciar a reflexão, vejamos no mapa de fluxo a seguir, eixos que consideramos centrais da BNCC.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Figura 1 | Eixos centrais da BNCC. Fonte: elaborada pela autora.

O propósito que sustenta as competências gerais que estão em destaque aponta para uma construção contínua nas etapas de ensino educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Também possibilita perceber que o foco da ação é voltado para o currículo em consonância com as demandas éticas, políticas e sociais. Essa visão ampliada permite afirmar que há diferentes níveis de ação.

Para atuar nessas etapas e foco definidos é necessário que o sujeito do ato educativo – o professor – construa sua profissionalidade – seu desenvolvimento profissional – a partir do percurso formativo que tem diferentes níveis: a formação inicial, na licenciatura, e a formação continuada, em cursos de atualização e aperfeiçoamento, além da produção de conhecimento em cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Ao refletir a respeito da formação continuada, Fiorentini (2008, p. 60) aponta para um modelo fundamentado “num processo contínuo de reflexão interativa e contextualizada sobre as práticas docentes, articulando teoria e prática, formadores e formandos”. Nesse formato há uma proposição de ajuda mútua, a colaboração entre os sujeitos que estão vivenciando o cotidiano educativo.

Pensando em como construir esse modelo, apresentamos dois princípios que consideramos fundamentais para essa proposição. Na formação inicial, o fortalecimento da responsabilidade do aluno, colocando-o como protagonista de sua formação, o que sugere uma responsabilidade pessoal com o curso e com a profissão em que está sendo formado. E na formação continuada, a indissociabilidade como princípio metodológico formativo, em que a ação de ensino é retroalimentada pela pesquisa. E em todos esses processos formativos, defendemos a colaboração e interação com a escola como campo de ação do futuro professor.

A relevância da formação continuada para a atuação docente no século XXI

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Anteriormente foram apresentados conceitos fundamentais para compreensão da profissão docente a partir de diferentes formas de conceber a profissão. Foi sugerida uma aproximação do conceito de profissionalidade docente com o conceito de desenvolvimento profissional docente (DPD); em seguida, foram apresentadas competências gerais da BNCC relacionadas com os diferentes níveis de formação continuada e, por fim, um modelo formativo que sugere um modelo de formação continuada.

Mas fica a questão: por que para a proposição de uma formação continuada é realmente necessário ter uma formação depois da graduação? Para responder à essa questão, podemos nos situar como sujeitos que estão em constante processo de transformação e, consequentemente, de aprendizagem. Esse perfil apresentado permite afirmar que os jovens que estão na escola não conseguem viver neste espaço educativo com o olhar direcionado à lousa e ao giz.

Nesse contexto, as demandas por formação são ampliadas. Evocando Paulo Freire (2002), podemos lembrar que a experiência da formação deve ser permanente porque somos seres inacabados, e para ensinar é preciso aprender. Paulo Freire nos ensina que quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve a “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2002, p. 27). É o processo de reflexão-ação-ação-reflexão que o professor amplia valores e competências profissionais.

Vejamos a seguinte situação do cotidiano de uma escola de ensino médio, localizada no interior do Brasil. O professor A apresenta a seguinte atividade para os alunos do 2º ano do ensino

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

médio: pensar as áreas verdes da cidade estudando os conteúdos de área e perímetro. O professor B, em outra sala, iniciou o conteúdo de geometria apresentando os conceitos de área e perímetro na lousa.

Essa situação apresenta duas vertentes opostas de ensino. Uma, contextualizada e interdisciplinar, e outra de transmissão de conteúdo. O que pode sugerir diferenças nestas dinâmicas passa por uma variedade de fatores: questões profissionais de excesso de trabalho, questões de aproximação com outras metodologias de ensino, a disponibilidade em ampliar o repertório crítico do aluno, e os saberes que o professor mobiliza no seu cotidiano de trabalho, entre outras questões.

Algumas considerações mais gerais precisam ser feitas, e o encaminhamento das ações seguramente extrapola um aligeiramento da análise da situação apresentada. Apontando especificamente para a necessidade de uma abertura a novas formas de conceber a prática educativa, sugere-se uma formação continuada que permita uma ampliação do universo de referência desses professores. Lembrando que não é somente o processo formativo continuado que determina uma mudança de concepção do ato de ensinar; é necessário que o professor participe de formações que possibilitem não somente a aproximação com novas tendências educacionais, mas também que possam ser protagonistas de seu desenvolvimento profissional (FIORENTINI, 2008).

Videoaula: A formação continuada de professores e os diferentes níveis de atuação



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Convidamos você a pensar a formação continuada a partir dos conceitos de profissão, profissionalidade e desenvolvimento profissional docente (DPD). Esses conceitos são apresentados em um movimento de pensar a formação do professor para atender às demandas conjunturais e educacionais. Você verá, na videoaula, um mapa de fluxo em que estão evidenciados dois princípios da BNCC que apontam a necessidade de um engajamento na formação. E, para finalizar, apontamos etapas e diferentes níveis de formação continuada que possibilitem um desenvolvimento profissional.

Saiba mais

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Prezado estudante, nas plataformas de divulgação científica é possível encontrar conhecimento produzido que tratem de temas do seu interesse e que podem contribuir para o processo de formação e desenvolvimento profissional.

Acesse os anais de eventos científicos, como sugestão de anais: **Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd | ISSN: 2447-2808** e **Trabalhos completos publicados em anais de eventos da Unesp**.

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BORGES, F. S. F.; SOUZA, L. S. Desenvolvimento profissional docente e formação continuada: possíveis aproximações e distanciamentos. *In*: EPEN – REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL NORDESTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 25., 2020, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 2020.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Venezuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIORENTINI, D. A pesquisa e as práticas de formação de professores de Matemática em face das políticas públicas no Brasil. **Bolema**, Rio Claro, v. 21, n. 29, p. 43-70, 2008.

FIORENTINI, D.; CRECCI, V. Desenvolvimento profissional docente: um termo guarda-chuva ou um novo sentido à formação? **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 11-23, 2013. Disponível em:

<https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/74>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GEPFPM. Breve histórico do GEPFPM. Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores de Matemática. **CEMPem**, 2023. Disponível em: <https://www.cempem.fe.unicamp.br/gepfpm>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GORZONI, S. de P.; DAVIS, C. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. **Cadernos de Pesquisa [online]**, v. 47, n. 166, p. 1396-1413, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144311>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Aula 3

Engajamento profissional

Introdução



Nesta aula vamos tratar do desenvolvimento profissional docente (DPD) a partir do seu engajamento profissional (EP) com o contexto escolar. Para iniciar, vamos fazer um exercício: como você representa, na sua imaginação, o contexto escolar? Faça um desenho mental. Neste desenho, faça uma representação do ambiente da escola: o pátio, a sala de aula, os alunos conversando; pense em temas que podem estar sendo abordados por esses alunos e como você enxerga a sua atuação neste contexto.

Essa representação, servirá para introduzir o tema desta aula: a importância do projeto político pedagógico (PPP) no contexto escolar. Vamos pensar o PPP a partir de três perspectivas: a da política educacional, a da ação pedagógica do professor, e a do seu envolvimento nesse processo.

Bons estudos!

Construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP): um caminho para o seu próprio desenvolvimento profissional

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Você vivenciou uma formação pautada em reflexões acerca de alguns conceitos fundamentais para começar a construir a sua própria identidade profissional. Tratamos do papel do professor na atualidade e dos desafios para construir uma profissionalidade docente.

Nesta aula, vamos pensar na importância do projeto político pedagógico (PPP) no contexto escolar, buscando caminhos para implementar uma política educacional na escola que deem conta dos desafios de desenvolver a aprendizagem, a motivação e a autonomia do aluno do nosso atual contexto. Para isso, tomamos o PPP a partir de três perspectivas: a da política educacional, a da ação pedagógica do professor, e a do seu envolvimento nesse processo. Inicialmente, vamos assumir o que nos sugere Stephen Ball (2011) quanto à necessidade de dar respostas às políticas em uma perspectiva de “ação social criativa” (BALL, 2011, p. 46). Para esse autor, “[...] as políticas não dizem o que fazer; elas criam circunstâncias nas quais os espectros de opções disponíveis sobre o que fazer são estabelecidos” (BALL, 2011, p. 46). Nesse sentido, convidamos você a trazer essas subjetividades (pensamentos, valores e saberes) para pensar e construir o projeto político pedagógico (PPP) de uma escola em que os valores sociais, éticos e ambientais sejam a tônica da política da escola, e que a sua prática pedagógica seja promotora de aprendizagem, motivação e autonomia de seus alunos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Para Veiga (2002), o PPP é “um instrumento normativo de organização do trabalho pedagógico da escola como um todo” (p. 22). Decerto que na perspectiva apontada pela autora, podemos pensar que nessa organização os fatores pessoais, sociais, culturais e históricos perpassam uma coletividade que é feita de diferentes sujeitos e realidades.

Nesse sentido, é necessário assumir alguns princípios para nortear a ação educativa na escola – não como imposição hierárquica, mas como uma construção coletiva fundada nos princípios que regem a sociedade.

Na BNCC está estabelecido o “propósito de construção de uma sociedade mais ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária” (BRASIL, 2018, p. 27). Tal propósito pode ser configurado como princípio da abordagem no PPP, porque se partirmos da ideia de que é no processo educativo, mediado pela escola, que construímos uma sociedade democrática e justa, também assumimos que para isso é necessário imprimir qualidade no nosso fazer educativo, nas nossas ações diárias.

Para tanto, apresentamos duas dimensões: a da coletividade, na construção da escola que queremos, e a dimensão pessoal, que é a responsabilidade que o professor tem com a própria formação, que ocorre tanto do ponto de vista da busca de conhecimentos científicos quanto conhecimentos do contexto e desenvolvimento pessoais.

O sentido dado direciona a construção do PPP a partir de um fazer educativo, que é político, social e científico, e que também possibilita o seu próprio DPD.

Projeto Político Pedagógico (PPP): reflexões em uma perspectiva crítica

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para aprofundar seu conhecimento a respeito do projeto político pedagógico (PPP) vamos retomar o sentido destas palavras. “Projeto”, do latim *projectus*, como algo a ser lançado; “político”, com uma noção de um “agir específico posto em ação por um sujeito próprio [...]” (RANCIÈRE, 2007, p. 254), e “político-pedagógico”, no sentido de condução da ação educativa que não pode ser pensada no sentido limitado à ação educativa em sala de aula. É mais ampla porque está aberta para pensar os problemas reais do contexto, a uma visão que assume “a ação educativa a partir de um compromisso do profissional com a sociedade” (FREIRE, 1989, p. 15). Essa reflexão crítica permite reconhecer que para pensar um projeto político para a escola é necessário reconhecer a heterogeneidade de atores, de práticas e de saberes que compõem o espaço educativo.

O reconhecimento dessa heterogeneidade possibilita considerar o que Veiga nos aponta quando afirma que “a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade” (VEIGA, 2002, p. 9). Considerar essa perspectiva é reconhecer que o PPP não é um pacote ilustrativo que comporta planos e projetos fechados, porque a escola, enquanto “instituição social, reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade” (VEIGA, 2002, p. 10); portanto, comporta uma “racionalidade aberta” (MORIN, 2014, p. 456) porque é local de exercício da criatividade e da crítica.

Assim, esse instrumento não pode ser considerado um normativo com caminhos prontos. Das situações vivenciadas emerge a necessidade de novas abordagens, novas formas de organização e construção profissional.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Nesse sentido, é necessário que você, sujeito em constante processo de desenvolvimento profissional, considere que, ao pautar sua ação docente e sua prática pedagógica em um constante processo de ação-reflexão, será possível enfrentar os problemas da escola e do contexto em que os alunos estão envolvidos.

Em algum momento você pensou no modelo de escola em que quer trabalhar? Acreditamos que a resposta a essa questão terá algumas dimensões: a do ambiente profissional, um ambiente em que seja possível superar os conflitos entre ensinar e aprender – porque provavelmente a ideia que mais nos aflige é quanto ao que fazer no ambiente educacional para tornar mais prazeroso o ato de ensinar e aprender –; a dos valores sociais, éticos e ambientais que perpassam os instrumentos formativos e avaliativos, porque é necessário pensar em totalidade, afinal, você vai trabalhar em um espaço de formação para a cidadania, a escola. É um processo de construção que você não vai fazer sozinho, porque a base fundamental de construção do PPP é a base da coletividade e da participação.

É nessa perspectiva que apontamos alguns caminhos sugestivos para seu engajamento profissional nessa construção. São eles:

- Assumir para o processo de construção do PPP o princípio democrático-participativo como ponto de partida para que a escola seja pensada por todos os alunos, professores e funcionários, como sugere Veiga (2002).
- Assumir a qualidade da educação pretendida a partir dos seguintes indicadores: ambiente educativo, que comporte o respeito às diferenças e aos direitos humanos; ambiente profissional em que haja o incentivo às ações coletivas; e as condições profissionais, no plano da estrutura física do espaço escolar e no aspecto da valorização da profissão professor.

A organização do projeto político pedagógico: entre legislação e o contexto da escola

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Foi apresentada uma perspectiva crítica a respeito dos fundamentos que devem pautar o projeto político pedagógico (PPP), definindo a construção coletiva como uma forma de engajamento profissional e como possibilidade de organizar o trabalho pedagógico em uma perspectiva democrática-participativa.

Agora, vamos analisar o PPP de duas escolas situadas no interior do Brasil, utilizando a perspectiva apresentada.

Na primeira escola, foram utilizados dois eixos norteadores: a organização pedagógica, em que o planejamento sugerido tem a base nos projetos temáticos elaborados coletivamente pela comunidade escolar - professores, pais e alunos e, o eixo voltado, para as condições de trabalho e de valorização docente. Em outra escola dessa mesma região, o eixo de sustentação do PPP foi: a organização pedagógica - conteúdos, metodologia de ensino e avaliação.

Do que foi apresentado, o que você consegue evidenciar acerca dos PPPs? Qual a participação da comunidade interna (alunos e professores) e da comunidade externa? Nessa organização do trabalho pedagógico, o que pode ser apontado como ponto que converge com uma postura crítica e participativa para a construção do PPP?

Cabe destacar que um processo de organização do projeto político-pedagógico, pensado em uma perspectiva sistêmica, que trabalha a organização da escola como um todo e que integra diferentes sujeitos, de diferentes realidades, permite uma aprendizagem voltada para o exercício da cidadania. Tomando as reflexões de Veiga (2002), podemos afirmar que é possível construir uma outra “gramática” de um projeto político pedagógico. Nesta, cabe a definição do tipo de

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

sociedade, do tipo de profissão, do papel do professor, e do protagonismo dado aos alunos e pais

Assim, em uma proposta crítico-problematizadora há lugar para a gestão democrática-participativa da escola, desde que você, como professor, perceba a importância do seu papel nas discussões que tratam da prática administrativa e pedagógica de sua escola. Ou seja, engajando-se e rompendo o distanciamento que existe entre os sujeitos e os pares que fazem o dia a dia da escola.

Necessário destacar que a importância do PPP transpõe o caráter normativo e instrumental definido nas leis e planos que organizam o sistema educacional. Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) e no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) é preciso considerar que há uma evolução no processo histórico de implementação e de orientação à construção dos projetos pedagógicos da escola. Esse cenário confere maior importância à construção de um PPP pautado em princípios democráticos e inclusivos que atendam a uma educação de qualidade para todos.

Videoaula: Engajamento profissional



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Prezado estudante, esta videoaula apresenta um resumo das reflexões contidas nesta aula a respeito da importância do projeto político pedagógico (PPP). Nela, apresentamos uma perspectiva de desenvolvimento profissional tendo seu engajamento na profissão como eixo norteador da construção de um PPP democrático-participativo que atenda não só aos normativos, mas também à busca para conferir a qualidade para educação e a construção de um projeto de escola voltada para a cidadania.

Saiba mais

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para uma construção teórica mais aprofundada a respeito da construção do projeto político pedagógico (PPP), indicamos a leitura da dissertação de Breda (2015): [PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: reflexões sobre o discurso de educadores de Rio Claro](#), que apresenta reflexões sobre o projeto político pedagógico a partir das reflexões de instituições escolares.

Recomendamos também as reportagens disponíveis em: [Projeto político pedagógico: reflexão constante e permanente](#) e uma visita ao site [Pressupostos Teórico-Metodológicos - Projeto Político Pedagógico](#)

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 26 jan. 2023.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAVACHO, A. M. P. O projeto político-pedagógico: reflexões sobre o estado do Amapá. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu/MG. **Anais [...]**. Caxambu/MG, 2000.

RANCIÈRE, J. Dix theses sur la politique. *In*: RANCIÈRE, J. **Aus bords du politique**. Paris: Folio Essais, 2007. p. 223-225.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. 16ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2002.

Aula 4

A compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura

Introdução

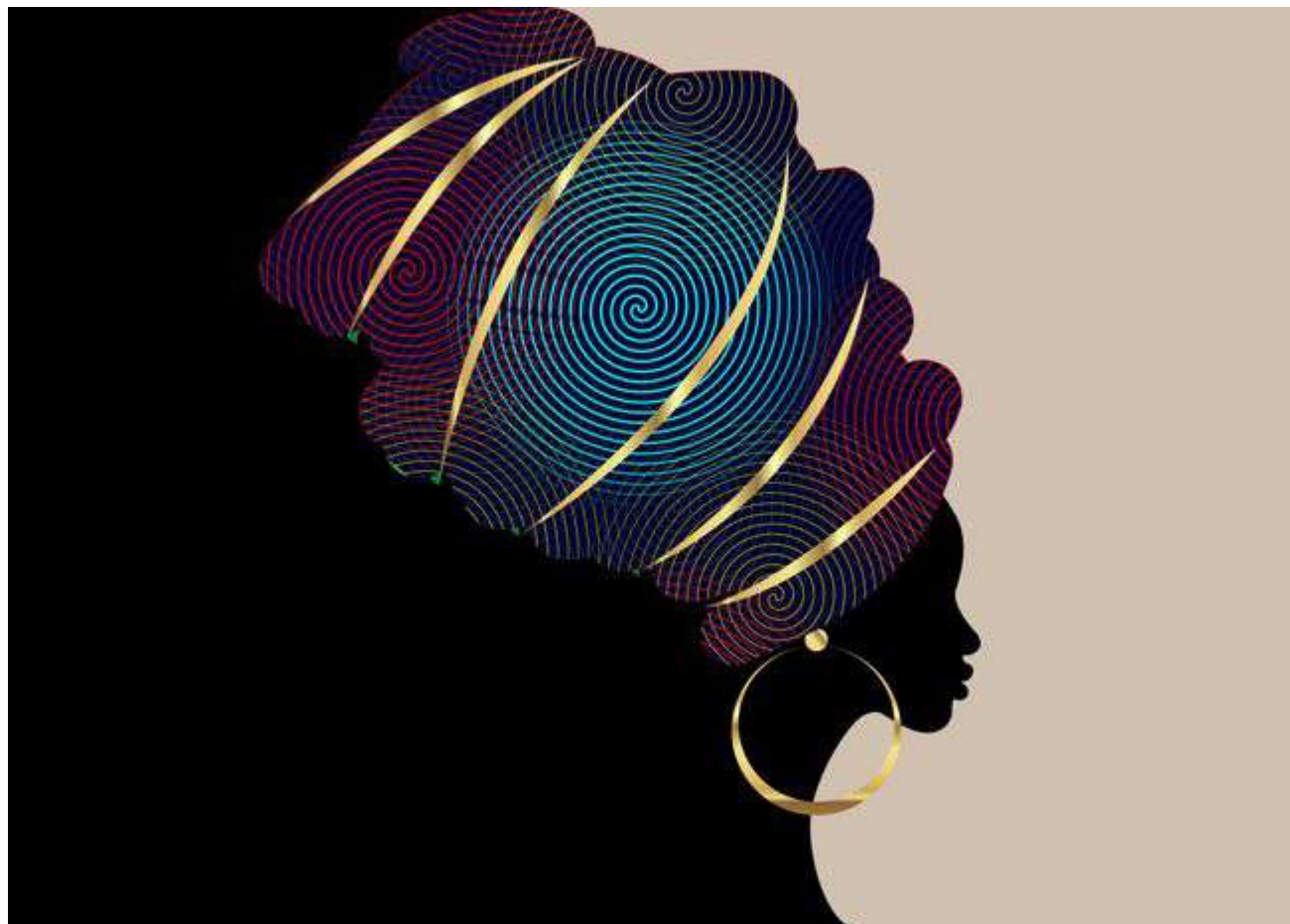
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nesta aula vamos tratar dos desafios da docência, e para isso estudaremos o conceito de cultura e interculturalidade, a fim de reconhecer que o espaço da atuação docente é diverso, plural, amplo e complexo, requerendo do professor reconhecer que não cabe um olhar único sobre os sujeitos que transitam no espaço escolar – os alunos – nem uma visão fechada acerca do conhecimento. Romper com esse olhar limitado não é algo fácil, afinal, somos frutos de uma formação fragmentada: primeiro, a aula de português; depois, matemática, e assim segue o ritual da escola. Porém, a atual sociedade conclama que se pense de forma ampla, usando da interdisciplinaridade e construindo relações entre saberes. Por este motivo veremos não só o conceito, mas estratégias que possibilitam assumir uma perspectiva intercultural nas nossas ações educativas. Bons estudos!

Construindo o conceito de cultura e interculturalidade para refletir sobre os desafios da docência

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para iniciar, trazemos o conceito de cultura como “Todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (KAHN *apud* LAKATOS, 2010 p. 131).

Aldo Vannucchi (2011) reconhece que o conceito de cultura é complexo e abrangente porque existe na concretude da realidade de homens e mulheres. Dessa forma, conceitua ele cultura como “autorrealização da pessoa humana no seu mundo, numa interação dialética entre os dois – homem, mundo – sempre numa dimensão social” (VANUCCHI, 2011, p. 21). Com esta afirmação o autor coloca o ser humano como um “agente de cultura”, porque nas atividades diárias e na relação que construímos com o outro produzimos ações e conhecimento. Portanto, somos agente de cultura.

Você pode estar pensando: “E então? Eu, como professor, preciso aprender a trabalhar os conteúdos da área com a qual tenho identificação – história, geografia, matemática ou inglês”. Será que isso bastaria? Vamos refletir.

Na atualidade, nós, professores, temos um papel mais ampliado que vai muito além da exposição do conteúdo disciplinar. Porque no espaço do exercício profissional – a escola – convergem diferentes sujeitos e diferentes saberes. Podemos inclusive dizer que no espaço da escola temos uma multiplicidade de agentes culturais, como falou-se há pouco. Ademais, os recursos que nos fornecem acesso a dados e informações nos colocam diante de novos

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

desafios. Acrescente a este cenário o pensamento de que o mundo é interdisciplinar (THIESEN, 2008). Ou seja, não cabe olhar o mundo em caixas separadas.

Compreendendo que o espaço da docência – a escola – é a instituição cultural que tem a maior capilaridade, podemos perceber a grande importância e o desafio de ser professor na atualidade.

Em uma perspectiva de compreender a escola em sua dinâmica viva que congrega sujeitos e culturas diversas, cabe ao professor assumir a posição estratégica de agente formador de cultura e conhecimento. Então, qual o papel do professor nesse contexto? Quais caminhos e estratégias é possível construir para dar conta desse mundo interdisciplinar?

Como resposta à primeira questão, apresentamos três pontos destacados pela por Bernadete Gatti (2009, p. 7): “ensinar educando, garantir aprendizagens e propiciar desenvolvimento humano”. Isso significa que é necessário ao professor ter conhecimentos gerais, sem ficar limitado a um conhecimento único, uma visão única e linearizada do mundo; ter formação científica, que é ser capaz de produzir conhecimento, questionar a realidade e questionar-se para ampliar o seu próprio horizonte formativo e do seu aluno; propiciar o desenvolvimento humano, que é tornar-se um formador de cidadãos, o que implica que o conhecimento de sua disciplina não pode distanciar-se de valores humanizadores – a ética, a política, a cultura e a democracia. Quanto à questão que faz referência aos caminhos e estratégias, vamos tratar da sua identidade cultural. Você consegue reconhecer que suas raízes identitárias são construídas e reconstruídas na dinâmica do contexto? Com essa questão, pretendemos que você reconheça que as diferenças estão em todo lugar, e se apresentam de diferentes formas. Assim, fica mais fácil compreender que temos uma formação identitária diversa porque estamos constantemente dando novas significações, construindo novas formas de olhar o mundo. Isso nos aproxima do pensamento de Candau (2008) quanto à “perspectiva intercultural” que promove uma “educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais” (CANDAU, 2008, p. 23).

Desafios da docência: ensinar pelo reconhecimento das “diferenças”

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



No início desta aula falamos dos desafios da docência situando o conceito de cultura para que você compreenda que ter somente o conhecimento disciplinar não faz de você um profissional melhor que os outros. É necessário ter uma visão do todo, das relações, dos saberes e dos conhecimentos compartilhados entre as gerações para ser possível enfrentar os desafios da docência.

Pensando nesses desafios, vamos situar o contexto da escola básica. Há uma necessidade urgente de dar qualidade às aprendizagens dos alunos. Os indicadores de desempenho e as avaliações externas apontam que estamos em um patamar de sofrível a ruim, que foi agravado pelo cenário pandêmico no qual tivemos perdas quantitativas e qualitativas na escolarização da população.

As perdas, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, ocorreram de forma heterogênea no território nacional, considerando que há desigualdades socioeconômicas de alunos e da infraestrutura da escola do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (BRASIL, 2021). Esse quadro aumenta os desafios da docência, uma vez que será necessário que esses alunos retomem o conteúdo escolar, e para isso o professor é convidado a ampliar o repertório de saberes e competências que já tem.

Para Libâneo (2016), é necessário que os professores se revelem como investigadores atentos às peculiaridades individuais e socioculturais. E como atender a esta nova demanda, que instrumentos utilizar? São desafios muito ampliados: pensar a qualidade da educação,

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

garantindo aprendizagens, e resgatar o interesse do aluno pela escola – ou seja, tomar para si o resgate da função social da escola.

É consensual a necessidade de buscar caminhos para atuar no chão da escola. Este espaço é considerado por Candau (2008, p. 32) um espaço de “cruzamento de culturas”. E como tal, é preciso reconhecer a necessidade de “promover uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais” (CANDAU, 2008, p. 32).

Boaventura de Sousa Santos (2006) aponta a heterogeneidade de culturas que compõem o mundo. Os autores Stoer e Cortesão (1999), citados por Candau (2008), utilizam uma analogia afirmando que “a não conscientização da diversidade cultural que nos rodeia constitui uma espécie de ‘daltonismo cultural’” (p. 56). Vera Maria Candau (2008, p. 27) utiliza este termo para nos dizer que essa reduzida capacidade de identificação de diferentes tons favorece que “o professor tenha um único olhar para a cultura escolar” e que isso “resulta em desenvolvimento de baixa autoestima dos alunos, elevados índices de fracasso escolar e atitudes agressivas” entre outras questões que limitam uma formação humanizadora.

Nesse sentido, na ação pedagógica do professor há o sentido pessoal, o significado social e a dimensão cultural. Sem estas dimensões, a docência fica esvaziada de resultados e de sentidos.

Certamente que compreender este cenário é fundamental para que no exercício da docência o professor consiga desenvolver no seu aluno uma das competências definidas na BNCC: “Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências” (BRASIL, 2019, p. 7) que lhe possibilitem entender o mundo que o cerca.

Prática pedagógica interdisciplinar: propondo caminhos



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

A partir dos conceitos apresentados você pode estar pensando em como trazer esses pressupostos para o seu exercício profissional. Não há fórmulas prontas, porque o espaço escolar é amplo. Assumir a perspectiva apresentada anteriormente extrapola as quatro paredes da sala de aula – lembrando que as nossas ações são carregadas dos valores e princípios que defendemos. Você se lembra de que na aula anterior tratamos do termo “profissionalidade docente” significando os valores e marcas que o professor imprime nas ações docentes? São elas que constituem o “ser professor” que assume as diferenças para construir sua prática pedagógica. Começa na sala de aula, é verdade, mas vai além dela, porque nós, professores, somos agentes culturais por natureza.

Considerando que é no espaço da sala de aula que iniciamos a docência, vamos buscar construir práticas pedagógicas que assumam uma perspectiva intercultural e interdisciplinar para que os pressupostos filosóficos mais amplos que direcionam a educação – democracia e transformação social – sejam alcançados.

Para isso, vamos retomar a reflexão que foi proposta no início desta aula: a sua identidade cultural. Reconhecer que temos uma identidade aberta é o primeiro passo para a implementação de uma prática pedagógica que reconhece a diferença em si e no outro. Evidenciar essa questão é necessário para que no exercício da docência você seja capaz de ter um olhar mais ampliado para os desafios do contexto escolar. Em uma das competências gerais da BNCC, temos:

ao respeito ao outro, a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades culturais e Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2019, p.12)

Para desenvolver esta competência, você pode utilizar a questão que trata da representação cultural que os alunos têm de si próprio e do colega. Essa estratégia possibilita que eles apontem diferenças étnicas, de gênero e de origens regionais. E consequentemente que desenvolvam a competência sinalizada. Ademais, a questão pode ser aprofundada em diferentes conteúdos disciplinares. Para isso, é necessário sair das miniestações, como já foi sugerido, e assumir a atitude interdisciplinar para dar conta de um universo plural que envolve nossos jovens.

Corroboramos com o pensamento de Candau (2008, p. 56) quando pontua que ao identificar nossas próprias representações e as do outro é possível romper o “daltonismo cultural” que limita o pensamento crítico reflexivo. Ao romper essa visão, tanto professor quanto aluno conseguem compreender e respeitar o outro, e consequentemente o professor estará assumindo seu papel de agente que transforma e constrói uma prática mais humanizadora.

Videoaula: A compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Prezado estudante, a videoaula apresenta de uma forma leve os conceitos trabalhados. Ao abordar os desafios da docência, veremos a realidade da ação docente e o trabalho com a interculturalidade no âmbito da disciplina Matemática. Convidamos você a conhecer como a atitude interdisciplinar dinamiza a ação docente, possibilitando que você reconheça o potencial criativo da profissão professor.

Saiba mais



Indicamos a leitura do texto de Thiesen (2008), em que ele trata da atitude interdisciplinar como um movimento necessário à prática pedagógica da contemporaneidade, [*A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem*](#) *A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem*.

Também indicamos uma visita à [plataforma Khan Academy](#). Nela você vai encontrar conteúdos, sugestões de atividade e ferramentas computacionais que podem ser utilizadas em sala de aula.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Sugerimos também, você pode acessar uma [Oficina pedagógica sobre integração e interdisciplinar na EPT e o uso de ferramentas digitais](#), que congrega o uso de ferramentas, mapas conceituais e articula diferentes áreas.

A oficina [Eu, o outro e nós: oficinas pedagógicas para os anos iniciais](#), traz a interculturalidade por meio de um trabalho voltado para as séries iniciais.

Referências



ÁVILA, I. C. G.; SOUZA, A. C. M. de. Desafios da docência: enfrentamentos do fazer pedagógico na formação dos professores na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 16, 5 maio 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/16/desafios-da-docencia-enfrentamentos-do-fazer-pedagogico-na-formacao-dos-professores-na-contemporaneidade>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p. Disponível em:

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

LAKATOS, E. M. **Sociologia Geral**. 7. ed. Atlas: São Paulo, 2010.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38–62, 2016. Disponível em:

<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3572>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SANTOS, B. S. Para uma Pedagogia do Conflito. *In*: SILVA, L. H. da (org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista brasileira de educação**, v. 13, n. 39, p. 545-554, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

Aula 5

Revisão da unidade

Identidade docente e desenvolvimento profissional: o ser e o estar na profissão

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



O título desse texto traz dois conceitos: identidade docente e desenvolvimento profissional. Os dois estão colocados como conceitos que se complementam porque estão sendo vistos pela construção que é feita no cotidiano, pela interação de saberes e pela superação dos desafios enfrentados no dia a dia da profissão docente. No entanto, não podem ser pensados distantes dos aspectos que envolvem a ação docente, o contexto do exercício profissional.

Vamos retomar dois conceitos fundamentais, profissão e profissionalização, para compreender o processo de constituição profissional que culmina com a construção pessoal e coletiva que fazemos da nossa profissão.

O termo profissão é definido sociologicamente como um conjunto de atributos que são postos em prática a partir de conhecimentos teóricos e práticos. O conceito definido por Diniz-Pereira (2011) aponta que o status de profissão pode ser adotado quando há um conjunto de conhecimentos, que são teóricos, portanto, requer um aprendizado sistemático e formal, que atendem às necessidades de um determinado contexto e são sustentados por um código de ética.

Neste sentido, a profissão é exercida a partir da existência das credenciais adquiridas por um diploma. Para Angelim, “o ‘diploma’ seria a licença, ou seja, a autorização legal para exercer uma atividade uma ocupação” (ANGELIM, 2010, p. 20). O termo profissionalização pode ser assumido pela perspectiva de processo de institucionalização da profissão, que é resultado das interações e processos sociais, econômicos e políticos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Considerando o nosso universo de referência e atuação, vamos utilizar o termo profissão docente para caracterizar o universo dos profissionais da educação que, diante de um mundo em constante processo de mudanças, está também em constante processo de formação.

Assim, o processo de profissionalização docente é um ato contínuo. Por isso, a necessidade de pensar a profissionalização a partir dos termos “profissionalidade e Desenvolvimento Profissional, como termos complementares que contribuem com o processo de construção das formas de ‘ser e estar na profissão’” (NÓVOA, 1997, p. 16).

Para os autores Pimenta e Anastasiou (2014, p. 77), a identidade docente é uma construção profissional que tem as bases na “significação social” que o professor atribui à “atividade docente em seu cotidiano, em seu mundo, em sua história de vida, em suas representações, em seus saberes, em suas angústias e anseios, no sentido que tem, o ser professor”.

Complementando esse pensamento, podemos dizer que os processos formativos – a formação inicial, que fornece as credenciais para a atuação docente – se constituem como a base da construção da identidade do professor; e a formação continuada, como processo de qualificação profissional – que vai além da atualização de conteúdos e metodologias – se constitui como um dos processos formativos que ampliam o universo de referência dos professores e possibilitam a construção de sua identidade docente.

Videoaula: Revisão da unidade



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Neste vídeo você vai compreender melhor os conceitos apresentados ao longo dessa formação. Vamos retomar os conceitos apresentados mostrando cada etapa de sua vivência formativa e caminhos para seu processo de desenvolvimento profissional. Teremos um *Problem Base Learning* (PBL), para que você coloque a mão na massa e construa a sua proposta de desenvolvimento profissional.

Estudo de caso

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para que você exercite sua autonomia profissional, temos esta proposta de *Problem Basic Learning* (PBL), com o qual você será apresentado a uma situação-problema e vai construir caminhos para a solução.

Ao longo de nossas aulas você estudou a formação inicial (FI) como o primeiro caminho para a construção de sua identidade profissional, e vimos que a FI é a base conceitual e metodológica de sua profissão. A formação continuada (FC) é o processo de reflexão e transformação que você escolhe para dinamizar sua profissão – seria um upgrade. Também sabemos que o desenvolvimento profissional docente (DPD) é a fase mais dialógica – você com os seus pares – e emancipatória de uma ação e reflexão pela qual você mesmo define o que quer para sua vida. Portanto, é ideia de ação e (trans)formação pessoal e social.

Dito isso, agora você vai construir um percurso de DPD. O estudante do caso apresentado é você.

A BNCC define o compromisso da educação integral com os fundamentos e competências. Para isso, há um pacto federativo pelo qual

[...] a partir da homologação da BNCC, as redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica. (BRASIL, 2019, p. 23)

Você e um amigo visitaram a página oficial da secretaria de educação do seu estado/município e encontrou um documento referencial curricular (DCR) cujo conteúdo aponta para um percurso formativo para os alunos do ensino médio. Ao abrir o documento, você observou que foram

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

definidos temas, disciplinas obrigatórias e outras disciplinas que normalmente eram vistas somente no ensino superior (Pensamento Computacional, Iniciação Científica, Análise de Redes, Empreendedorismo e Educação Financeira, entre outras). Também encontrou um DCR em que as disciplinas eram estruturadas a partir de habilidades necessárias para campos definidos de atuação. Você, então, resolveu analisar um DCR e construir o seu próprio percurso formativo para dar conta dessa nova “morfologia educacional”. Inicialmente, escolheu o campo de atuação com que tinha identificação, e desenhou um percurso formativo para dar conta dessa sua proposta pessoal. Após essa construção, seu amigo passou a você várias ideias negativas, do tipo “eu aprendi assim e antigamente o ensino era melhor.” O saudosismo bateu à sua porta, mas este não era seu perfil, e você resolveu criar um percurso para seu autodesenvolvimento profissional.

Refleta

No processo de construção da nossa identidade profissional, é necessário promover um diálogo de saberes, de experiências e de necessidades que aparecem no caminhar da profissão. Foi isso que motivou o estudante do caso apresentado – você. Ele fez um diálogo pessoal com as políticas educacionais do seu estado/município e percebeu que seria necessário ir além. Para isso, construiu seu próprio percurso de desenvolvimento profissional. Ao longo dessa construção, algumas questões foram surgindo: Como vou dar conta dessa proposta? Vou precisar fazer outro curso? Qual curso? E, por fim: O que quero fazer na minha atuação profissional docente?

E você? Como faria esse percurso? Dê uma olhada na BNCC e veja o que está definido para a colaboração entre estados e municípios. Situe seu estado/município. Utilize um documento referencial curricular (DCR) do seu estado ou município. Localize temas e áreas de atuação que estão próximas do que você gosta de fazer (artes, esporte, ciências ou outras). Construa o seu percurso curricular e escolha o curso que vai ajudar a melhorar sua trajetória.

Ao final, relate o caminho definido, estabeleça objetivos e metas, e aponte o que você identifica como convergente e divergente em sua proposta do ponto de vista pessoal e acadêmico.

Bom trabalho!

Videoaula: Resolução do estudo de caso



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Olá, estudante! Vamos colocar a mão na massa! De início apresentamos o objetivo do PBL proposto, e esperamos que ao final do problema apresentado você esteja familiarizado com os

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

conceitos fundamentais de sua formação – formação inicial (FI), formação continuada (FC) e desenvolvimento profissional docente (DPD) – que subsidiam sua construção identitária da profissão docente. O objetivo é que você se aproprie das políticas educacionais – a BNCC, a BNCC-TCT e a BNCC-Formação –, defina sua área de atuação e construa um percurso formativo pessoal que corresponda à sua forma de ver o mundo e a profissão docente.

Para isso, vamos indicar alguns caminhos que podem contribuir com o seu aprendizado e ajudar a superar o “medo do papel em branco”. São eles:

- Verifique na BNCC como está definida a colaboração entre os entes federados. São decisões prontas? Ou são decisões e caminhos a construir?
- Busque um referencial curricular de algum local de sua preferência (cidade/estado). Verifique o que há neste documento que pode ser desafiador para a atuação docente. Visualize uma área de atuação que você deseja – educação infantil, ensino fundamental, médio, anos finais.
- Escolha uma área em que você goste de atuar e faça um mapa conceitual desse caminho. Você pode utilizar o CmapTools ([s. d.]) para fazer o mapa.
- Reflita acerca do que você precisa para colocar esse percurso formativo em prática. Busque caminhos, cursos; utilize um texto para ajudar. Você pode usar um buscador de referências como o Mendeley (c2022) e o Google Acadêmico [s. d.] e buscar termos como metodologias – modelagem das ciências; educação artística, novos letramentos. Você pode utilizar palavras do próprio DCR. Após encontrar artigos que estejam próximos ao que você pensou, leia o resumo. Veja se este artigo fez surgir novas ideias. Adeque à sua realidade e acrescente ao seu percurso.
- Faça um mapa de fluxo do seu percurso cruzando com o DCR que você adotou. Identifique no mapa a área ou etapa que você escolheu para atuar e que você vai investir em formação e aprofundamento.
- Assuma o lugar do estudante do caso apresentado e construa um relatório com todas as informações relevantes: O que moveu você? O que foi difícil? Por quê? Traga reflexões dos textos que você leu durante a disciplina. A
- Apresente o percurso de desenvolvimento profissional que você definiu para sua vida profissional.

Resumo visual

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

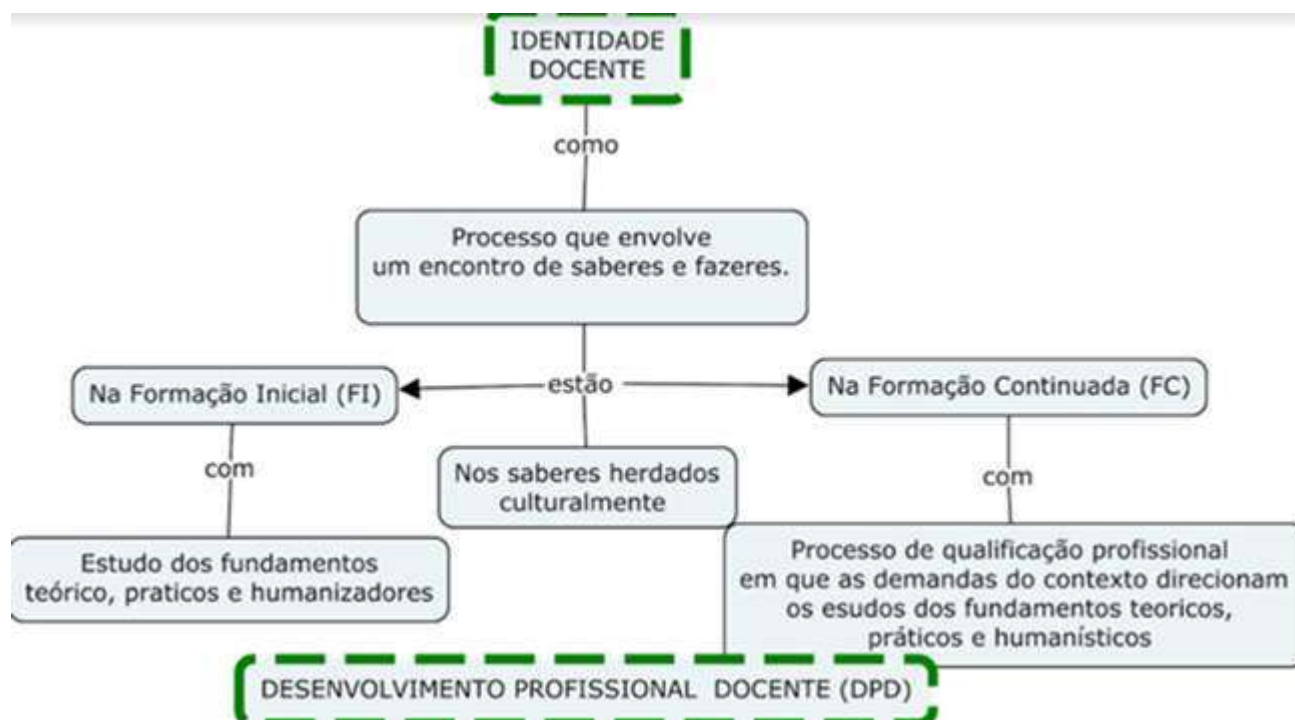
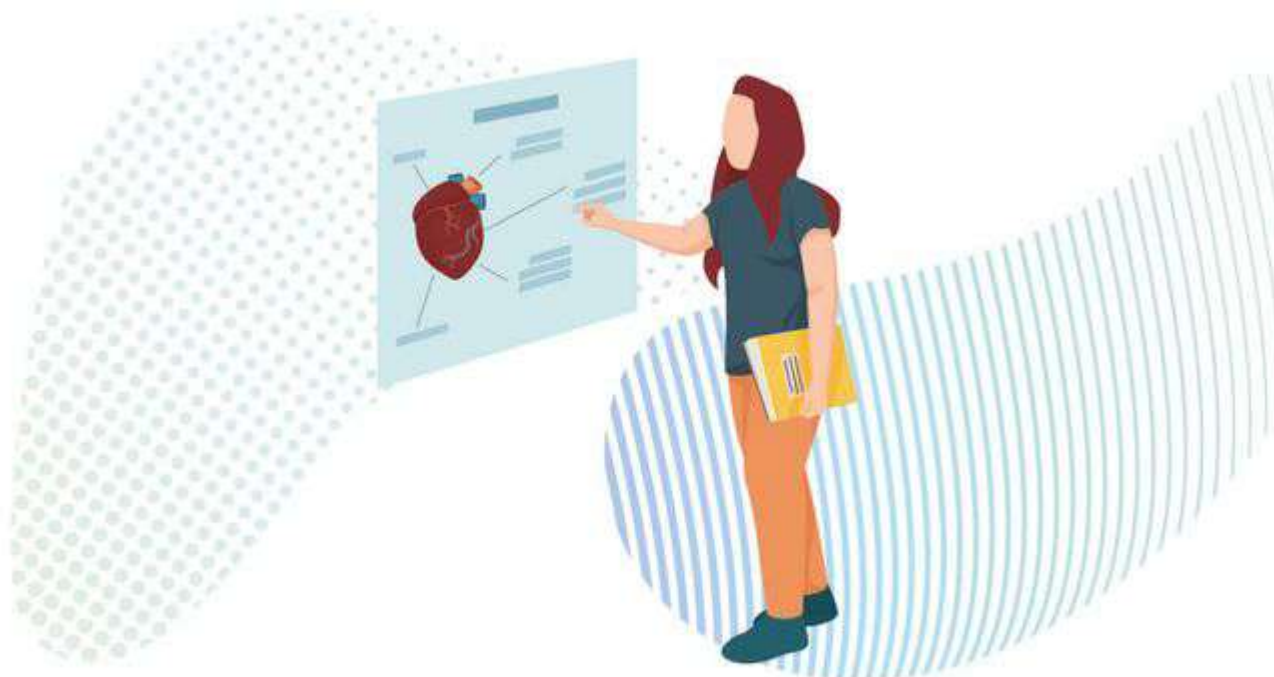


Figura | Processo de construção da identidade docente (ID). Fonte: elaborada pela autora.

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



ALCOFORADO, L. Desenvolvimento profissional, profissionalidade e formação continuada de professores: possíveis contributos dos relatos autobiográficos profissionais Educação. **Revista do Centro de Educação**. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2014.

ANGELIM, P.E. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 2 de julho de 2019**. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília/DF: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=116731-rcp001-19&category_slug=julho-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 set. 2022.

CMAP TOOLS. Página inicial. UpToDown, [s. d.]. Disponível em: <https://cmaptools.br.uptodown.com/windows>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

DINIZ-PEREIRA, J. E. O ovo ou a galinha: a crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a educação brasileira. **RBEP Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 230p. 34-51, 2011. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2919>. Acesso em: 23 jan. 2023.

GOOGLE ACADÊMICO. Página inicial. Google Acadêmico, [s. d.]. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MENDELEY. Página inicial. Mendeley, c2022. Disponível em: <https://www.mendeley.com/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva: São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2013.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote: Instituto de Inovação Educacional, 1997. p. 15-34.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção Docência em Formação).

Unidade 3

Novas Exigências Educacionais e o Professor na Perspectiva Inclusiva

Aula 1

O professor para além dos muros escolares

Introdução

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Você já parou para pensar nos diversos desafios que fazem parte da vida de qualquer professor? A sociedade contemporânea brasileira, com a sua ampla desigualdade social e regional, violência e discriminação, traz inúmeros desafios para o professor, dentro e fora da sala de aula. Com isso, o trabalho do professor vai além de ensinar, e tem o sentido de promover transformação na vida de seus alunos, emponderando-os para construir um projeto de vida emancipatório. Dessa forma, como lidar com tantas adversidades, como incluir a todos os alunos e como criar soluções para enormes desigualdades regionais no Brasil? Vamos pensar juntos sobre isso? Convidamos você a continuar os estudos nesta aula.

Desigualdades regionais no Brasil

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



O Brasil é um estado federativo, dividido em União, estados e municípios. Contudo, há estados e municípios mais ricos ou mais pobres que outros. De maneira geral, os estados ao sul são mais industrializados e ricos do que os estados do nordeste e norte. Vamos pensar juntos: será que as desigualdades econômicas regionais impactam nos sistemas de ensino? Para entender isso, precisamos compreender o sistema de financiamento da educação básica no Brasil. Veja o que diz o artigo 68 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

“Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de: I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1996, [s. p.]).

Cada estado e cada município têm uma arrecadação própria, que depende da sua atividade econômica. Por exemplo, o município de São Paulo tem uma arrecadação muito maior do que a pequena cidade de Santa Rosa do Purus, no Acre. Mas, qual a relação disso com a educação? Nossa legislação educacional obriga que cada Estado e município faça o repasse de 25% de tudo que arrecada para o sistema de educação básica. Dessa forma, os estados e os municípios mais ricos da federação terão mais dinheiro para investir em sua rede de ensino do que os mais pobres. Podemos afirmar categoricamente que as diferenças econômicas entre os municípios impactam na verba destinada às escolas; consequentemente, escolas com mais recursos podem oferecer uma educação de maior qualidade. Esse esquema de financiamento gera injustiças educacionais. Essa é uma análise que você, estudante, poderá fazer quando estiver no campo de

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

estágio e poderá avaliar os recursos que sua escola recebe e se esses recursos são suficientes para garantir o direito à educação.

Esse é um importante desafio que você, como futuro professor, vai enfrentar: as desigualdades regionais educacionais, que são resultado do nosso pacto federativo, que dá maiores poderes para as redes estaduais e municipais gerenciarem suas próprias políticas educacionais, mas que não possibilita que a distribuição de recursos atenda às especificidades e necessidades de cada rede.

Souza (2004) estudou essas contradições. A autora discute que a educação é, no Brasil, uma política universal, já que a educação pública é gratuita e obrigatória e é um direito constitucional. Contudo, ela é gerenciada pelos estados e municípios, com diferentes capacidades arrecadatórias, o que implica na concretização desigual do direito à educação.

Constitucionalmente, a educação brasileira tem um caráter igualitário, um direito que deve ser efetivado de uniformemente para todos, conforme podemos ver no

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, [s. p.]).

Contudo, dentro do cenário apresentado e da capacidade desigual dos municípios efetivarem suas políticas educacionais, não se criam essas condições igualitárias de acesso e permanência.

Como isso afeta sua identidade docente? Vamos refletir melhor a seguir.

O professor além dos muros: enfrentamento das desigualdades regionais

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



A sociedade contemporânea, em seu processo de fortalecimento do capitalismo neoliberal, promove ampla vulnerabilidade social e coloca as famílias em situação de risco social, no qual não há certeza da efetivação de direitos. O neoliberalismo também prova um descompromisso do Estado em relação às políticas educacionais, o que implica na diminuição do envio de recursos e de desenvolvimento de currículos e normativas educacionais quem têm como objetivo meramente preparar o aluno para o mercado de trabalho, sem efetivamente promover sua emancipação como indivíduo.

Vamos pensar juntos em um exemplo? No ano de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95, que constituiu um Novo Regime Fiscal para o Brasil. Veja o que diz a Constituição, no seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, II – para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. (BRASIL, 1988, [s. p.])

Fique tranquilo. Sabemos que a linguagem desse texto é difícil, mas você vai ver como o fato é simples. Todo ano, o governo corrigia os valores de gastos com suas políticas públicas pelo

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Produto Interno Bruto (PIB), o que implicava em maiores recursos para projetos e causas sociais, inclusive a educação. O valor dos recursos era baseado dos gastos com a educação do ano anterior somado a uma taxa com base no PIB. Agora, o cálculo é feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou seja, o índice que indica a inflação. Com essa mudança na forma de calcular os recursos financeiros que vão para a educação, há menos recursos chegando!

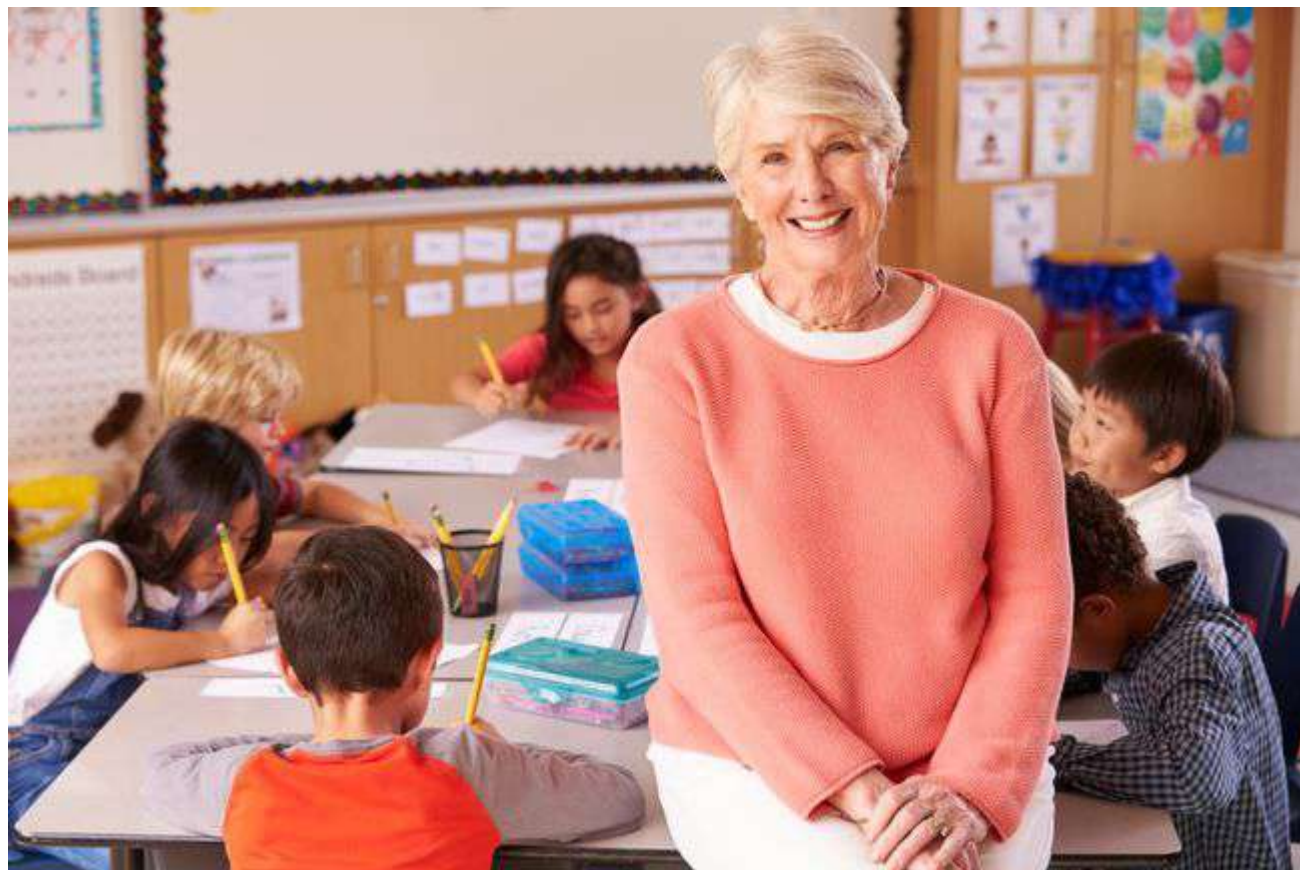
Dessa forma, os estados e municípios que contam com menos recursos próprios, especialmente do Norte e do Nordeste, tiveram os recursos de vêm da União também diminuídos. Essa mudança de um único cálculo trouxe prejuízos a milhares de crianças.

Nesse contexto, a sua identidade como docente é consolidada, bem como suas práticas. Fora dos muros da escola, é preciso que você pense sobre o professor que quer ser, porque seus desafios serão imensos. Dessa forma, construa, dentro da sua subjetividade, um compromisso pessoal ético de fazer o melhor, dentro das condições oferecidas, pela educação. É muito difícil mudar toda essa realidade sozinho, mas você pode despertar seus alunos para essa realidade. Faça mais do que passar conteúdos. Possibilite que seu aluno desenvolva um projeto de vida emancipatório para si mesmo. Para isso, você também precisa ter um projeto emancipatório para sua carreira docente!

Pense como a sua formação de professor também pode ser emancipatória. Para isso, reflita sobre as enormes desigualdades educacionais no Brasil e o que você, como professor, pode propor para promover mais justiça educacional.

O professor e a diversidade

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Pensar nas adversidades do trabalho docente implica em refletir as regionalidades brasileiras na chave da diversidade. Lembre-se um pouquinho do que já foi estudado, em que você aprendeu sobre a história da educação brasileira. Como inicia a nossa história educacional? Pela tentativa de um processo extremamente violento de aculturação, impondo aos povos originários um projeto civilizatório eurocêntrico, negando a validade da cultura dos povos indígenas. Essa aculturação absoluta nunca ocorreu e temos, até hoje, marcas da cultura indígena na identidade brasileira.

Mas será que, em algum momento da nossa história, rompemos com esse padrão de formação de um projeto civilizatório para o Brasil, que é exógeno e não valoriza a nossa diversidade? Qual é o padrão educacional do Império? Excluir negros e pobres de processos educativos e pela manutenção de escolas apenas nas cidades maiores. Quando adentramos à República, esse padrão se manteve. Continuamos com um projeto civilizatório no qual o pobre tem pouco acesso à educação e, ainda que tenha direito à educação básica, é apenas para sua formação mínima para o trabalho na fábrica.

Estamos no século XXI, intensificando esse projeto, especialmente quando olhamos esse sistema fiscal, que financia a educação, extremamente injusto. Mantemos um projeto que exclui o pobre da educação de qualidade, conforme explica Azevedo (2007, p. 9):

Certamente, "a nova elite produzida pela educação competente" não brotará dos milhões de indigentes e pobres que constituem o espectro dos excluídos da

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

apropriação da riqueza na sociedade brasileira. A escola, por certo, continuará contribuindo para legitimar a situação social dos educandos.

A escola deveria ter uma dimensão inclusiva, não de exclusão. Pense, por exemplo, na dificuldade da implementação de políticas para crianças com deficiências intelectuais e físicas na escola (BRIANT; OLIVER, 2012). Lembre-se da marginalização das crianças negras e pardas nos sistemas formais de ensino e o persistente analfabetismo (SOARES; ALVES, 2003). Finalmente, vamos pensar nas crianças indígenas: em primeiro lugar, nem sempre têm acesso à educação e, quando têm, em uma perspectiva novamente alinhada ao ocidental eurocêntrico e sem compromisso com sua própria cultura (ZANIN; SILVA; CRISTOFOLI, 2018).

Poderíamos aqui nomear muitas outras minorias que são excluídas no Brasil em processos escolares formais.

Contudo, vamos pensar juntos o que são efetivamente esses processos de exclusão. No Brasil, a educação básica é para todos, então, não estamos falando sobre falta de vagas, mas de uma escola que exclui porque não valoriza a identidade de cada um desses grupos em seus currículos.

A escola exclui quando não prepara seus professores, em processos de educação permanente, para saberem como desenvolver a cognição de crianças com transtorno do espectro autista, dentre todos os outros transtornos e deficiências.

Nesse contexto, analisando o seu campo de estágio, você avalia que os docentes estão preparados para atender às demandas por educação especial? A escola na qual você faz estágio, tem uma cultura de inclusão?

Professor, a construção da sua identidade docente deve partir da ruptura com esses processos de marginalização nas políticas educacionais. Para finalizar esta aula, deixamos uma problematização: como você, professor, vai planejar a sua aula para incluir e para ensinar a seu aluno que a diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade melhor? Não criamos uma sociedade mais humanizada e um sistema de ensino compromissado com a qualidade sem reconhecer o outro como central para a constituição de uma educação mais justa.

Videoaula: O professor para além dos muros escolares



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Ufa! Quanta reflexão, não é mesmo? Os pontos que levantamos nesta aula não são simples e é muito difícil dar respostas a certos questionamentos a que eles nos levam. Na verdade, o

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

objetivo aqui é problematizar. Nesta videoaula, vamos entender melhor o que é o neoliberalismo e como ele impacta as políticas públicas educacionais, especialmente no contexto da distribuição de recursos públicos. Vamos lá?

Saiba mais



Indicamos um estudo de caso no qual o pesquisador Flávio Santiago faz uma pesquisa em locus em creches para entender como o racismo é perpetuado pelas próprias estruturas educacionais, especialmente nos discursos docentes. Convidamos você a ler esse texto pensando: qual é o meu papel para romper com o racismo estrutural?

[Gritos sem palavras: resistências das crianças pequeninhas negras frente ao racismo.](#)

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



AZEVEDO, J. C. de. Educação pública: o desafio da qualidade. **Estudos Avançados** [online]. v. 21, n. 60, p. 7-26, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200002> Acesso em: 10 dez. 2022.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v. 18, n. 1, p. 141-154, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000100010> Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB** (Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTIAGO, F. Gritos sem palavras: resistências das crianças pequeninhas negras frente ao racismo. **Educação em Revista** [online]. v. 31, n. 2, p. 129-153, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698132765> Acesso em: 10 dez. 2022.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa** [online]. v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100011> Acesso em: 10 dez. 2022.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva** [online]. v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200004> Acesso em: 10 dez. 2022.

ZANIN, N. Z.; SILVA, I. M. M.; CRISTOFOLI, M. S. Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos. **Educação & Realidade** [online]. v. 43, n. 1, p. 201-222, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623662535> Acesso em: 10 dez. 2022.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Aula 2

A articulação entre a docência e as comunidades educativas

Introdução



A identidade docente é o entrelaçamento da subjetividade do professor e da forma como ele ressignifica sua prática diária. Isso significa que a identidade docente não é algo pronto e acabado, mas é uma constante produção, algo sempre incompleto e sempre em construção. O docente está sempre inserido em uma comunidade educativa e interage com ela em um movimento dialético, o que implica que ele a transforma e é transformado e, nesse processo, ressignifica sua identidade docente. Nós, professores, devemos estar em constante transformação, porque não apenas ensinamos nossos alunos, mas somos ensinados e transformados por eles. Essas são algumas reflexões que farão parte desta aula!

O docente e sua prática

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Quando você pensa na prática docente, o que vem à sua cabeça? Qual é a rotina de um professor? Talvez, várias imagens venham à sua mente: planejar as aulas, entregar planos de aula ao coordenador, fazer chamada, aplicar provas, registrar conteúdos e, claro, “dar a aula”. A atividade docente, assim como ocorre na maioria das profissões, passa necessariamente por questões burocráticas. As escolas de educação básica respondem às secretarias de educação municipais e estaduais e essas, por sua vez, prestam contas ao governo federal, portanto, documentar aulas, frequências e notas é algo que fará parte do seu trabalho. Contudo, o que precisamos enfatizar é que a essência do seu trabalho vai muito além disso!

O trabalho docente tem um sentido de transformação dos sujeitos envolvidos nos processos, ou seja, toda a comunidade escolar, inclusive o próprio docente. Dessa forma, aquela ideia antiga, do professor que detém o monopólio do conhecimento e os alunos como sujeitos passivos, que escutam e reproduzem, não faz mais sentido hoje. Vejamos, então, o que Santos, Martins e Gimenez (2021, p. 18), afirmam sobre esse tema:

A construção da identidade profissional é um processo multifacetado e constitui-se a partir das vivências que o estudante teve ao longo de sua vida – antes da escolha profissional, durante o processo de formação inicial e continuada, e na ação docente –, as quais fomentam as concepções acerca da profissão. É fato que as vivências e as concepções do grupo social do qual o sujeito faz parte são fundamentais à construção de sua identidade docente, pois envolvem inúmeros elementos, tais como

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

a construção de valores e as experiências vividas, os quais são condizentes com as suas crenças. A formação inicial, todavia, é muito relevante neste processo.

Dessa forma, a sua identidade como docente começa a partir de agora, quando você ainda é estudante, conforme nos ensinam os autores. Posteriormente, suas vivências dentro da comunidade escolar vão continuar a constituir a sua identidade docente.

Nossa entrada na escola se dá muito cedo. Hoje, um bebê de quatro meses pode ser matriculado em uma instituição de ensino. Então, desde a primeira infância, construímos nossas crenças sobre o trabalho docente, a partir da nossa relação com os professores e com a comunidade escolar. Ao adentrar à universidade, essas crenças são ressignificadas a partir do olhar científico sobre a educação. Já no campo de estágio, temos o conhecimento da vivência cotidiana na escola. O conhecimento científico, somado à prática, traz ao futuro docente um amplo repertório, que forma a sua própria identidade como futuro professor. Na imagem a seguir, vejamos aquilo que determina a construção da identidade docente:

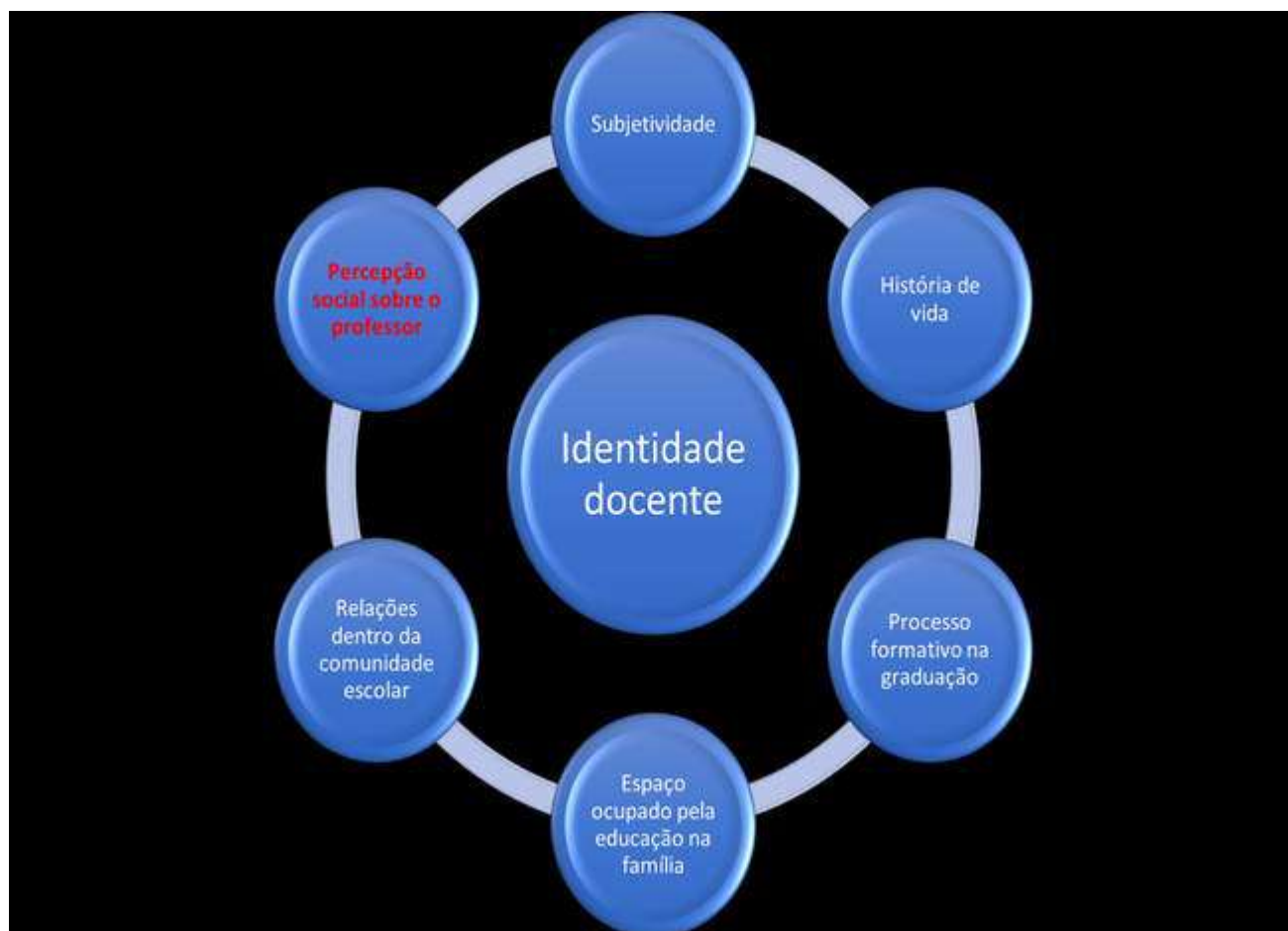


Figura 1 | Elementos constitutivos da identidade docente.

Por isso mesmo é que Santos, Martins e Gimenez (2021) afirmam que a identidade profissional é multifacetada: há muitos elementos que a determinam.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

A seguir, vamos refletir juntos sobre o elemento em vermelho na imagem, ou seja, compreender a percepção social sobre o professor.

Os mitos sobre o professor e sua prática



Talvez você já tenha ouvido pessoas mais idosas falarem coisas do tipo: “na minha época, era diferente, os professores eram respeitados”. ou “os valores estão invertidos, pois hoje é o aluno quem manda no professor!” ou, ainda: “quando eu era criança, os professores eram recebidos em pé e a gente tinha medo deles”.

Tais afirmações referem-se a uma percepção muito específica sobre a relação aluno e professor e refletem representações sociais sobre o docente muito diferentes das atuais. Efetivamente, as relações entre docentes e alunos mudaram, mas nada em uma sociedade é estável. As relações sociais estão em constante transformação, e isso não é bom nem ruim, é apenas como as coisas funcionam.

Vamos começar analisando a afirmação: “na minha época era diferente, os professores eram respeitados”. Não temos dúvida de que as relações mudaram, mas o conceito de respeito é bastante subjetivo e, muitas vezes, confundido com medo. Será que essa pessoa não quis dizer que os professores eram temidos, portanto, nunca questionados? Será que esse medo era positivo para a aprendizagem?

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

As relações entre professores e alunos não devem ser baseadas no medo, mas no respeito de ambas as partes. Será que esse professor de antigamente respeitava seus alunos, em um ambiente em que a palmatória era permitida e usada? Precisamos ressignificar as relações entre professores e alunos e você, futuro professor, precisa constituir relações de empatia e acolhimento com seus alunos. Hoje, as pesquisas científicas falam muito sobre o papel da afetividade em sala de aula, sentimento que não deve ser identificado com o carinho familiar, mas sim com a capacidade do professor se colocar no lugar do aluno e compreender os amplos desafios da vida escolar (RIBEIRO, 2010).

Pensemos agora na segunda oração: “os valores estão invertidos, pois hoje é o aluno quem manda no professor!” Valores “não se invertem”. Afirmações como essa refletem que há indivíduos que imaginam haver uma única forma “correta” de relação entre professor e aluno, o que não é verdade. Fato é que valores mudam. As relações verticais entre professores e alunos, baseadas em sistemas de poder e dominação, que geram medo diante do professor e insegurança na aprendizagem, precisam efetivamente mudar, porque o medo não gera aprendizagem efetiva. O professor ainda tem autoridade em sala de aula, mas essa autoridade precisa ser exercida de forma legítima, com base em consenso e diálogo.

Sobre a terceira afirmação: “quando eu era criança, os professores eram recebidos em pé e a gente tinha medo deles”, note que, mais uma vez, a oração evoca um sistema de autoridade da comunidade escolar baseada no medo. O ato de ficar em pé simboliza a legitimação de uma relação de poder bastante desigual entre docente e educandos, simbologia que não implica em respeito ou valorização do trabalho do professor, mas apenas regras a serem cumpridas.

Lembre-se: a aprendizagem ocorre em ambientes democráticos e consensuais, nas quais todos os atores do ensino e da aprendizagem se sintam confortáveis e seguros, abertos ao diálogo e à problematização da realidade.

A precarização do trabalho docente

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



O que você pensa sobre as questões levantadas até aqui? No campo de estágio, você percebe que o professor sofre algum tipo de desprestígio ou falta de reconhecimento?

Para discutir esse tema, vamos apresentar o conceito de precarização e proletarianização do trabalho docente, que vão muito além da imagem social do professor, estudada anteriormente. Na verdade, a precarização do trabalho docente começa no âmbito das políticas educacionais. Sobre isso, explica Oliveira (2004, p. 1128):

Na atualidade, novas questões são trazidas ao debate, e as discussões sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho chegam também ao campo da gestão escolar. As teses sobre desvalorização e desqualificação da força de trabalho, bem como sobre desprofissionalização e proletarianização do magistério, continuam a ensejar estudos e pesquisas de caráter teórico e empírico.

De fato, há muitas pesquisas para buscar entender o trabalho docente, mas em que implica afirmar que são as políticas educacionais que precarizam o trabalho?

Primeiramente, precisamos esclarecer que políticas educacionais são todas as ações do Estado para garantir o direito à educação pública e gratuita para todos. Fazem parte das ações necessárias para efetivar o direito à educação a contratação de professores, o pagamento dos salários, a manutenção dos processos de formação para os profissionais da educação,

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

regulamentar instituições de formação de professores, criar planos de carreira, dentre tantos outros.

Contudo, os governos precarizam a profissão quando pagam salários que não permitem que esses profissionais vivam uma vida digna, obrigando-os a cumprir três turnos para garantir proventos suficientes. E a questão não é apenas dinheiro, mas é preciso que os professores tenham qualidade de vida no trabalho, que tenham a possibilidade de ascender na carreira, a partir de um plano adequado de cargos e salários. Basicamente, é preciso que os professores tenham qualidade de vida e sejam capazes de atribuir sentido ao seu trabalho.

Mas, por que falamos em proletarização do trabalho docente? Esse é um conceito que se refere à perda da autonomia docente, da mesma forma que o operário na fábrica que aperta o parafuso de um carro, não tem domínio sobre o objeto que produz, porque não lhe pertence, nem o compreende por completo. A palavra domínio, aqui, não se refere às relações de poder, mas ter liberdade de tomar decisões sobre seu trabalho. O operário não decide como será o carro; a metáfora da proletarização do trabalho docente indica que o professor não tem poder decisório sobre suas práticas.

Terminamos esta aula com uma problematização: será que nós, docentes, podemos voltar a ter domínio sobre nosso trabalho, não no sentido de autoritarismo, mas para decidir sobre nossa prática livremente?

Videoaula: A articulação entre a docência e as comunidades educativas



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Nesta aula, refletimos sobre questões bastante complexas, não é mesmo? Pensar sobre a prática docente implica entender a ação do professor para além da burocracia do dia a dia, mas também a sua missão transformadora da realidade social! Então, que tal assistir a mais uma aula, para refletirmos juntos sobre a prática docente e como ela influencia a nossa identidade? Que tal pensarmos juntos sobre a questão lançada ao final da aula?

Saiba mais

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Conheça mais sobre o conceito de proletarização do trabalho docente, justamente para que você saiba se posicionar sobre o tema, como protagonista em uma mudança de cenário. Leia o texto indicado aqui:

[Um diálogo entre a profissionalização e proletarização no trabalho docente.](#)

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



DAUDE, R. B.; SANTOS, G. C. S. dos. Um diálogo entre a profissionalização e proletarização no trabalho docente. **Anais...** Encontro de Licenciaturas e Educação Básica. UFG, p. 388-395, 22 e 23 de agosto, 2019. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/eleb-2019/2_artigos/c020.html. Acesso em: 6 jan. 2023.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 6 jan. 2023.

RIBEIRO, M. L. A afetividade na relação educativa. **Estudos de Psicologia**, Campinas. [online]. v. 27, n. 3, p. 403-412, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300012>. Acesso em: 6 jan. 2023.

SANTOS, B. P. dos; MARTINS, I. C.; GIMENEZ, R. Formação profissional na construção da identidade docente. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 17-27, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/20160>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Aula 3

Educação inclusiva

Introdução

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Olá, estudante!

Você sabia que, no passado, muitas crianças com deficiência física ou intelectual não tinham direito algum à educação? Muitas crianças eram simplesmente institucionalizadas, atendidas apenas em hospitais, mas sem serem aceitas nas escolas. Isso afastava a criança da socialização e de possibilidades de seu desenvolvimento integral, e ocorria pela crença de que a criança deficiente não era capaz de aprender. Quando consideramos as teorias pseudocientíficas a respeito de aprendizagens, baseadas na teoria da aprendizagem linear, não podemos deixar de estranhar esse pensamento. A aprendizagem não é linear, e nesta aula convidamos você a pensar sobre inclusão social, aprendizagem e atividade docente. E então, como podemos criar práticas inclusivas de docência?

A legislação inclusiva brasileira

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Antes da publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), era comum que as crianças com deficiências intelectuais fossem matriculadas nas escolas ditas especiais, que se dedicavam apenas aos processos de ensino e aprendizagem dessas crianças. Contudo, isso mudou no Brasil, conforme podemos ver a seguir:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996, [s. p.])

A legislação educacional brasileira determina que o Estado deve sim possibilitar o acesso ao direito à educação básica na educação regular de todas as crianças, inclusive aquelas com deficiência. Dessa forma, lembre-se: a escola não pode negar matrícula de criança alguma, e se o fizer negará o direito à educação ao aluno.

Mas, veja, não basta a escola matricular o aluno. Há um conjunto de condições que a escola precisa oferecer para esse aluno. Vejamos o exemplo da criança com deficiência auditiva. Que necessidade esse aluno terá? Certamente de um intérprete de libras. Esse aluno tem direito à educação e, se para ser educado, precisa de um intérprete de libras, então a escola tem obrigação de contratar esse profissional.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Suponha, agora, uma criança tetraplégica que não seja capaz de ir ao banheiro sozinha ou de se alimentar sozinha. A escola obrigatoriamente tem que garantir um acompanhante que possibilite que ela faça tudo o que necessitar em ambiente escolar. No contexto da escola pública, isso deve ser pago pelo Estado e de forma alguma pode ser cobrado dos pais, porque, conforme lemos na lei, educação é obrigação do Estado.

Demos dois exemplos de crianças com deficiências físicas. No que se refere às deficiências intelectuais, as crianças devem ter seu direito à educação garantido, conforme as legislações pertinentes a cada deficiência.

Para as crianças com deficiências intelectuais, temos as chamadas salas de recursos multifuncionais que, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, [s. d.], [s. p.]) tem o seguinte objetivo:

Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE.

Vamos pensar juntos na sua responsabilidade como docente. Como você pode criar uma docência inclusiva em sua sala de aula? É o que veremos no próximo bloco.

A docência inclusiva

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Anteriormente, lançamos uma pergunta acerca da docência inclusiva. No seu campo de estágio, há crianças com deficiências físicas ou intelectuais? Quais as estratégias da gestão escolar e dos docentes para a inclusão delas? Bem, a LDB já nos dá algumas pistas para docência inclusiva, conforme veremos a seguir:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, [s. p.])

Já percebemos no inciso I que a docência inclusiva a parte do princípio de que cada aluno é único e que, se necessário, o professor deverá adaptar todos seus instrumentos de atuação, desde o currículo até sua didática, para atender os alunos com deficiência. Por isso que é fundamental que você rompa com a ideia, muito forte na educação tradicional, de que o docente prepara aulas de maneira universal, que atenda a todos. Isso é inviável e pode, inclusive, violar o direito à educação.

Outra ação importante do docente no que refere à educação mais inclusiva é a sua formação. Hoje a LDB obriga que os cursos de formação de professores tenham aulas sobre educação inclusiva, mas pode ser que essas aulas não sejam suficientes, dado que há muitas deficiências distintas. Por isso, cabe à escola oferecer programas de educação continuada que trate do tema. E, por fim, é muito importante que cada professor em formação ressignifique suas crenças sobre pessoas com deficiências físicas e intelectuais. Lembre-se: cada um desses alunos é sujeito de direito, inclusive sujeito à permanência na escola. E, como professor, será seu papel garantir esse direito à educação de qualidade, e a permanência desse aluno na escola.

De que forma você pensa que pode colaborar, como futuro o docente, a fim de contribuir para que esse aluno esteja a motivado o na escola, de modo que ele não se sinta marginalizado e estigmatizado e que, principalmente, ele atribua sentido ao ir à escola? É disso que vamos tratar no próximo bloco.

Aprendizagem e deficiências



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Há, no imaginário social, uma percepção pseudocientífica de que crianças deficientes intelectuais não aprendem. Essa é uma crença e um mito que não tem nenhuma base científica. Crianças com deficiências intelectuais aprendem. Eles têm, sim, potencial de aprendizagem. O que você, futuro professor, precisa entender, é que cada criança, com ou sem deficiência, aprende de maneiras diferentes, e que o seu desafio é conhecer esses estilos de aprendizagem. Lembre-se: o desenvolvimento humano e a aprendizagem não são lineares. O desenvolvimento não ocorre em estágios evolutivos, do “pior” para o “melhor”. Veja como Vigotski (2001, p. 177) critica essa ideia evolucionista da aprendizagem:

As idades críticas são separadas por estágios. Elas são os pontos de virada do desenvolvimento, que mais uma vez provam que o desenvolvimento infantil é um processo dialético, em que a transição de uma fase para outra ocorre não de um modo evolucionário, mas revolucionário. Até se a idade crítica não fosse descoberta usando o método empírico, suas definições deveriam ter sido colocadas no esquema de desenvolvimento com base na análise teórica.

Entender que a aprendizagem não é linear pode ajudar você a construir um novo olhar em relação aos alunos deficientes, pois rompe com outra ideia também pseudocientífica, a de que os alunos precisam estar no “mesmo nível de aprendizagem”. Esse conceito não tem base científica. Qualquer sala de aula é multinível. Veja, não há um desenvolvimento “normal” ou um desenvolvimento “desviante”. Na formação da sua identidade docente, rompa com esses padrões, porque eles causam estigmas e marginalizam o aluno deficiente. O desenvolvimento é individual e não há um padrão único.

No senso comum, é recorrente uma visão longitudinal do desenvolvimento, baseado na idade cronológica. Isso levou a uma percepção equivocada de que haveria um nível de desenvolvimento que o aluno deveria atingir em cada idade. Essa é também uma forma de apagar a individualidade do aluno e de marginalizar aqueles que não “atingem esse estágio”. Para Vigotski (2001), o desenvolvimento é construído nas relações sociais. A LDB tem uma base na pedagogia do autor, porque pressupõe que o aluno deficiente deve ser incluído na educação regular e interagir com outros alunos para que a aprendizagem ocorra.

Para o autor, o desenvolvimento psicológico é movido por um momento que ele chama de crise, ou seja, momento de ampla ruptura do funcionamento psíquico no aluno quando, ele vive um salto qualitativo, de caráter revolucionário, não linear. Esse movimento é mediado pelas interações, pela cultura, pela linguagem e, no limite, pelo professor. Essas crises que geram desenvolvimento não são genéticas, não são dados biológicos do indivíduo, mas são definidas pela qualidade das interações sociais, pelos estímulos e pelas relações estabelecidas pelo indivíduo (MESHCHERYAKOV, 2010).

Dessa forma, ao receber alunos com deficiências na sua sala de aula, deixe de lado a ideia de que esse aluno não tem potencial para aprender, e se preocupe com as interações que ele estabelece com você, com os demais atores escolares e com o conhecimento.

Videoaula: Educação inclusiva

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Estudante, não é prazeroso poder superar os mitos que temos a respeito da educação? Não é bom entender que não há um desenvolvimento linear? Isso nos possibilita encarar a questão da inclusão sob um aspecto muito mais humanizado, sem ficar supondo a existência de padrões de desenvolvimento. E então, que tal discutirmos mais isso? Assista ao vídeo a seguir.

Saiba mais



Você sabia que o Brasil tem um Estatuto da Pessoa com Deficiência? E que ele tem artigos específicos sobre educação? Então, sugerimos que você leia os artigos 27 a 30 dessa lei. BRASIL. [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#).

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.**

Brasília/DF: MEC, [s. d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MESHCHERYAKOV, B. G. Ideias de L. S. Vigotski sobre a ciência do desenvolvimento infantil.

Psicologia USP [online], v. 21, n. 4, p. 703-726, 2010. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400004>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia, educação e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Aula 4

Educação inovadora

Introdução

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



A sala de aula deve ser o espaço do desenvolvimento integral do estudante, e caberá a você, futuro professor, criar as condições para esse processo. A tradicional aula, na qual o professor está à frente da classe, escrevendo na lousa e esperando que os alunos reproduzam aquilo que ele ensina, não é capaz de efetivamente promover transformações sociais significativas. Contudo, há diversas outras metodologias de ensino e aprendizagem capazes de colocar o aluno como protagonista em sala de aula e prepará-lo para ser agente transformador de sua própria vida. Nesta aula vamos pensar justamente sobre isso. Vamos ensinar você, futuro professor, a desenvolver um plano de aula baseado em metodologias inovadoras de ensino e aprendizagem. Além disso, mostraremos como você pode usar a criatividade a seu favor, para fugir da aula tradicional e tornar sua aula um momento instigante para todos.

Metodologias ativas

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para começar nossa reflexão, observe esta imagem:

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Figura 1 | Sala de aula. Fonte: Freepik.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Nela observamos o uso da tecnologia em sala de aula. E, de fato, a tecnologia tem sido associada a uma prática docente inovadora, adaptativa e criativa. Contudo, tecnologias são apenas ferramentas de aprendizagem, e não são elas que transformam a atividade docente em algo efetivamente transformador para o aluno.

Veja, podemos planejar as aulas com tecnologias de ponta e, ainda assim, nossa aula pode ser extremamente tradicional. Isso ocorre porque aquilo que efetivamente muda nossas aulas é nossa percepção sobre a aprendizagem, não os instrumentos que usamos.

A escola tradicional sempre priorizou a educação reprodutora e disciplinadora, associando a aprendizagem com um comportamento passivo do aluno. Essa é uma percepção pseudocientífica, que precisa ser superada. Aprender não tem relação com estar sentado em uma carteira, em silêncio e olhando para o docente. Aprender é, segundo Almeida (2002, p. 157):

entender, organizar, armazenar e evocar a informação. São processos cognitivos básicos a qualquer aprendizagem e realização cognitiva. [...]. Assumindo-se aprendizagem não como mero registo de informação, mas como construção de conhecimento, certo que sem esse registo não se avança no conhecimento. (grifos nossos)

Conforme podemos verificar, a aprendizagem envolve essas quatro operações cognitivas. Todas elas, atuando juntas, possibilitam que o aluno atribua sentido à aprendizagem.

Vamos pensar juntos em um exemplo. Suponha que você seja um professor do primeiro ano e está dando aula de ciências baseada na unidade temática “Vida e Evolução”, nos seguintes objetos de conhecimento: “Corpo humano” e “Respeito à diversidade”. A habilidade que você está trabalhando é:

“(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.” (BRASIL, 2017, [s. p.]).

Como preparar essa aula de forma a gerar sentido para os alunos?

Para isso você pode utilizar metodologias ativas em vez de utilizar a típica aula expositiva.

Vamos utilizar, por exemplo, a **aula invertida**. Os alunos devem trazer a aula preparada de casa e são eles que ministram a aula, não você. Talvez você esteja pensando: mas alunos dos primeiros anos darão aula?

Isso mesmo!

Peça que os alunos, em casa, preparem cartazes sobre o tema. Divida-os em grupos. Uma parte fazer trazer imagens e informações de diferentes sistemas do corpo humano, e outra parte da turma apresentará imagens com pessoas diferentes: negros, brancos, cadeirantes, mulheres, crianças, idosos etc.

Depois que os alunos apresentarem as informações e os cartazes, daí você poderá trazer uma problematização:

- Nossa aparência é diferente, mas os sistemas do nosso corpo funcionam de maneira diferente?
- Por que nossa aparência é diferente?

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

- Por que é tão importante valorizar a diversidade?

Deixe que os alunos tragam suas respostas, de forma lúdica, e oriente as respostas, mostrando a importância de as pessoas serem diferentes e como a diferença é enriquecedora.

Docência criativa



A docência criativa implica ações por parte dos docentes no sentido de recriar as práticas de ensino e aprendizagem. Para entender isso, vamos utilizar a aula do bloco anterior, no qual o professor utilizou a aula invertida.

Por meio dessa estratégia de aula, o professor deu espaço de protagonismo para seus alunos. Contudo, ele pode ir além. Esse professor pode propiciar condições para que sua aula também incentive os alunos a se colocarem como agentes de transformação na sua própria vida e na vida em sociedade.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Há muitas formas de fazer isso, e é fundamental que as escolas ultrapassem seus próprios muros para que as crianças realmente entrem em contato com a comunidade, aprendam a identificar problemas sociais e criar estratégias para solucioná-los.

Nesse caso, suponha um projeto que envolva uma Instituição de Longa Permanência para Idoso (ILPIs) – os antigos asilos. Faça com seus alunos uma visita a uma ILPI. Em sala de aula, a partir da habilidade (EF01CI04) supramencionada, peça que os alunos identifiquem alguns problemas vividos por aqueles idosos. Talvez eles mencionem dor física, doenças, medo da morte, solidão, saudades da família, por exemplo. Em seguida, peça que seus alunos identifiquem uma ação que podem fazer para ajudar os idosos. Talvez eles mencionem ações que não são possíveis dentro da realidade escolar, mas os ajude a pensar em atividades lúdicas: as crianças podem cantar para os idosos, apresentar uma peça de teatro, cozinhar algo diferente, enfim. Suponha que eles escolham montar uma peça teatral. Então eles mesmos podem criar a narrativa e encenar.

Você consegue perceber a diferença entre essa atividade simples e aquelas da escola tradicional? Note que nossa proposta é permitir que os alunos façam escolhas – e não escolhas aleatórias, mas a partir de um problema percebido por eles mesmos.

A vida em sociedade é complexa. Esses alunos, quando adultos, enfrentarão problemas diariamente e terão que criar soluções e tomar decisões diante desses problemas. Uma escola que apenas reproduz informações, de forma mecânica, prepara mal o aluno para enfrentar o mundo da vida. Esse aluno pode acabar tendo uma atitude passiva diante de suas experiências. É por isso que atualmente se fala tanto na aprendizagem baseada em problemas. Esse método é, segundo Borochovcicius e Tortella (2014, p. 273):

[...] uma estratégia educacional e uma filosofia curricular, em que os discentes autodirigidos constroem o conhecimento de forma ativa e colaborativa e aprendem de forma contextualizada, apropriando-se de um saber com significado pessoal. Não é um método que possa ser utilizado de forma isolada em determinadas disciplinas e está fundamentado nos princípios sobre os quais se baseia o processo de aprendizagem, com implicações e determinações sobre todas as dimensões organizacionais do processo educacional.

Essa metodologia é baseada na psicologia cognitiva e no construtivismo e nasceu nos bancos dos cursos de Medicina, contudo, como mostraremos nos próximos blocos, pode ser perfeitamente aplicada à educação básica.

Aprendizagem com metodologias ativas

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



A aula baseada em metodologias ativas costuma se fundamentar principalmente na resolução de problemas. Para Dewey (1959, *apud* BOROCHOVICIUS; TORTELLA, 2014), a aprendizagem se inicia pelo reconhecimento do problema e suas características, e termina com sua resolução. Suponha, por exemplo, uma aula sobre o ciclo da chuva. Você pode problematizar com os alunos os problemas da falta de água e pedir soluções para eles. Os autores apresentam as operações cognitivas que são determinantes neste momento:

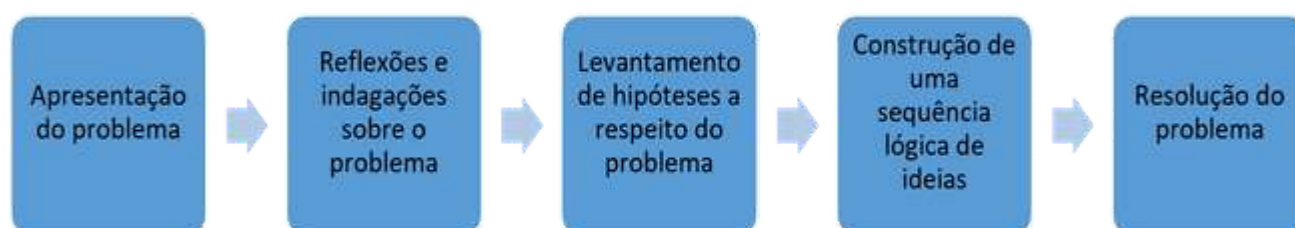


Figura 2 | Operações cognitivas envolvidas na aprendizagem baseada em problemas. Fonte: elaborada pela autora.

Você consegue perceber que essa é justamente a lógica do pensamento científico? Suponha agora que um professor do ensino médio que leciona História está ensinando para seus alunos o

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

processo colonizador. Ele deseja que seus alunos pensem reflexivamente as consequências desse processo e como elas são visíveis até hoje. O objetivo é fazer os alunos pensarem como os povos indígenas continuam lutando pelo direito originário à terra. Neste caso, o professor precisa despertar o questionamento crítico da realidade. E quais são as operações cognitivas envolvidas? Segundo Borochovcicius e Tortella (2014, p. 269) são elas:

“O pensamento reflexivo se inicia com questionamentos, que originam o ato de pensar e se encerra com a realização de uma pesquisa, cujo objetivo é encontrar respostas para as indagações.”

Novamente se faz presente o método científico, baseado na pesquisa e na busca de dados. Ao ensinar o método científico você prepara seu aluno para olhar o mundo de uma nova maneira. Ele vai aprender que algo só é considerado um fato ou uma verdade se ele trouxer dados e embasamentos. Com isso você ensinará seu aluno a pensar de forma racional e lógica sobre a realidade. Suponha, então, o exemplo a seguir.

Unidades Temáticas: O sujeito e seu lugar no mundo

Objeto de conhecimento: Processos migratórios no Brasil

Habilidades: (EF04GE02) Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

Figura 3 - Aula de Geografia para o 4º ano. Fonte: elaborada pela autora.

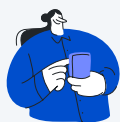
Você começa a aula falando da migração dos venezuelanos para a cidade de Boa Vista, e mostra como moram em barracas perto da rodoviária. Você pede que seus alunos investiguem o tema. Essas são as etapas que devem ser seguidas:

1. Apresente o problema, com imagens e dados estatísticos. Mostre, por exemplo, quantos venezuelanos chegam por mês ao país.
2. Identificação do problema. Aqui, você pode apresentar a crise econômica no país e falar das questões políticas.
3. Solicite que os alunos apresentem soluções. Problematicize cada solução apresentada.
4. Experimentação das soluções para sua validação. Na área de ciências exatas a experimentação é mais comum e atividade cotidiana, mas a validação pode ocorrer por diversas outras formas em ciências humanas, como busca de dados públicos, avaliação das políticas públicas, entrevistas por telefone com secretários municipais; enfim, há muitas formas de realizar essa experimentação.
5. Proposição de uma solução. Aqui os alunos organizarão todos os dados obtidos e proporão uma ou duas soluções.

No seu campo de estágio, fale com seu supervisor e sugira uma aula baseada em problemas. Será divertida!

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Videoaula: Educação inovadora



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Estudante, você tem vontade de superar as aulas tradicionais e criar aulas mais divertidas e instigantes? Não é bom ouvir que o aluno gosta da sua aula, porque ele participa e se sente envolvido? Então continue conosco e assista a essa videoaula que trata das metodologias ativas e da aprendizagem baseada em problemas.

Saiba mais



A aprendizagem baseada em problemas tem o potencial de tornar sua aula muito estimulante e curiosa. Que tal aprender mais sobre isso? Então leia o artigo indicado a seguir.

[Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas.](#)

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Referências



ALMEIDA, L. S. Facilitar a aprendizagem: ajudar aos alunos a aprender e a pensar. **Psicol. Esc. Educ.**, v. 6, n. 2, dez. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/cGwP8VQynhXsDDdcXCsRK3R/?lang=pt#>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 83, jun. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/QQXPb5SbP54VJtpmvThLBTc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

Aula 5

Revisão da unidade

A alteridade em sala de aula

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Nesta unidade, falamos sobre as políticas educacionais de inclusão e, nesse sentido, pensamos a alteridade em sala de aula. Você, futuro professor, ao longo da sua carreira, entrará em contato com a diversidade da sociedade brasileira e é fundamental que você reconheça como essa diversidade enriquece nossa sociedade, cultura e, claro, sua aula. Para entender melhor a inclusão da alteridade em sala de aula, vamos utilizar a perspectiva de Gordin, Pinezi e Menezes (2020, p. 611):

“O conceito de alteridade aqui utilizado é o que articula a diferença, a identidade e o outro em uma perspectiva relacional. Alteridade, diferença e identidade são conceitos fluidos que pressupõem não essencialização ou fixidez, mas relações sociais”.

A alteridade é aquilo que o “eu” reconhece como o “outro”, porque é diferente. A diferença não pode ser invisibilizada em sala de aula. A constituição de uma sala de aula inclusiva implica na prática da tolerância ativa, aquela que reconhece que cada aluno, em sua singularidade, é essencial para a sociedade e, claro, para sua aula. Gordin, Pinezi e Menezes (2020) explicam que uma sala de aula efetivamente inclusiva exige práticas educativas que promovam a interculturalidade no espaço escolar. Um docente que deseja incentivar a interculturalidade em sua sala de aula deve ser capaz de articulação entre alteridade, identidade e diferença, construindo um contexto sociocultural e de valorização das relações. Certamente um dos maiores desafios do professor de educação básica atualmente é a inclusão de crianças e adolescentes com deficiências intelectuais em sua sala de aula. A Lei de Diretrizes

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

e Bases da Educação Nacional é um avanço incrível nessa área, porque garante às crianças com deficiência intelectual o direito à educação na rede regular de ensino. Mas essa incrível política nem sempre veio acompanhada de políticas educacionais de formação continuada para professores e há uma lacuna na formação docente em relação à educação especial, que deveria ser propiciada pelas escolas.

Contudo, conforme você aprendeu nesta unidade, é fundamental que você ressignifique todo senso comum sobre deficiências intelectuais e veja o enorme potencial de aprendizado de toda criança! Além disso, lembre-se que você, como docente, não é protagonista em sala de aula, mas sim seus alunos e que, mais do que memorizar conteúdos, seus alunos precisam aprender o método científico, aprender a problematizar e a criar estratégias diante do seu enfrentamento da realidade.

A docência inclusiva é aquela que percebe que o espaço da aula é uma troca e que o professor não tem o monopólio do saber. Construa relações de compartilhamento de aprendizagens com seus alunos e respeite a singularidade de cada um.

Videoaula: Revisão da unidade



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

O tema da inclusão causa ainda muita polêmica no Brasil, especialmente porque faltam políticas públicas educacionais para preparar a gestão escolar e os docentes para uma inclusão que efetivamente garanta o direito à educação. Assim, neste vídeo, vamos pensar juntos sobre estratégias de inclusão que promovam a docência inclusiva! Vamos aprender mais?

Estudo de caso

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Imagine que você está começando a sua carreira como professor e sua primeira sala de aula é uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental. Você é informado que há uma criança diagnosticada com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDHA). Talvez você se sinta inseguro e não há nenhum problema nisso! Contudo, o mais importante é o planejamento da sua aula, que envolve o conhecimento das necessidades educacionais especiais desse aluno. Isso implica em realizar pesquisas em fontes científicas sobre esse tema e conhecer as demandas de aprendizagem dos alunos com o laudo de TDAH. Rohde *et al.* (2000, p. 7) define que os principais sintomas desse transtorno são, dentre outros:

[...] dificuldade de prestar atenção a detalhes ou errar por descuido em atividades escolares e de trabalho; dificuldade para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas; parecer não escutar quando lhe dirigem a palavra; não seguir instruções e não terminar tarefas escolares, domésticas ou deveres profissionais; dificuldade em organizar tarefas e atividades; evitar, ou relutar, em envolver-se em tarefas que exijam esforço mental constante; perder coisas necessárias para tarefas ou atividades.

A partir do conhecimento dos sintomas e seus desdobramentos para a aprendizagem, você poderá planejar a sua ação docente. Nesse momento, dispa-se de qualquer preconceito e saiba que essa criança tem um amplo potencial de aprendizagem.

A Associação Brasileira do Déficit de Atenção (2023) nos informa sobre algumas práticas que podem ajudar na aprendizagem de alunos com TDAH.

1. Dividir tarefas em partes.
2. Seguir uma ordem para a aula, que será apresentada no início e seguida diariamente.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

3. Utilizar diversas estratégias de ensino e aprendizagem (oral, escrever na lousa, slides, brincadeiras, projetos especiais, informações visuais, etc.).
4. Criar pastas coloridas para organizar tarefas e oferecer material pronto para armazenar.
5. Organizar as tarefas do dia em *checklists*.
6. Reduzir ruídos e distrações visuais e reduzir o número de materiais de carteira do aluno.
7. Aplicar técnicas multissensoriais de aprendizagem e trabalhos em equipe.
8. Repetir instruções, sempre que necessário.
9. O professor deve indicar que o aluno se sente perto dele e o docente deve sempre manter contato visual com o aluno com TDHA.

Claro que há muitas outras orientações, mas essas serão importantes para nossa “mão na massa”, que virá a seguir.

Refleta

Agora que você entendeu o que o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDHA), conhece seus sintomas e sabe que esse transtorno impacta na aprendizagem, já entende que é preciso considerar esse aluno em sua singularidade ao preparar a sua aula. Como você sabe, o planejamento já faz parte da rotina semanal de qualquer professor, mas, no caso de haver alunos com deficiência intelectual, é preciso um planejamento específico para cada aluno e para cada deficiência.

Assim, para essa resolução do estudo de caso, convidamos você, futuro professor, a pensar sobre um plano de aula para seu aluno com TDHA. Para isso, acesse a BNCC, escolha uma área do conhecimento, uma unidade temática, um objeto de conhecimento e habilidades e faça seu planejamento, considerando as necessidades especiais de aprendizagem, e elabore seu plano de aula.

Videoaula: Resolução do estudo de caso



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Para começar a resolução do nosso estudo de caso, precisamos lembrar o que deve ser incluído em um plano de aula:

1. Público-alvo.
2. Tema da aula, conforme a BNCC.
3. Conteúdo a ser abordado.
4. Habilidade a ser desenvolvida, conforme a BNCC.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

5. Objetivo a ser alcançado.
6. Recursos didáticos (lousa, slides, computadores, laboratório, biblioteca, etc.).
7. Metodologia de ensino e aprendizagem.
8. Avaliação.
9. Referências bibliográficas.

Você está planejando uma aula de Matemática para sua turma de primeiro ano. Suponha que você escolheu a unidade temática Números e os seguintes objetos de conhecimento da BNCC: Contagem de rotina Contagem ascendente e descendente.

Reconhecimento de números no contexto diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações. (BRASIL, 2018, p. 278)

E imagine, ainda, que você tenha escolhido essas habilidades:

(EF01MA02) Contar de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos.

(EF01MA03) Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 20 elementos), por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”. (BRASIL, 2018, p. 279)

De que forma podemos trabalhar todos esses conteúdos com um aluno com TDAH? Para começar essa aula, lembre-se que esse aluno pode ter dificuldades em focar a sua atenção em uma mesma atividade por muito tempo, dessa forma, sua METODOLOGIA deve variar com frequência. Assim, o que muda no seu plano de aula para uma criança com TDAH são as práticas metodológicas, ou seja, as ações que se focam no ensinar e no aprender.

Que tal utilizar metodologias ativas? Comece a sua aula na quadra ou no jardim da escola. Antes da chegada dos alunos, espalhe blocos coloridos por todo o espaço que será utilizado. Entregue sacolas ou cestas aos alunos e permita que eles peguem quantas peças puderem, no menor espaço de tempo. Quando terminarem, leve-os para a sala de aula e peça que desenhem as peças que pegaram e os incentive a contar quantas foram.

Parece bem simples, não é mesmo? Mas isso faz sentido para uma criança com TDHA essa mudança rápida de atividade, de forma a não exigir que ela tenha que manter a concentração em uma mesma coisa por muito tempo.

Esse é apenas um exemplo. Na sua carreira docente, certamente você terá a oportunidades de conhecer muitas crianças e desenvolver metodologias que ajudem cada uma delas a aprender.

Resumo visual

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Figura 1 | Conceitos centrais na educação inclusiva. Fonte: elaborada pela autora.



Figura 2 | Metodologias inovadoras. Fonte: elaborada pela autora.

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO. **Ajustes, adaptações e intervenções básicas para alunos com TDAH.** Disponível em: <https://tdah.org.br/ajustes-adaptacoes-e-intervencoes-basicas-para-alunos-com-tdah/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

GONDIN, J. S.; PINEZI, A. K. M.; MENEZES, M. A. de. Alteridade e interculturalidade na escola: um estudo etnográfico sobre estudantes bolivianos em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 259, set. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NSbNpxTJbjyByKhmZYZjKYs/#ModalHowcite>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ROHDE, L. A. *et al.* Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, n. suppl 2, dez. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/zsRj5Y4Ddgd4Bd95xBksFmc/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 22 jan. 2023.

Unidade 4

A Organização do Trabalho e da Rotina do Docente

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Aula 1

Profissão docente no século XXI

Introdução



Olá, estudante!

Bem-vindo à disciplina Identidade Docente. Nesta unidade, vamos falar sobre a organização do trabalho e a rotina docente. Nesta primeira aula, vamos tratar do tema planejamento pedagógico, sua importância e etapas pensadas dentro da complexidade das transformações sociais que impactam diretamente sobre a atividade docente e, como consequência, sobre a construção da própria identidade do professor. Nesse sentido, o planejamento pedagógico exerce um papel fundamental, pois orienta e organiza a prática escolar de maneira a alinhar o conteúdo curricular à estrutura educacional brasileira, ao mesmo tempo que permite ao professor pensar essa questão dentro das particularidades onde está inserido, garantindo espaço de autonomia ao profissional que, mais que um produtor e executor de aulas, é um agente de transformação social. Eu convido você a seguir comigo neste caminho!

Identidade docente: uma visão geral

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



O dicionário Oxford (2022) define identidade como o “conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la”. Porém, enquanto conceito, é preciso ampliarmos essa definição. Segundo Patrick Charaudeau (2009, p. 310):

a identidade é o que permite ao sujeito tomar consciência de sua existência, o que se dá através da tomada de consciência de seu corpo (um estar-aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer). A identidade implica, então, a tomada de consciência de si mesmo.

Identidade é uma construção ao mesmo tempo individual e social, pois existimos em contextos culturalmente específicos e historicamente determinados. É também um processo relacional e contínuo de identificação e diferenciação com outras pessoas e grupos sociais que ocorre através da socialização. Por isso, podemos dizer que a identidade individual é uma síntese de múltiplas identidades sociais. Na família, somos pais, mas também somos filhos e a predominância de uma identidade varia segundo a situação estabelecida; e essa dinâmica de mediação entre a estrutura social e o comportamento individual se reproduz em todos os grupos dos quais fazemos parte. Logo, se a identidade é um processo contínuo e permanente de elaboração individual construído socialmente, como podemos definir a identidade docente? A docência é a identidade de um grupo que partilha o exercício de uma atividade profissional elaborada a partir do significado social dessa profissão, seu papel, sua história, características e contradições:

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

uma construção social marcada por múltiplos fatores que interagem entre si, resultando numa série de representações que os docentes fazem de si mesmos e de suas funções, estabelecendo, consciente ou inconscientemente, negociações das quais certamente fazem parte de suas histórias de vida, suas condições concretas de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005, p. 54-55).

Historicamente, o modelo escolar foi estruturado para atender às demandas da sociedade industrial. As necessidades impostas à mão de obra pelo capitalismo abriram a escola a um número amplo e diverso de alunos que deveriam atingir resultados semelhantes ao final de sua trajetória escolar. Para isso, a organização escolar seguiu o modelo organizacional do trabalho produtivo aplicado nas empresas, o que levou à burocratização, padronização e controle do trabalho do professor. Para Tardif e Lessard (2005), esses mecanismos estranhos à atividade docente levaram à proletarização do trabalho do professor, transformando-o em mero executor de decisões tomadas em outras instâncias.

Muitas mudanças se seguiram desde a construção desse modelo escolar. Hoje, o professor atua em um mundo multifacetado, marcado por rápidas e profundas transformações decorrentes do processo de globalização que impactam sobre a identidade docente. Longe da visão simplista do professor como o detentor do conhecimento ou mero fazedor de aulas, o professor se constrói como sujeito profissional na relação entre a sua subjetividade e a complexidade da realidade escolar inserida em múltiplos e variados contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. Diante disso, como pensar a formação do profissional docente diante das múltiplas demandas da sociedade contemporânea de forma crítica e afinada com os ideais democráticos de formação dos alunos para a inserção no mundo do trabalho e, principalmente, para o exercício da cidadania?

A BNCC e o planejamento pedagógico

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Elaborar um planejamento pedagógico não é uma tarefa simples. Com o objetivo de orientar as escolas nessa tarefa, em 2017 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) que orienta os currículos e práticas pedagógicas das redes públicas e particulares de ensino de todo o país:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018)

A BNCC é um instrumento que orienta a dinâmica escolar ao definir os conhecimentos esperados dos estudantes ao longo de cada fase; ao mesmo tempo, contribui para o alinhamento das políticas públicas de educação nas esferas federal, estadual e municipal, e baliza a qualidade da educação.

A BNCC foi elaborada com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais historicamente estruturadas, garantindo que todos tenham acesso aos mesmos conhecimentos:

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. (BRASIL, 2018)

Nesse sentido, como pensar o planejamento pedagógico alinhado à BNCC? Segundo o documento:

Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). (BRASIL, 2018)

A BNCC prioriza uma educação plural, singular e integral dos sujeitos da aprendizagem ao definir como objetivo da Educação Básica a formação e o desenvolvimento humano global em suas dimensões intelectual (cognitiva) e afetiva, sendo a escola não apenas um espaço de aprendizado de conteúdos acadêmicos, mas de acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento dos sujeitos em suas singularidades e diversidades, fortalecendo a formação para a cidadania e a democracia. Para isso, ela incentiva a construção de planos e práticas pedagógicas segundo a realidade social e cultural das escolas, promovendo o acesso às aprendizagens essenciais dos estudantes e garantindo a valorização e a presença da diversidade cultural no processo educacional (BRASIL, 2018).

Nós, professores, não temos dificuldade em compreender a importância dessas orientações. Mas a prática é mais complexa, não é mesmo? Então, como realizar essa articulação entre as orientações da BNCC no cotidiano da sala de aula?

Como pensar o planejamento pedagógico

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Chegou a hora de pensarmos a elaboração prática de um planejamento pedagógico alinhado à BNCC.

Para Menengolla e Sant'Anna (2014), o planejamento é um procedimento útil e necessário, tanto para o professor como para o aluno, e

“a educação, o ensino e toda a ação pedagógica devem ser pensados e planejados de modo que possam propiciar melhores condições de vida à pessoa” (MENENGOLLA; SANT'ANNA, 2014, p. 7).

Na prática, o planejamento é a etapa de elaboração das diretrizes e atividades que a escola irá realizar para atingir os objetivos educacionais. Realizado em conjunto pela equipe escolar, ele estabelece as ações necessárias para o desenvolvimento do ano letivo, levando em conta elementos internos e externos. No plano interno, o planejamento pensa a composição do corpo docente, a infraestrutura da escola, os recursos materiais e financeiros necessários e os efetivamente disponíveis, os objetivos pedagógicos, etc. Mas a função social da escola ultrapassa seus muros e o planejamento deve considerar a relação da escola com a comunidade, seu contexto social, as exigências do mercado e dos governos, entre outras questões.

Vamos pensar nas ações necessárias para a elaboração de um planejamento pedagógico viável? O ponto inicial é **definir os objetivos** a serem trabalhados pela escola ao longo do ano letivo. Essa etapa deve ser realizada com antecedência, pois esses objetivos guiarão a construção prática das atividades e a identificação dos recursos necessários para sua execução. Nesse momento, é

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

interessante retomar o planejamento anterior, buscando identificar erros, acertos e dificuldades no cumprimento dos objetivos propostos, realinhando metas e expectativas na relação entre os desejos de fazer e as possibilidades concretas.

Estabelecidos os objetivos, é preciso **listar os recursos disponíveis e necessários** segundo os objetivos traçados, evitando dispêndio de recursos valiosos no cenário de escassez vivido pelas escolas Brasil afora. Essa lista deve conter todo tipo de recurso, tanto os mais concretos como os financeiros, materiais e de recursos humanos, quanto os subjetivos, como sociais e de tempo. Pensando na perspectiva da educação integral e inclusiva, é importante que o planejamento possa **ouvir a comunidade escolar**, de modo que os objetivos sejam traçados considerando as necessidades de todos os envolvidos e segundo a realidade na qual a escola está inserida. Essa escuta incentiva o desenvolvimento de uma cultura escolar mais participativa, inclusiva e democrática, permitindo que todos os envolvidos no processo educacional se sintam pertencentes ao espaço. Conhecer o entorno em seus aspectos culturais, sociais e econômicos dá sentido à prática educativa ao criar uma conexão entre os conteúdos curriculares e saberes escolares e a vida das pessoas.

Definidos os objetivos com base na realidade concreta, nas experiências passadas e nos recursos disponíveis e necessários, chegou a hora de **definir as estratégias de ação** para que os objetivos sejam alcançados. É aqui que tudo se encontra. Não adianta traçar um plano de ação que não possa ser executado. É preciso alinhar as expectativas às possibilidades e, para isso, é prudente traçar planos de ação de curto prazo que possam ser revistos, ajustados e ampliados no decorrer do processo. O acompanhamento próximo e constante permite reorientações rápidas, tornando o processo todo mais eficiente ao evitar que os problemas sejam identificados apenas no final do ano. Mas, isso tudo perderá o sentido se a equipe não estiver alinhada. Por isso, é fundamental **seguir o planejamento**, evitando desvios não planejados que podem comprometer os resultados pedagógicos.

Plano traçado, pode-se **estabelecer o cronograma**, definindo as datas de início e fim do ano letivo, os dias a serem contabilizados, as datas comemorativas, recessos, feriados, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, reuniões de pais, entre outras necessidades práticas. Aqui entra a formação da grade horária segundo a matriz curricular de cada fase do ensino e a legislação. Deve-se levar em consideração também as avaliações e projetos escolares (referentes às disciplinas específicas ou projetos conjuntos), bem como propostas de formação continuada para professores e demais integrantes da equipe escolar.

Videoaula: Profissão docente no século XXI



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Nesta videoaula, vamos explorar um pouco mais a estruturação de um bom planejamento pedagógico que tenha como guia as proposições e orientações dispostas na Base Nacional Comum Curricular. Longe de promover um engessamento das possibilidades de ação da escola, a BNCC permite que as diversidades culturais sejam inseridas nos planos de ação de forma a construir uma educação democrática e cidadã. Lembre-se que conhecimento é conexão de sentidos. Por isso, tome um tempo para assistir à aula com atenção para que possa elaborar e assimilar todos os conteúdos aqui abordados.

Saiba mais



Na rede mundial de computadores é possível encontrar uma infinidade de materiais disponíveis sobre as mais diversas temáticas. Mas, em um mundo de desinformação sistemática, como saber se as fontes são confiáveis?

No campo da Educação, o site Nova Escola atua como um porto seguro para aqueles interessados na temática

A Associação Nova Escola é uma organização de impacto social sem fins lucrativos, criada em 2015, e mantida pela Fundação Lemann, com o objetivo de fortalecer professores da Educação Básica em suas práticas, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. A Nova Escola é uma plataforma digital da Associação que produz reportagens, cursos autoinstrucionais, formações, planos de aula e materiais educacionais de acesso gratuito. Vale a pena conhecer o conteúdo disponibilizado, tenho certeza de que você encontrará muita coisa interessante, tanto para seus estudos como para sua prática docente. Acesse a [plataforma da Nova Escola](#).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Referências



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. PIETROLUONGO, M. (org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html> Acesso em: 13 dez. 2022.

GARCIA, M. M. A.; HYPOLITO, Á. M.; VIEIRA, J. S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/h98PzLy4947pWTcYgFpNL7P/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 dez. 2022.

OXFORD LANGUAGES. **Identidade**. [online], 2022. Disponível em: shorturl.at/aiP34. Acesso em: .

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como Planejar?** Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

Aula 2

A contextualização da aula mediada pelo professor

Introdução

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Você já reparou que, de tempos em tempos, assim como as roupas e acessórios que usamos, algumas palavras entram na moda? E eu não estou falando das gírias! De repente, alguns termos passam a fazer parte do nosso vocabulário, sendo utilizados em todos os meios de comunicação. E não é que eles não existissem, mas, por alguma razão, eles passam a significar algo muito importante, sendo utilizados para explicar tudo. Nesta aula, vamos tratar de alguns desses conceitos e sua aplicação na BNCC: competências e habilidades. Você não estranhou essas palavras? E se eu disser que vamos tratar de *hard* e *soft skills*? Convido você a manter a mente e o coração abertos para esta jornada. Vamos lá?

Habilidades e competência

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



A língua é um elemento vivo da cultura que, apesar de possuir suas regras, está em constante transformação pelos falantes que elaboram cotidianamente novos usos e possibilidades para as palavras. Por isso, é bastante comum esbarrarmos com palavras criadas da interação com outras culturas, como os neologismos (adaptação de palavras para o português; por exemplo: deletar) e estrangeirismos (inclusão de palavras ou expressões de outra língua no vocabulário, como “dar um like”).

Esse processo aconteceu com os conceitos que desenvolveremos nesta aula, pois o termo em inglês *skills* tem sido amplamente empregado em substituição à palavra habilidades. Além disso, as palavras habilidade e competência podem ser utilizadas como sinônimos, mas possuem significados específicos, cuja distinção é preciso compreender, uma vez que ambas têm norteado a elaboração dos currículos e normativas educacionais.

Quando dizemos que alguém é habilidoso, referimo-nos à destreza na realização de uma atividade, por exemplo, um marceneiro, um profissional que possui conhecimentos que lhe permitem a produção de peças em madeira. Essa capacidade e conhecimentos organizados podem ser adquiridos por treinamento ou experiência.

Há dois tipos de habilidades: *hard skills* e *soft skills*. *Hard skills* são as habilidades técnicas e práticas, formadas por todo o conjunto de conhecimentos que desenvolvemos ao longo da vida e que aplicamos no desempenho de nossas atividades. Vamos voltar ao nosso exemplo: no caso do marceneiro, *hard skills* seriam todos os seus conhecimentos técnicos aplicados à fabricação

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

de uma peça: tipos de materiais, as ferramentas e seus usos, aplicação específica dos materiais, metodologia de trabalho, etc.

Vamos imaginar uma situação em que ele é chamado por um cliente que precisa de um móvel. Na conversa com o cliente, o profissional identifica alguns problemas e quer ajudá-lo a melhorar o projeto, mas, ao fazê-lo, é ríspido com o cliente, aponta constantemente que os defeitos do projeto se devem à sua falta de conhecimento e que, se seguir assim, dará tudo errado.

Descontente com o tratamento, o cliente cancela a encomenda e procura outro profissional. Podemos dizer que, nessa situação, apesar do domínio de *hard skills*, faltou ao profissional outras habilidades importantes: as *soft skills*, habilidades relacionadas ao comportamento humano: a forma como você resolve os problemas, lida com as outras pessoas nas diversas situações sociais, como se comunica, como se adapta às situações de imprevistos e mudanças, entre muitas outras questões. O termo *Soft Skills* refere-se às habilidades interpessoais ou competências socioemocionais, essencialmente ligadas à capacidade de comunicação, habilidade para trabalhar em equipe, facilidade em lidar com a diversidade e a aptidão em se portar eticamente. Assim, enquanto as *hard skills* são as habilidades do saber fazer técnico, as *soft skills* são habilidades comportamentais, interpessoais ou socioemocionais (ANTUNES, 2020).

Há uma diferença entre habilidades e competências. A competência remete a uma questão mais ampla, pois consiste na junção e coordenação de três elementos: habilidades, conhecimentos e atitudes. Para entender melhor essa relação, observe a figura:

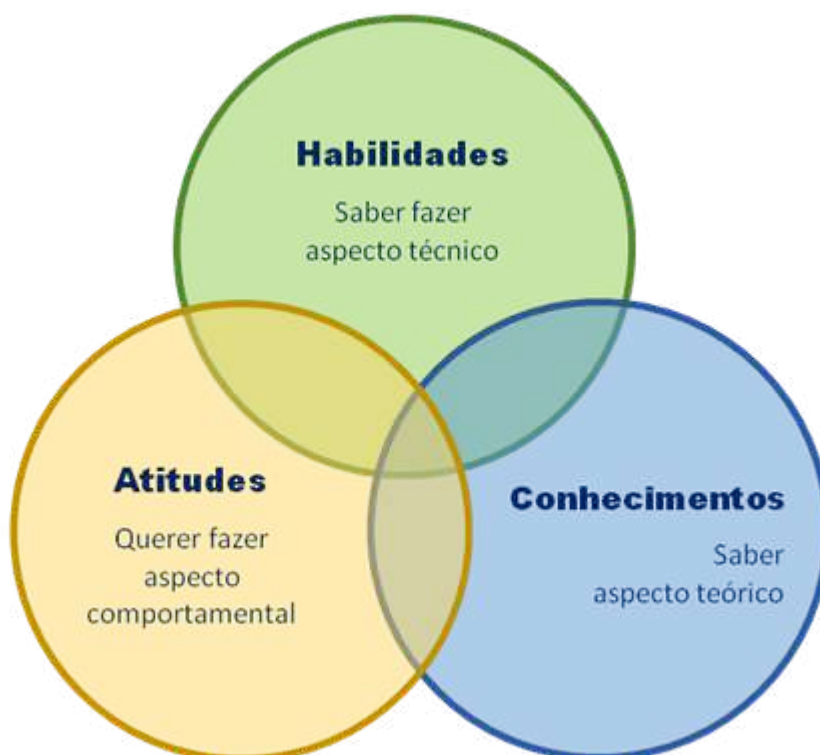
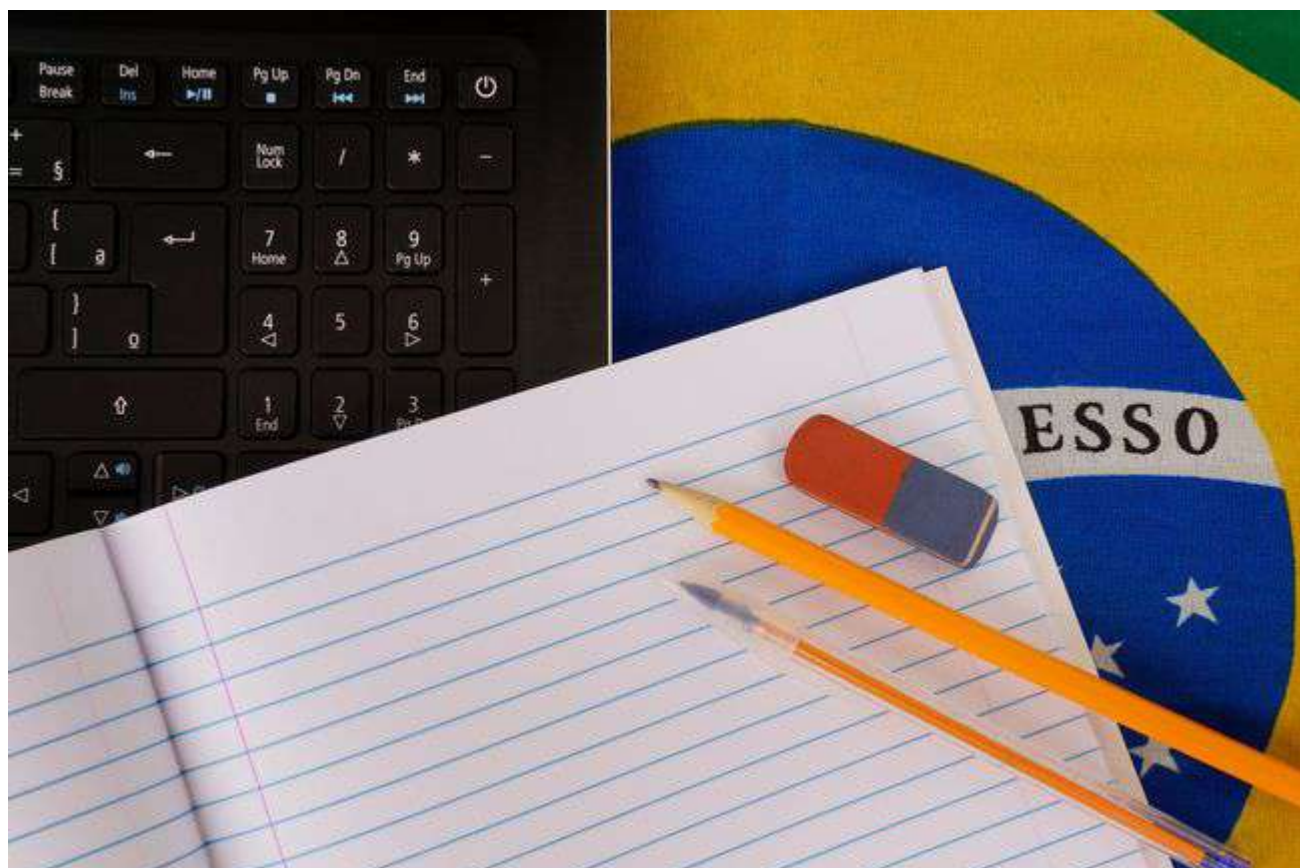


Figura 1 | Competência. Fonte: elaborada pela autora.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

A competência refere-se à capacidade do sujeito de atender a uma demanda complexa através da mobilização de seus recursos (habilidades, conhecimentos e atitudes) na execução de uma tarefa ou em um contexto específico. Por isso, o desenvolvimento de competências tem sido destacado no mercado profissional e nas demais relações sociais, pois fala não apenas dos saberes do sujeito (técnicos e teóricos), mas de como eles são aplicados nas suas relações interpessoais.

A importância das soft skill para uma educação integral



Historicamente, as instituições de ensino construíram-se focadas na formação das competências cognitivas ou *hard skills*, isto é, das habilidades técnicas que integram o desenvolvimento. Porém, mudanças sociais têm apontado para a importância da formação de habilidades socioemocionais, comportamentais e pessoais.

Todo aprendizado mobiliza o nosso cérebro para o desenvolvimento de uma nova habilidade. Didaticamente, essas habilidades são separadas em cognitivas e não cognitivas. As habilidades cognitivas são aquelas diretamente relacionadas à construção do conhecimento, tais como o pensamento, a memória, a linguagem, raciocínio lógico e matemático etc., recrutadas para a aprendizagem de um conceito ou um modo de fazer, por exemplo. Já as habilidades não cognitivas, habilidades socioemocionais ou *soft skills* são as habilidades que desenvolvemos

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

para lidar com os nossos sentimentos, com os outros e com o mundo. As *soft skills* dividem-se em inteligências emocionais (voltadas às emoções, como nomeá-las e como lidar com elas) e sociais (referentes à empatia, à diversidade, ao olhar o outro, à convivência em sociedade, à cooperação).

Observe o quadro a seguir. Ele apresenta uma lista com exemplos de habilidades cognitivas e não cognitivas.

Habilidades cognitivas	Habilidades não cognitivas
memorização	autonomia
interpretação	empatia
reflexão	resiliência
conceituação	sociabilidade
racionalização	determinação
habilidades motoras	colaboração
foco e atenção	autocontrole
conexão de informações	cordialidade
linguagem	persistência
abstração	curiosidade
planejamento	protagonismo
Raciocínio e lógica	confiança

Quadro 1 | Habilidades. Fonte: elaborado pela autora.

Assim, o aprendizado social e emocional é o processo através do qual os sujeitos adquirem e aplicam efetivamente o conhecimento, as atitudes e as habilidades necessárias para entender e gerenciar as emoções, definir e atingir metas, sentir e demonstrar empatia, criar vínculos, manter relacionamentos e tomar decisões (ROSENDO; LAPA, 2016).

Educar crianças para o século XXI, criar cidadãos/ãos globais e responsáveis pelo planeta em que vivem, buscar o pleno desenvolvimento humano são desafios que exigem ações de todos os atores envolvidos no processo da educação. Há tempo são utilizados testes que buscam mensurar a inteligência das/os educandas/os por intermédio da avaliação de suas competências cognitivas (habilidade de ler, de fazer contas etc.) [...]

Entretanto, somente nas últimas décadas que pesquisadoras/es de diversas áreas do conhecimento têm trazido à tona a importância do desenvolvimento de competências que não são cognitivas, mas socioemocionais (ex: persistência, responsabilidade, curiosidade, empatia, cooperação etc.), para o pleno desenvolvimento da pessoa. (ROSENDO; LAPA, 2018, p. 476)

Neste processo, as instituições sociais família e escola precisam atuar em conjunto no processo de desenvolvimento humano em seus aspectos emocional e cognitivo. No campo da educação formal, o papel do educador ganha destaque, uma vez que ele será o mediador atuando na linha de frente dessas competências a serem desenvolvidas em sua práxis educacional (ROSENDO;

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

LAPA, 2018). O professor deve estar ciente do impacto das emoções no processo pedagógico, pois a emoção interfere no processo de retenção de informação. É preciso motivação para aprender e a atenção é fundamental na aprendizagem.

A perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é de uma educação integral, isto é, a educação deve ser pensada apenas de maneira ampla em termos de acesso universal para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas. Mas, o que isso significa?

A BNCC no desenvolvimento das habilidades cognitivas e não cognitivas



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece os conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas que devem ser desenvolvidas pelos estudantes no ensino básico, para as diferentes áreas de conhecimento e componentes curriculares. Alinhada aos organismos internacionais que apontam as habilidades socioemocionais visadas pela educação do século XXI, a BNCC apresenta um conjunto de competências que visam o desenvolvimento dessas habilidades. Segundo o documento,

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). (BRASIL, 2018, p. 8)

As competências gerais propostas pela BNCC para a Educação Básica indicam e articulam a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores. Ao adotar esse enfoque, a BNCC sugere que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências em duas linhas: o que os alunos devem saber (constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e o que devem saber fazer (mobilização desses saberes na resolução de demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho) (BRASIL, 2018).

Dessa forma, a educação integral proposta pela BNCC inclui pensar o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, buscando a construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentável (BRASIL, 2018). Tendo em vista essa preocupação, o documento estabelece dez competências gerais que devem ser desenvolvidas por todos os educandos. Essas competências foram segmentadas em três grupos:

- Competências ligadas ao conhecimento.
- Competências ligadas às habilidades.
- Competências ligadas ao caráter e às atitudes do indivíduo.

A figura a seguir apresenta as 10 competências gerais dispostas na BNCC, que devem ser entendidas como diretrizes orientadoras aos estados e municípios, que possuem autonomia para incorporá-las aos projetos pedagógicos de suas redes.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Figura 2 | Competências gerais da nova BNCC. Fonte: INEP ([s. d.], [s. p.]).

Para que possam compor o repertório socioemocional dos sujeitos, as *soft skills* precisam ser vivenciadas. Embora essas habilidades não possam ser ensinadas tal qual um conteúdo do componente curricular, elas podem ser trabalhadas em sala de aula, em conjunto com as atividades curriculares, através de estímulos e atividades que integrem a diversidade de saberes práticos e socioemocionais dos próprios sujeitos. A interdisciplinaridade pode aí ser entendida por uma perspectiva bastante ampla, como uma atividade em grupo, por exemplo, em que os conteúdos das disciplinas podem ser integrados ao desenvolvimento dessas habilidades socioemocionais, já que os alunos exercitarão a cooperação, a comunicação, o protagonismo e a divisão de tarefas, entre outras.

Vamos imaginar algumas propostas de atividades práticas cuja execução estimula o desenvolvimento de habilidades não cognitivas:

- Práticas coletivas (atividades em grupos, sejam elas em sala de aula, práticas artísticas ou esportivas).
- Organização de debates.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

- Grupos de estudo e clubes de interesse.
- Visitas guiadas voltadas para a formação cultural.

Essas são algumas sugestões de atividades, mas é possível pensar em inúmeros desdobramentos e combinações entre o conhecimento teórico, prático e as vivências. Tenho certeza de que você é capaz de pensar em muitas outras possibilidades, afinal, como professor, você possui as competências para isso!

Videoaula: A contextualização da aula mediada pelo professor



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Nesta videoaula, vamos abordar aspectos referentes à abordagem da BNCC sobre habilidades e competências em seus múltiplos aspectos. Embora não se possa negar a importância das habilidades socioemocionais no desenvolvimento de competências escolares e profissionais, também não é possível supor que o desenvolvimento de tais habilidades seja suficiente para diminuir as desigualdades educacionais, cujas origens estão intrinsecamente relacionadas à construção histórica e cultural do país.

Bons estudos!

Saiba mais

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Como profissional da educação, qualquer que seja o nível, é fundamental conhecer na íntegra a Base Nacional Comum Curricular. O documento define os conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica, visando uma formação humana integral como meio de construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Através do **site do Ministério da Educação**, você terá acesso tanto ao documento completo da BNCC, como também a outras informações interessantes, como uma linha do tempo contendo os principais momentos da construção da BNCC e materiais e ferramentas de apoio à sua implementação.

Mas, além de conhecer o documento da BNCC, é fundamental que o profissional da educação acompanhe análises e críticas à construção e aplicação do documento. Nesse sentido, é interessante conhecer o documento elaborado pela ANPAE – Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação, que tem como objetivo problematizar a concepção e os desdobramentos da implantação da BNCC:

[A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.](#)

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. (orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em:

<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 26 dez 2022.

ANTUNES, L. **Soft skills: competências essenciais para os novos tempos**. São Paulo: Literare Books International, 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

INEP. **Competências Gerais da Nova BNCC**. Disponível em <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/futuro/novas-competencias-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/79>. Acesso em 18 dez 2022.

MORAES, E. C. Reflexões acerca das Soft Skills e suas interfaces com a BNCC no contexto do Ensino Remoto. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e9499109412, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9412. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9412>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ROSENDO, D.; LAPA, F. B. EDUCAÇÃO E(M) DIREITOS HUMANOS E BNCC: competências socioemocionais e ética ambiental. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 3, n. 11, 2018.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v3n11.40385> Acesso em: 15 dez. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 7 nov. 2017.

Aula 3

A prática do professor para além da sala de aula

Introdução



Estudante, seja bem-vindo a mais uma aula da disciplina Identidade Docente na qual trataremos da educação social.

A educação social ou educação não formal pode ser entendida como uma complementação ou ampliação da educação escolar voltada para o atendimento de populações localizadas à margem dos sistemas oficiais de educação (ou educação formal). A educação não formal atua principalmente em contextos marcados pela pobreza e a desigualdade em que a educação formal possui limitações. Buscando superar essas limitações, a educação social explora as

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

possibilidades que as práticas de educação não formal oferecem para promoção de uma educação emancipadora voltada para a construção da cidadania.
Bons estudos!

Educação formal e não formal



Quando pensamos em educação, quase automaticamente nossas memórias nos remetem à família e à escola, pois são nessas instituições que desenvolvemos os primeiros contatos com o mundo, aprendemos as regras sociais de controle de comportamento e convivência, construímos conceitos e consolidamos conhecimentos que nos validam enquanto membros de um grupo social, em processos chamados de socialização. Enquanto a família é o espaço de socialização primária (instância de incorporação dos valores sociais de grupo que ocorre logo na primeira infância), os espaços escolares promovem a socialização secundária (socialização que estabelece interações sociais e culturais com indivíduos já socializados).

A escola é uma instituição com papel central na formação dos sujeitos, focada na transmissão de conhecimentos historicamente sistematizados, organizados segundo os contextos e conjunturas de cada sociedade em cada tempo. Por isso, esse processo de sistematização é chamado de educação formal, pois formaliza socialmente os contornos da educação no território das escolas,

“instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais” (GOHN, 2006, p. 29).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Porém, existem outros espaços de construção e partilha de conhecimentos, práticas e valores tão importantes e válidos quanto a escola. O ser humano adquire conhecimentos variados ao longo de sua vida, por isso, não podemos pensar a educação como um processo limitado aos espaços escolares formais. Como define Gohn (2006, p. 28):

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Em termos práticos, podemos definir a educação não formal como aquela que ocorre fora do sistema tradicional de ensino. Segundo Libâneo (2002), a educação não formal é desenvolvida por organizações políticas, profissionais, científicas, culturais, agências formativas para grupos sociais, educação cívica etc., com atividades de caráter intencional. Isto é, o adjetivo não formal adicionado à educação não significa falta de métodos e objetivos, pois ela é feita de maneira sistemática e organizada, entretanto, os resultados da aprendizagem não são analisados segundo os parâmetros escolares, mas em complementação às metodologias formais. Nesse sentido, a educação não formal legitima e valoriza outras maneiras de educar, podendo ser realizada em qualquer ambiente.

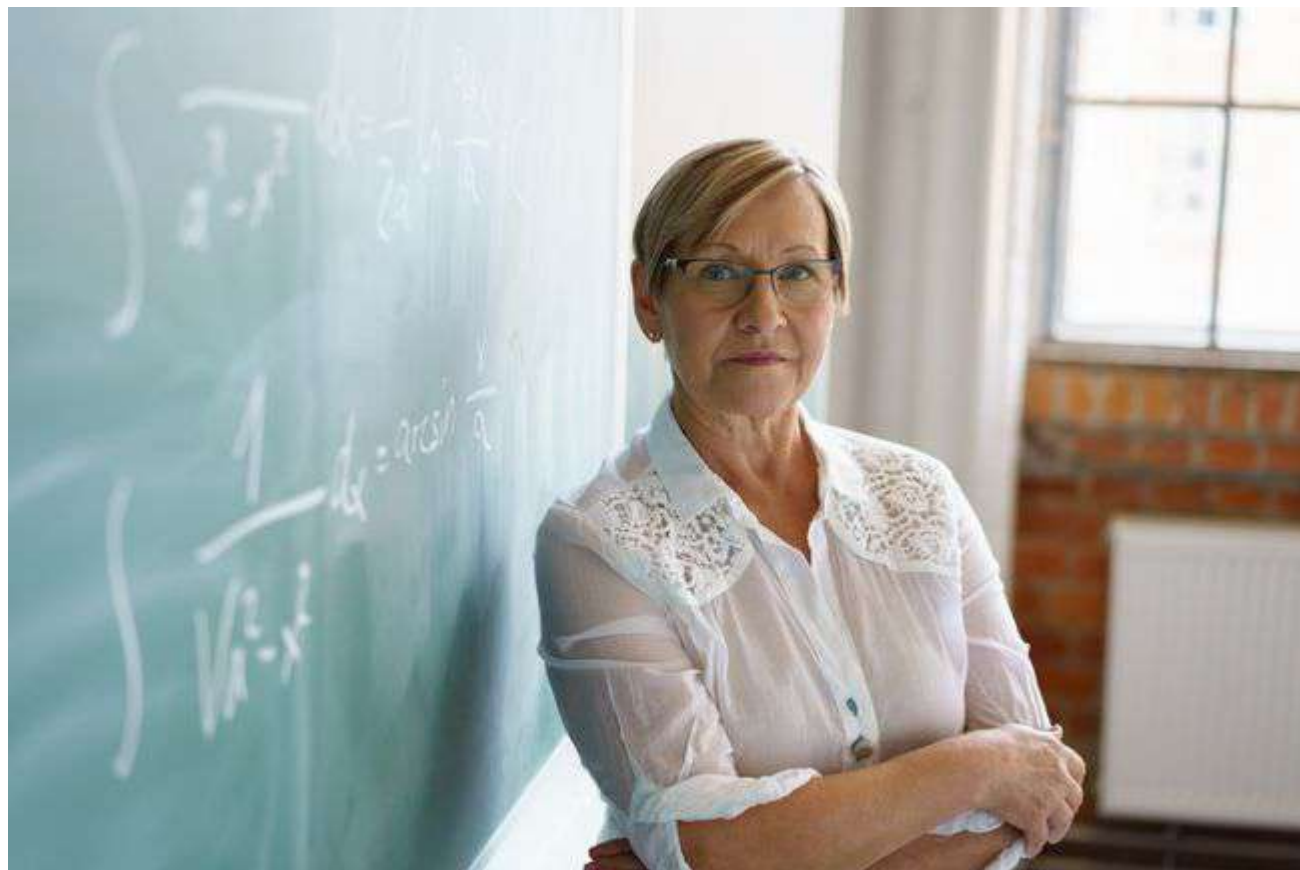
Segundo Gohn (2006), essa modalidade aborda processos educativos que acontecem fora da escola, em organizações sociais, movimentos não governamentais (ONGs) e outras entidades filantrópicas atuantes na área social. Por isso, afirma a autora:

Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Por isso, a educação não-formal situa-se no campo da Pedagogia Social - aquela que trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos. (GOHN, 2006, p. 29)

Quando olhamos ao nosso redor vemos a desigualdade no acesso à educação formal, as diferenças qualitativas dos espaços educacionais, as dificuldades de permanência na escola de alguns grupos sociais etc. Na tentativa de atender demandas e suprir necessidades, outras instituições e espaços entram em cena como um meio de encontrar soluções educacionais para problemas sociais.

A educação não formal, a CF/88 e a BNCC

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



A Constituição Federal Brasileira de 1988 ratifica os mais importantes tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ao incorporar a educação como um direito social a ser observado e garantido:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
(BRASIL, 1988)

Até a Constituição de 1988, não havia preceito constitucional ou regulamentação que garantisse a educação formal, universal e gratuita no país. A partir da inserção da educação como um direito fundamental, outras leis vieram regulamentar e complementar o direito à educação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996). Juntos, esses mecanismos abrem as portas da educação formal a todos os brasileiros, que passam a ter vaga assegurada nas escolas públicas.

Embora a educação não formal não seja mencionada no texto constitucional, essa prática já difundida em vários espaços e instâncias permitiram que ela fosse integrada aos documentos oficiais. Em 2007, a Secretaria de Direitos Humanos elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH-2007), documento que tem como objetivo a construção de uma cultura voltada para a prática dos Direitos Humanos através da formação de cidadãos ativos,

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

visando a construção de uma sociedade mais democrática, justa e equitativa. Entre outras questões, o documento estabelece:

“concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia” (BRASIL, 2007, p.13).

O PNEDH dispõe de um capítulo específico para as práticas socioeducativas em espaços não escolares e/ou não formais a partir da compreensão de que

A humanidade vive em permanente processo de reflexão e aprendizado. Esse processo ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e produção de conhecimento não acontecem somente nas escolas e instituições de ensino superior, mas nas moradias e locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não-governamentais e em todas as áreas da convivência humana. (BRASIL, 2007, p. 43)

O documento estabelece como princípios da educação não formal a emancipação e a autonomia por meio do processo permanente de sensibilização e formação de consciência crítica. Juntos, esses princípios permitem aos sujeitos identificar e organizar suas reivindicações, auxiliando na formulação de propostas para as políticas públicas (BRASIL, 2007).

A BNCC não aborda a educação não formal, contudo, elas se cruzam em uma questão central: a educação para a formação da cidadania. Como pontua Gohn (2006), a educação não formal não compete nem substitui a educação formal, mas atua de forma complementar pela articulação entre a escola e a comunidade, aproximando-se da educação formal em alguns de seus objetivos, e desenvolvendo outros que lhe são específicos. A autora destaca como eixos da educação não formal:

1. Educação para a cidadania.
2. Educação para a justiça social.
3. Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.).
4. Educação para liberdade.
5. Educação para igualdade.
6. Educação para democracia.
7. Educação contra discriminação.

Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Educação social e a práxis docente

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Agora que você já compreendeu o que é a educação não formal, vamos pensar qual é o papel do profissional da educação nesse cenário.

Os caminhos que levam os profissionais para a educação não formal são muitos, como o acaso ou o envolvimento com movimentos sociais. Por isso, esses profissionais carregam bagagens diversas, que vão do saber consolidado na universidade à experiência adquirida no cotidiano. Em qualquer desses casos, a educação é uma prática social que, como vimos, ultrapassa as instituições escolares, colocando a educação não formal ou social na imbricação entre dois elementos: o social e o pedagógico. Como define Nuñez:

Por educação social entendemos uma prática educativa que opera sobre o que o social define como problema. Em outras palavras, atua em territórios fronteiriços entre o que as lógicas econômicas e sociais definem em termos de inclusão/exclusão social, a fim de mitigar ou, se for o caso, transformar os efeitos segregativos sobre os sujeitos. A educação social atende à produção de efeitos de inclusão cultural, social e econômica, proporcionando aos sujeitos os recursos pertinentes para solucionar os desafios do momento histórico. (NUÑEZ, 1999, p. 26 *apud* MÜLLER, 2010 - tradução nossa)

Na prática, a educação social atua em políticas de assistência, de serviços de cunho social e educativo, planejados e executados por diferentes profissionais (assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, cientistas sociais etc.). Nesse conjunto, o educador social tem seu foco voltado para

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

os processos educativos/pedagógicos inseridos em organizações governamentais e não governamentais de variadas áreas, tais como de saúde (hospitais e Centros de Atenção Psicossocial), educação (na educação permanente de adultos, animação sociocultural, pedagogia laboral, etc.), assistência social (Centros de Referência de Assistência Social/CRAS e Centros de Referência Especializada em Assistência Social/CREAS), segurança (espaços de ressocialização e educação especializada), entre outros. Nesses espaços, conhecimentos, habilidades e competências, que não as dos currículos escolares, são desenvolvidos por meio de práticas pedagógicas pensadas para realidades específicas de sujeitos usualmente inseridos em espaços de vulnerabilidade e pobreza.

Cabe ao educador social sistematizar a ação, a metodologia e as propostas pedagógicas de acordo com o interesse, os saberes, as necessidades e as potencialidades dos educandos, em situações nas quais o educador se torna um agente de políticas voltadas à garantia de direitos (AROLA, 2015). Sua atuação ultrapassa os limites institucionalizados na medida em que as atividades buscam ampliar o repertório de ação de indivíduos marginalizados, tornando-os sujeitos conscientes, críticos, autônomos e ativos na construção de suas trajetórias de vida (ROCHA, 2021).

Por isso, a educação não formal ou social carrega em si uma práxis política, pois sua ação pedagógica busca reconstruir a cidadania de diferentes segmentos sociais vulnerabilizados (MÜLLER *et al*, 2009).

Arola (2015) destaca os seguintes aspectos como fundamentos da Educação Social:

- A Educação Social é fundamentalmente ação, práxis, intervenção sistemática e fundamentada.
- A Educação Social atua como suporte, mediação e transferência.
- A Educação Social favorece a sociabilidade do sujeito ao longo de toda sua vida.
- A Educação Social promove autonomia, integração e participação crítica.
- A Educação Social se insere no marco sociocultural que a rodeia.
- A Educação Social conta com os próprios recursos pessoais (do educador e do educando) e da comunidade já existentes.

É importante que o educador conheça profundamente seu contexto de inserção. Os grupos marginalizados são muitos e possuem particularidades, mas se assemelham em carências e ausências de direitos. Por isso, quando essas questões são vistas pelo poder público e entende-se que o direito violado de um é o direito violado de todos, as transformações podem atingir o espaço público pela extensão da prática a todos os cidadãos.

Videoaula: A prática do professor para além da sala de aula

Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



para assistir mesmo sem conexão à internet.

Nesta videoaula, vamos tratar de algumas características da educação não formal, tais como metas, lacunas e metodologias. Ou seja, vamos pensar onde a educação não formal atua, de que forma e em que espaços ela precisa atuar quando pensamos na educação voltada para a cidadania. Como futuro profissional da área da Educação, é importante que você conheça e reconheça os espaços e possibilidades de atuação, a fim de que possa se tornar, além de um bom profissional, um agente de transformação.

Saiba mais



A professora Maria da Glória Gohn é uma referência fundamental quando o assunto é movimento social. Sua vasta produção tem como pano de fundo a crença na ação coletiva como forma de alterar e democratizar o Estado e a sociedade.

Um de seus conceitos mais conhecidos é o de educação não formal, sobre o qual publicou diversos livros. Por isso, para saber mais sobre o assunto, dedique-se a conhecer os trabalhos dessa autora. Deixo aqui a indicação do livro em que ela apresenta a educação social:

Educação não formal e cultura política.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Para se aproximar do assunto e das obras da autora, você pode acessar o artigo disponível na rede:

[Educação não-formal na pedagogia social.](#)

E para conhecer um pouco a [bibliografia de Maria da Glória Gohn](#), você pode acessar a Bionota, disponível no site da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Bons estudos!

Referências



AROLA, R. L. A Educação Social no Brasil: alguns desafios e armadilhas. **Revista Digital**, n. 2, p. 8-29, 2015. Disponível em:

https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_02/revista_digital_ed_02_1.pdf Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Brasil. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018 [1999].

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Avaliação e Políticas Públicas na Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38,

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

jan./mar. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003> Acesso em: 19 dez. 2022.

GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. **Anais...** I Congresso Internacional de Pedagogia Social. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn Acesso em: 20 dez. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

NUÑEZ, V. Pedagogía Social: Cartas para Navegaren El Nuevo Milenio. Satillana: Buenos Aires-Argentina, 1999. *Apud* MÜLLER, V. R.; MOURA, F.; NATALI, P. M.; SOUZA, C. R. T. de. A formação do profissional da educação social: espectros da realidade. **Anais...** XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL, 2010. Disponível em <https://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/M%C3%9CLLER-Ver%C3%B4nica-Regina3.pdf> Acesso em: 18 dez. 2022.

ROCHA, J. dos S.; ROSA, R. S. da; DIAS, S. P. Educação social: um campo em construção. *In* GUILHERME, W. D; AUGUSTO, D. L. L.; MELLO, R. G. **Educação em foco**: História, política e cultura da educação no Brasil. v. 2. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-2/102/248102/ZJ2LQxgL/e90c6d3fe3c1495b83c27b1359128748?fileName=Z%20EDU%20POL%20CERTO.pdf> Acesso em: 19 dez. 2022.

Aula 4

Reflexões e desafios do exercício da docência no mundo contemporâneo

Introdução

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Olá, estudante!

Bem-vindo a esta aula da disciplina Identidade Docente, na qual vamos falar dos desafios da docência no mundo contemporâneo. As mudanças pelas quais a sociedade vem passando são tão complexas quanto velozes. Diante da instabilidade resultante deste processo, cada vez mais o mundo exige de nós, professores, uma atuação ampla e, ao mesmo tempo, especializada. Mas qual é, de fato, a responsabilidade e o papel do professor diante deste cenário? Essa é a proposta desta aula, refletir a respeito dos desafios que enfrentamos no nosso cotidiano, buscando alinhar teoria e prática. Em linhas gerais, vamos abordar a atuação mediadora do profissional de educação como alguém que se coloca como facilitador e motivador dos processos de aprendizagem, ultrapassando a antiga visão do professor como transmissor de conhecimento. Além de tornar o educando protagonista do seu saber, a mediação promove o desenvolvimento de uma práxis de vida que ultrapassa os limites escolares, atuando na formação efetiva da cidadania. Você está preparado para assumir este papel?

A identidade docente num mundo em transformação

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



As transformações sociais são inerentes à própria sociedade, porém, os rumos dessas mudanças são conduzidos e influenciados por uma série de fatores. As mudanças vividas pela sociedade contemporânea nas últimas décadas foram aceleradas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação que atuaram como motores da globalização. A globalização promoveu uma interconexão entre as várias esferas da sociedade de uma forma nunca vista, criando o que o sociólogo Manuel Castells definiu como sociedade em rede, isto é, uma sociedade organizada a partir de um sistema comunicacional mediado por tecnologias

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

(CASTELLS, 1999). Assim, qualquer mudança em uma área ou lugar é capaz de desencadear efeitos em múltiplas outras instâncias.

No campo da educação, essas transformações impactaram profundamente a maneira como nos relacionamos com o saber e o conhecimento, na medida em que definiu uma nova dinâmica na forma como nos comunicamos, nos informamos e, por conseguinte, aprendemos. Cada vez mais as novas tecnologias nos mostram que a educação pode se desenvolver em todos os lugares de prática social, retirando dos espaços formais, como a escola, a exclusividade do processo de aprendizagem. Com isso, observou-se também um deslocamento no eixo de construção da identidade do docente que deixou de ser visto como detentor do conhecimento e responsável por sua transmissão. Atualmente seu papel é tido como um mediador do conhecimento, o elo de conexão entre as linguagens, os conceitos e as possibilidades educativas.

A perspectiva ideia do professor como mediador do conhecimento não é exatamente nova, e ainda no início do século XX, Célestin Freinet (1896-1966) e Janusz Korczak (1878-1942) já discutiam a atuação do professor como apoio ao conhecimento e não seu detetor.

Posteriormente, Reuven Feuerstein (1921-2014), dialogando com a teoria de Jean Piaget, apontou algumas características específicas da mediação.

Segundo Feuerstein, é preciso que haja intencionalidade e reciprocidade, isto é, a disponibilidade do mediador em utilizar os recursos ao seu alcance na busca por uma explicação compreensível ao aluno, adaptando linguagens e utilizando os meios técnicos/tecnológicos disponíveis no processo de aprendizagem. E, como uma via de mão dupla, é preciso que haja reciprocidade na disposição do aluno para aprender. Um segundo elemento importante é a transcendência, característica que implica a compreensão dos conceitos para além de seu uso no espaço escolar, permitindo sua aplicação em outras situações e contextos. Por fim, Feuerstein aponta a mediação do significado como a característica que promove a interligação entre os muitos conceitos assimilados pelos alunos, ampliando o processo de aprendizado (FEUERSTEIN; FEUERSTEIN; FALIK, 2014).

Essas são, sem dúvida, características fundamentais nos novos contextos sociais marcados pela presença massiva da tecnologia. Contudo, se como disse Feuerstein (FEUERSTEIN; FEUERSTEIN; FALIK 2014), mais importante do que saber é aprender como usar esse saber, de que forma o professor pode utilizar o seu saber, construído ao longo de anos de estudo e prática, na construção de um espaço efetivo de mediação?

Vigotski e a zona de desenvolvimento proximal

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para entendermos melhor a atuação mediadora do professor, vamos recorrer ao conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) desenvolvido por Lev Vigotski (1896-1924). Segundo o autor (2007), o indivíduo aprende com base em algum conhecimento anterior cognitivamente relacionado que conecta e dá suporte a nova informação. Nesse sentido, entre o que o indivíduo sabe e o que ele potencialmente pode saber (de acordo com o meio e a sua faixa etária, por exemplo), há uma área de conhecimento que é possível de ser desenvolvida com a ajuda de outros que já dominam aquele conhecimento. A essa área Vigotski chama de **zona de desenvolvimento proximal (ZDP)**.

A ZDP é um conceito importante na área da psicologia sociocultural ou sócio-histórica e pode ser sintetizada, portanto, como a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver tarefas de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, isto é, informações e tarefas que ainda não foram alcançados, mas são potencialmente atingíveis. Entre esses dois níveis encontra-se a zona de desenvolvimento proximal. Observe a figura a seguir.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

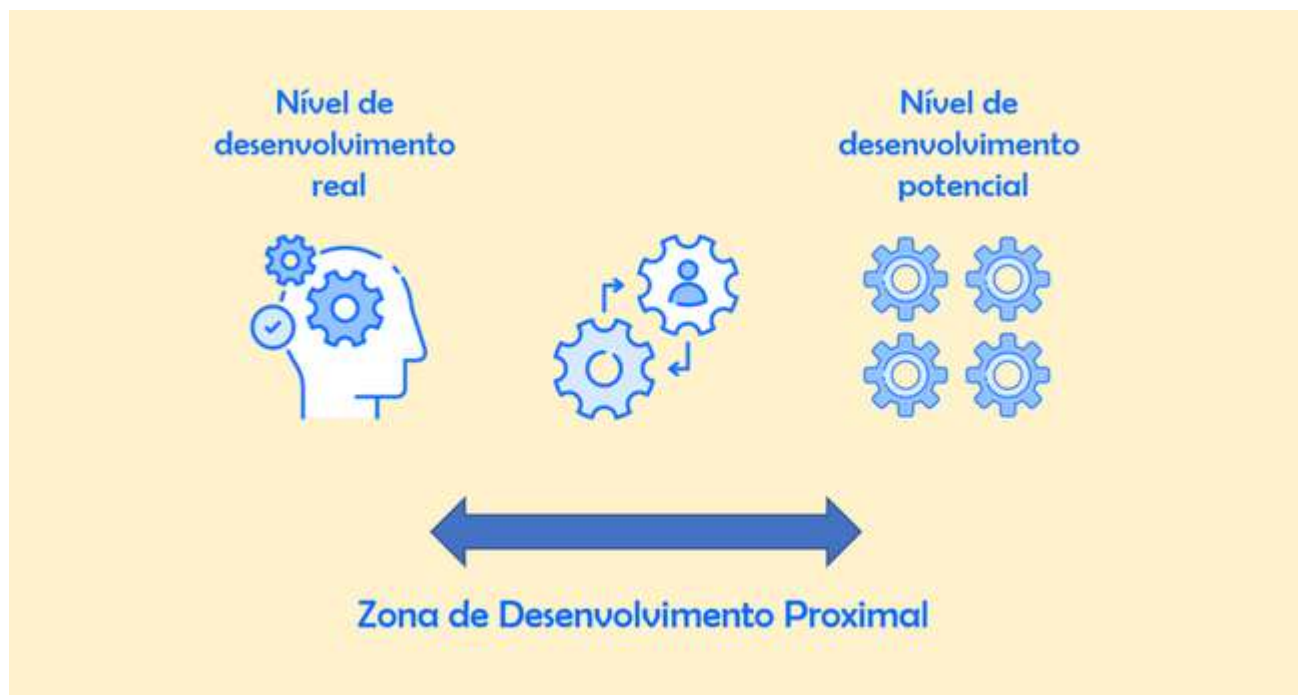


Figura 1 | Níveis de desenvolvimento segundo Vigotski. Fonte: elaborado pela autora.

O nível de desenvolvimento real é formado pelo conjunto de conhecimento desenvolvido e consolidado pelo indivíduo e que, portanto, pode ser acessado por ele de maneira autônoma. O nível de desenvolvimento potencial refere-se ao conjunto de atividades que o indivíduo potencialmente tem condições e capacidade de aprender ou desenvolver. A distância entre esses dois níveis caracteriza o que Vigotski denominou de zona de desenvolvimento proximal, composta pelos conhecimentos ainda não desenvolvidos pelo indivíduo, mas com possibilidade de serem aprendidos com a ajuda de alguém mais experiente. Neste quadro, o ensino tem papel fundamental na mudança das condições do desenvolvimento, pois ele abre o sujeito para novas possibilidades, razão pela qual Vigotski (2007) entende que a aprendizagem e o ensino devem sempre operar sobre níveis superiores de zonas de desenvolvimento proximal, ampliando as expectativas de conhecimento.

E por que trazer o conceito de ZDP para tratar da questão do papel mediador do professor? Amparados na perspectiva de Vigotski, podemos afirmar que a atuação do educador se dá nessa área entre o que o indivíduo já sabe e aquilo que ele tem condições de aprender, a ZDP. É aí que se encontra o lugar da mediação. O papel do professor no processo de aprendizagem segue decisivo, porém, ele deixa de ser visto como transmissor de conhecimento para atuar como mediador da aprendizagem em contextos de diversidades de saberes e níveis de conhecimento. Ao estabelecer a interdependência entre os processos de desenvolvimento e aprendizagem, cabe ao educador criar as condições para a ampliação do conhecimento. Seus conhecimentos teóricos e práticos devem permitir identificar os diferentes estágios de desenvolvimento e níveis de aprendizagem, estimular o interesse dos alunos e assisti-los no processo. Por exemplo, ao propor um trabalho em grupo, o professor pode colocar lado a lado alunos com diversos níveis de conhecimento ou habilidades distintas para que, por meio da interação, eles sejam aprendizes

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

e professores, ensinando e aprendendo uns com os outros (BREGUNCI, [s. d.]). Caro estudante, como esse conceito poderia ser trabalhado no planejamento das atividades de ensino? Você conhece algum professor que articula esse modo de compreender a relação entre desenvolvimento e aprendizagem?

O professor mediador



Em seu livro *A pedagogia da autonomia* (1996, p. 47), Paulo Freire disse que

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Pensando em sua trajetória como estudante e na experiência como futuro docente, como a mediação comporia a prática pedagógica?

Pensar a mediação como uma prática pedagógica desloca o foco do professor e o coloca na relação entre professor e aluno, em um contexto em que o aluno se torna protagonista do processo de aprendizagem, permitindo que ele se aproprie do resultado deste processo – o conhecimento. Porém, ao contrário do que possa parecer, redobram as responsabilidades do professor quando ele se entende como mediador do processo de aprendizagem, pois cabe a ele

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

conduzir esse processo, enriquecendo os estímulos do ambiente de forma a preparar a estrutura cognitiva do mediado para que ele consiga ir além dos estímulos recebidos (FEUERSTEIN; FEUERSTEIN; FALIK, 2014). Para Feuerstein, a mediação é uma relação de reciprocidade, pois nela educador e educando constroem significados que comporão seus repertórios de vida. Contudo, o educador atualmente se depara com uma realidade de desestímulo e desinteresse pela escola, que não é vista como lugar de realizações pessoais e coletivas. Como aponta Ceccon (2012, p. 22):

“A realidade da escola desmente suas promessas de acesso igual para todos. As estatísticas sobre os resultados escolares contradizem a esperança de que a escola possa servir de escada para que todos consigam melhorar de vida”.

Como você deve ter percebido, mediar não é uma tarefa fácil, exigindo muito do profissional da educação. Em um mundo altamente conectado, o professor mediador tem papel fundamental para fazer com que a escola se torne, de fato, um espaço adequado e propício à aprendizagem. Como aponta Feuerstein, a mediação é intencional, organizada e tem como princípio o respeito ao outro, à sua individualidade, ao ser diferente em que ele se constitui (SOUZA, 2004). Por isso, para que o educador possa desempenhar essa função é preciso que ele domine as teorias pedagógicas de forma a identificar e avaliar, diante das situações, o impacto de cada uma delas no desenvolvimento dos alunos. E como teoria e prática se retroalimentam, a escolha da melhor linha pedagógica será tão mais eficiente quanto melhor se conhece o ambiente em que a dinâmica está inserida. Logo, é importante conhecer o universo do aluno, sua realidade, gostos e experiências. Isso permite que o professor utilize os elementos dessa realidade como ferramentas de aproximação entre os conceitos e a realidade, dando sentido ao conhecimento. Adotando essa postura, o professor mediador tem a compreensão e a consciência de que o ensino não se restringe a transmitir ou compartilhar conhecimento, mas como uma construção de conhecimento e valores que estimula o desenvolvimento de sujeitos críticos e ativos em todos os setores da sociedade. Nesse sentido, como você observa a mediação docente na experiência do estágio? O que é possível observar?

Videoaula: Reflexões e desafios do exercício da docência no mundo contemporâneo



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Olá! Nesta videoaula vamos discutir questões práticas da atuação mediadora do educador de forma a trazer para o cotidiano da sala de aula a troca de saberes, conhecimentos e habilidades entre os atores envolvidos. De que maneira podemos estimular nossos alunos e instigar neles o interesse pelo aprendizado, fazendo com que eles se percebam como agentes ativos deste processo? As respostas para essa pergunta não estão prontas, e convidamos você a pensarmos juntos.

Saiba mais



As tecnologias de comunicação e informação devem ser utilizadas como aliadas do professor. Na rede mundial de computadores é possível encontrar uma gama enorme de material disponível que pode servir de guia para nossas práticas. Além de conteúdo, a conexão promove o contato com diversas realidades e pessoas que, de formas distintas, partilham das mesmas angústias e esperanças como professores, promovendo a troca de conhecimentos. Indicamos como referência a revista [Educação Pública](#), uma publicação da Diretoria de Extensão da Fundação Cecierj – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – voltada para a divulgação de experiências e propostas de docentes para a educação básica, que veicula semanalmente artigos de diversos profissionais da Educação nas várias áreas do conhecimento.

Referências

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



BREGUNCI, M. das G. de C. Zona de desenvolvimento proximal. **Glossário Ceale**, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/zona-de-desenvolvimento-proximal>.

Acesso em: 8 jan. 2023.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura; vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECCON, C. **A Vida e a Escola da Vida**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FEUERSTEIN, R.; FEUERSTEIN, R. S.; FALIK, L. H. **Além da inteligência**: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOUZA, A. M. M. de. **A Mediação Como Princípio Educacional – bases teóricas de Reuven Feuerstein**. São Paulo: Senac, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Aula 5

Revisão da unidade

Noções básicas de políticas públicas

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Estamos chegando ao fim de mais uma Unidade da disciplina Práticas Pedagógicas – Identidade Docente. O foco desta unidade esteve voltado para a organização do trabalho e a rotina docente, buscando compreender de que forma teoria e prática se aliam no dia a dia do educador. Vamos, então, retomar os principais pontos desenvolvidos nas aulas?

O pano de fundo das discussões aqui realizadas são as transformações sociais e tecnológicas que se acentuaram com a globalização e impactaram de maneira contundente a relação com a escola e a atividade docente. Vimos que o modelo escolar que conhecemos foi pensado para atender às demandas da sociedade industrial e, por isso, seguiu o modelo organizacional do trabalho produtivo aplicado nas empresas com atividades burocráticas, padronizadas e controladas. Como apontam Tardif e Lessard (2005), esses mecanismos estranhos à atividade docente transformaram-no em executor de decisões tomadas em outras instâncias.

Contudo, muitas mudanças se seguiram e hoje o professor atua em um mundo em constante transformação. Longe da visão simplista do professor como o detentor do conhecimento, o professor se constrói como sujeito profissional na relação entre a sua subjetividade e a complexidade da realidade escolar inserida em múltiplos e variados contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. Diante disso, é preciso pensar a formação de um profissional docente capaz de lidar com as múltiplas demandas da sociedade contemporânea, de forma crítica e

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

afinada com os ideais democráticos de formação dos alunos para a inserção no mundo do trabalho e, principalmente, para o exercício da cidadania.

As novas tecnologias de informação e comunicação, chamadas TIC, alteraram nossa relação com o saber e o conhecimento. A escola deixou de ter exclusividade no processo de aprendizagem e, cada vez mais, a educação se desloca para além dos espaços formais, podendo ser construída e desenvolvida em todos os espaços de práticas sociais. Esse processo promoveu um deslocamento no eixo de construção da identidade do docente que, hoje, é entendido como o mediador do conhecimento, o elo de conexão entre as linguagens, os conceitos e as possibilidades educativas. A atuação mediadora demanda do profissional da educação conhecimentos que vão além do conteúdo programático, identificando necessidades, analisando habilidades e potencialidades individuais e coletivas, de forma a preparar a estrutura cognitiva do mediado para que ele consiga ir além dos estímulos recebidos (FEUERSTEIN, 2014).

E esse ir além se estende para o desenvolvimento das chamadas *soft skills*, ou habilidades socioemocionais. Por isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pensa a educação de forma integral, isto é, em termos de acesso universal para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas, articulando a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores. Ao adotar esse enfoque, a BNCC sugere que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências em duas linhas: o que os alunos devem saber (constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores); e o que devem saber fazer (mobilização desses saberes na resolução de demandas vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho), buscando a construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentável (BRASIL, 2018).

Tendo em vista tantas e tão amplas questões, faz-se fundamental pensar na elaboração de um planejamento pedagógico. O planejamento é a etapa de elaboração das diretrizes e atividades que a escola irá realizar para atingir os objetivos educacionais. Em uma sociedade em rede, é preciso pensar na construção de significados do conhecimento construído em sala de aula. Por isso, o planejamento é realizado em conjunto pela equipe escolar, com a finalidade de definir as ações necessárias para o desenvolvimento do ano letivo, levando em conta elementos internos (composição do corpo docente, a infraestrutura da escola, os recursos materiais e financeiros necessários e os efetivamente disponíveis, os objetivos pedagógicos) e externos (relação da escola com a comunidade, seu contexto social, as exigências do mercado e dos governos, etc.). Como você deve ter percebido, tratamos aqui de uma série de temas, cada um com sua especificidade, mas com uma linha que os une: a organização da prática e a rotina docente em um mundo em transformação. Os caminhos não estão dados, mas você, educador, possui um mapa das possibilidades a serem percorridas e das ferramentas necessárias para isso. Não tenha medo de utilizá-las!

Videoaula: Revisão da unidade

Este conteúdo é um vídeo!

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE



Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

Nesta videoaula, vamos retomar os principais temas abordados durante toda a unidade com o objetivo de consolidar os conteúdos, transformando-os em conhecimento. Tire um momento para assisti-la com calma, tomando nota principalmente de suas dúvidas para que possa retornar ao material e saná-las. Nesta unidade, tratamos de questões, como mediação e a apropriação do conhecimento e, nesta etapa, em que você é o aluno e eu sua mediadora, é importante que você tome a frente da sua aprendizagem. Bons estudos!

Estudo de caso



Segundo as orientações do BNCC, o tema da escravidão é trabalhado nas aulas de história do 7º ano do Ensino Fundamental II. Neste momento, a temática aparece ligada à formação da sociedade e economia brasileiras no Período Colonial. Como professor responsável por uma turma de 7º ano, você elabora um exercício de avaliação diagnóstica junto aos alunos com o objetivo de identificar seus saberes prévios sobre o conteúdo. Porém, nesse processo, você percebe que, para eles, o contexto da escravidão aparece restrito a um momento histórico, a uma única forma de trabalho, bem como a uma única população – a população negra – ignorando, assim, a diversidade de formas como a escravidão se apresenta e os sujeitos a ela submetidos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Nesse diagnóstico, quatro ideias recorrentes chamaram sua atenção:

- O discurso da indolência dos indígenas como razão para a sua não escravização.
- A melhor adaptação do povo negro ao trabalho forçado como herança de uma prática regular africana.
- A escravidão como forma de trabalho restrita ao campo e praticada apenas por uma classe: os latifundiários.

A escravidão como uma prática superada e inexistente nos dias hoje.

Refleta

Pensando na perspectiva do professor como mediador da aprendizagem, que tipos de propostas podem ser trabalhadas de forma a fazer com que os alunos não apenas internalizem o conteúdo como matéria de prova, mas transcendam o conhecimento para além da sala de aula, identificando a relação entre a história e a sua vida?

Videoaula: Resolução do estudo de caso



Este conteúdo é um vídeo!

Para assistir este conteúdo é necessário que você acesse o AVA pelo computador ou pelo aplicativo. Você pode baixar os vídeos direto no aplicativo para assistir mesmo sem conexão à internet.

As atividades de diagnóstico são fundamentais para o professor, atuando como um termômetro, permitindo medir o nível de desenvolvimento real dos alunos diante do potencial indicado pelos conteúdos programáticos elaborados por documentos, como o BNCC, para cada etapa da formação escolar. A partir desse diagnóstico, o professor pode efetivamente atuar como um mediador, utilizando os recursos disponíveis para aproximar o aluno de questões que, em um primeiro momento, parecem fora de alcance.

Nesse sentido, o professor deve propor atividades que permitam aos alunos desconstruir visões estigmatizadas e socialmente dispersas pelo senso comum. Por meio de trabalhos de pesquisa, leituras dirigidas, filmes e debates, podem ser levantadas três principais linhas de trabalho, como:

- O apresamento indígena durante a colonização e o papel dos jesuítas.
- A África é uma só? O que se entende por cultura africana? O apresamento da população negra e o tráfico de escravos como um negócio português.
- Escravidão contemporânea: o que é? Em que lugares se apresenta? Busca e debate de casos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Além dos conteúdos específicos, as atividades permitem o trabalho de desenvolvimento de *soft skills*, tanto cognitivas quanto não cognitivas. Por exemplo, os debates permitem trabalhar a escuta, a argumentação baseada em dados, a assertividade, o trabalho em equipe, etc. Os estudos de caso contribuem muito para o treino da empatia e a alteridade, pois, ao conhecer e discutir as situações concretas vividas pelo outro, os alunos podem se aproximar dessas vivências. Outra proposta que trabalha em favor tanto do desenvolvimento do conhecimento histórico quanto das *soft skills* são as trocas culturais. Na situação proposta, a visita a espaços, como comunidades quilombolas, permitem aos educandos perceber a história da escravidão para além da violência física e cultural, mas também como esses povos resistiram e construíram suas possibilidades de existência.

Olá, estudante!

[Clique Aqui!](#) E acesse seu Plano de Aula.

Bons Estudos!

Resumo visual



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

elaboração pela equipe escolar das diretrizes e ações/atividades a serem realizadas no ano letivo para atingir os objetivos educacionais.

- definir os objetivos
- listar os recursos disponíveis e necessários
- ouvir a comunidade escolar
- definir as estratégias de ação
- seguir o planejamento
- estabelecer o cronograma

Planejamento pedagógico



Competências e Habilidades

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

emancipação e da autonomia

permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica;

encaminhamento de reivindicações e formulação de propostas para as políticas públicas;

- qualificação para o trabalho;
- práticas voltadas para a comunidade;
- aprendizagem política de direitos pela participação em grupos sociais;
- educação pelos meios de comunicação social;
- aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas;
- educação para a vida – respeito à dignidade do ser humano.

Educação não formal



Zona de desenvolvimento proximal e mediação

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: IDENTIDADE DOCENTE

Referências



- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- FEUERSTEIN, R.; FEUERSTEIN, R. S.; FALIK L. H. **Além da inteligência**: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SOUZA, A. M. M. de. **A mediação como princípio educacional**: bases teóricas de Reuven Feuerstein. São Paulo: Senac, 2004.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.